

1. INTRODUÇÃO

1.1. TURISMO: SUA IMPORTÂNCIA

A história das viagens vem de milhares de anos atrás, desde os antigos gregos e romanos, que viajavam por diversos motivos como: transações comerciais, religiosos, culturais, guerras, migrações, e muitas vezes em busca do prazer, refugiando-se preferencialmente nas estâncias balneárias para se beneficiarem principalmente dos banhos termais (IGNARRA, 1999). Porém, só após a Segunda Guerra mundial, devido à popularização do transporte aéreo, aumento do tempo livre, progresso nos padrões de vida e à emergência dos pacotes de viagens, surge o que pode ser denominado de turismo de massa acessível às classes médias dos países desenvolvidos. A partir daí, o turismo começa a despertar o interesse da maioria dos países no mundo.

Sendo um acontecimento relativamente novo, o turismo vem ao longo do tempo crescendo sua popularidade como tema e tendo o reconhecimento de sua importância por parte dos governos. Isto contribuiu para que nos últimos anos acelerassem o seu estudo, com o propósito de que sejam estabelecidos fundamentos para uma orientação mais adequada sobre a

atividade e um aproveitamento otimizado dos seus benefícios, que indubitavelmente vem induzindo seu desenvolvimento.

Os componentes do processo de globalização como a abertura de mercados, as inovações tecnológicas na informática e nas telecomunicações e, principalmente, a expansão da economia de serviços constituem fatores fundamentais para a efetivação de mudanças significativas e o conseqüente crescimento da importância do turismo na economia. Diante disso, o turismo vem se expandindo e despontando como uma das principais fontes de divisas não só econômicas como também culturais e políticas, pois além de movimentar bilhões de dólares em receita em países do mundo todo, interage fortemente com a sociedade, com o meio ambiente e a cultura das localidades receptoras, mostrando uma grande capacidade de adaptação nas épocas de crise econômica.

Para Ignarra (1999), a atividade turística vem se destacando como indutora de progresso econômico, ao ampliar os níveis de produção, renda, investimento, ao promover a recuperação do patrimônio histórico e cultural, bem como a participação e integração da população local. Desta forma, o turismo está sendo considerado um dos maiores empregadores mundiais da atualidade. Conforme os dados oficiais da Organização Mundial de Turismo - OMT (EMBRATUR, 2001), tais considerações podem ser constatadas uma vez que mostram que o setor é responsável pela geração de 204 milhões de empregos, com o movimento de 626 milhões de turistas, gerando aproximadamente US\$ 439 bilhões de divisas, contribuindo assim para a manutenção de um alto índice de crescimento dentro da economia mundial, equivalente a mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

Uma das razões desse quadro favorável tem sido a popularização das viagens internacionais entre os turistas originários dos países em desenvolvimento. As estatísticas da

OMT (1998) levam a prevê que as correntes turísticas triplicarão nas próximas décadas, estimando para o ano de 2020 um bilhão e seiscientos milhões de turistas internacionais, com gastos que somarão mais de US\$ 2 trilhões ao ano ou US\$ 5 bilhões por dia. Com base nisso, alguns países atribuem ao turismo parte da tarefa de equilibrar o balanço de pagamentos e até mesmo obter superavit na balança de serviços só com as receitas advindas do turismo (INFORME BB, 1999). Para os países em vias de desenvolvimento o turismo é analisado como uma das alternativas capaz de induzir uma melhoria na qualidade de vida de suas populações, ou seja, uma atividade propulsora de desenvolvimento gerando emprego e renda, principalmente em regiões possuidoras de paisagens exóticas e ricas em patrimônio cultural, porém com recursos financeiros escassos para a sua implantação (LOPES, 1990).

O Brasil, apesar dos números relativamente pequenos em comparação com os países mais visitados do mundo, vem se destacando como pólo turístico cada vez mais atrativo, por possuir um grande potencial em recursos naturais e culturais. Dados estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur (2001) revelam o gradual crescimento no setor a uma média de 3,78% nos últimos três anos. No ano de 2000, o Brasil recebeu 5.313.463 de turistas internacionais, representando um ingresso de divisas da ordem de US\$ 4,23 bilhões, o que significou uma contribuição de 7,0% para a formação do Produto Nacional Bruto brasileiro. Segundo estudos do Conselho Mundial de Viagem e Turismo - WTTC, nesse mesmo ano foram gerados 5,3 milhões de empregos decorrentes da atividade turística, o que representou 7,4% do total da população economicamente ativa no território nacional.¹

Embora a contribuição no setor de turismo para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos brasileiro, que se dá através dos gastos dos turistas estrangeiros no país, venha demonstrando

¹ Ibid (2001)

desempenho modesto em relação aos grandes centros turísticos do mundo, os dados estatísticos relacionados ao turismo doméstico mostram um quadro totalmente diferente. No período de 1987/1995 o PIB turístico cresceu 87,5% e vem mantendo um percentual gradativo até os dias atuais em decorrência do crescimento do turismo doméstico, principalmente com a desvalorização cambial ocorrida em janeiro de 1999, e com a alta de preços da moeda americana no contexto atual, o que torna o Brasil um país de grande turismo doméstico e fraco turismo internacional (EMBRATUR, 1998).

Mas, se por um lado o Brasil necessita aumentar sua participação no turismo internacional para compensar a Balança de Pagamentos, o turismo doméstico vem desenvolvendo e favorecendo regiões e lugares. O fato de o turista brasileiro estar viajando mais em seu próprio território vem ajudando a melhorar a qualidade dos serviços, pois o viajante está cobrando seus direitos com consciência quanto ao atendimento de suas necessidades, gerando uma circulação de recursos financeiros, além de contribuir para que os órgãos oficiais e os atores envolvidos no setor conscientizem-se de que para o país alcançar o mercado internacional, antes deve atender às necessidades do turista brasileiro. É o momento ideal para o Brasil explorar seus recursos turísticos. Segundo Brasil (2001), para que o país se constitua em um grande destino turístico mundial é necessário que ele consolide primeiro o turismo interno, forte, de qualidade e competitivo, depois um turismo intra-regional significativo para então poder consagrar-se como um destino internacional.

Nesse contexto, o Governo Federal, através da EMBRATUR ciente da importância dessa atividade na geração de divisas e na elevação do número de empregos, estabeleceu objetivos estratégicos destacando a necessidade de divulgar e vender o Brasil no exterior e de fortalecer o turismo interno. De acordo com parâmetros e orientação da OMT, a Embratur passou, desde

1995, a investir na imagem do país, através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, o qual tem um aspecto didático embasado em conceitos de desenvolvimento turístico sustentável, e tendo como enfoque a gestão participativa e a preservação do meio ambiente no desenvolvimento turístico de uma localidade. O objetivo do PNMT resume-se em conscientização e sensibilização da comunidade quanto à importância da atividade turística como fator econômico-social. Segundo indicadores da Embratur (1998), citados por Oliveira (2001), 1.474 municípios turísticos brasileiros aplicaram as diretrizes do PNMT, e 3.780 monitores locais foram treinados para se tornar agentes multiplicadores, além de qualificar 338.000 pessoas, dentro do setor turístico, através do programa de capacitação profissional, em parceria com o Ministério do Trabalho.

No que tange aos investimentos, o Governo Federal e os Estados, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em 1991, aplicaram recursos através do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, objetivando minimizar os problemas estruturais das regiões. Em nível estadual, a Bahia criou e implantou o Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR-BA, com a utilização de financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através do Banco do Nordeste, contando com a contrapartida do Governo do Estado, e tendo como diretriz a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável do turismo para o Estado. Assim, ao instituir o programa, o Governo do Estado tinha como meta otimizar a exploração da vocação natural das suas diversas regiões para o turismo, por entender que esta é uma atividade que vem se destacando como indutora de progresso econômico, ao ampliar os níveis de produção, emprego e renda.

O PRODETUR-BA, criado em 1991, pode ser descrito como um programa multi-setorial de implantação de infra-estrutura básica, destinado ao desenvolvimento do turismo,

compreendendo ações em obras públicas, promoção e educação para o turismo nas áreas prioritárias (MENDONÇA, et. al., 2000, p. 57-60). A geração desses programas, tanto na esfera federal como estadual, vem do entendimento das potencialidades do turismo interno e da necessidade de sua consolidação para melhor se posicionar no mercado internacional, e o Nordeste brasileiro vem se destacando e fortalecendo como importante pólo turístico nacional e internacional.

Apesar dos programas brasileiros existentes e da riqueza do patrimônio natural e cultural do país, no entanto, a atividade turística só se tornará efetiva se acompanhada do conhecimento e profissionalismo ético que o momento exige. A atividade turística supõe uma sustentabilidade em que a qualidade da imagem de um lugar turístico precisa ser respaldada por uma realidade local que ofereça condições viáveis para potencializar a oferta com a máxima confiabilidade. A confiança compreende a estrutura da sociedade que se está construindo, a imagem que se passa do local para os seus visitantes e de uma reflexão sobre os limites dos sistemas naturais e culturais que servem de suporte ao desenvolvimento econômico. Para isso, não bastam as propagandas, as campanhas de divulgação e o *marketing*. O turismo necessita de gestão, de uma política e planejamento adequados e um sistema de qualidade para que o aproveitamento de recursos da natureza e culturais para atividades turísticas, uma vez realizados de maneira correta, contribuam para o desenvolvimento sustentado, trazendo benefícios para as populações endógenas.

Entender a magnitude dessa atividade, portanto, requer que sua discussão assuma um conteúdo científico, necessitando de um aprofundamento das reflexões e da análise das políticas, com vistas a superar maniqueísmos e visões simplistas. Razão pela qual, na atualidade, o planejamento tornou-se imprescindível ao desenvolvimento do turismo por força de sua

conversão, uma atividade altamente complexa, que ao mesmo tempo em que traz benefícios para as regiões receptoras (chamadas de impactos positivos), ocasiona impactos ambiental e cultural negativos que, em alguns casos, são irreversíveis.

1.2. ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS: ILHÉUS-BA (COSTA DO CACAU)

A Bahia vem se destacando no cenário nacional como um dos grandes destinos turísticos do país, sendo procurado de maneira crescente por turistas nacionais e internacionais. Considerando-se que o turismo é uma atividade com perspectivas de crescimento contínuo, nada mais estratégico para um estado como a Bahia, detentor de um acervo diversificado de atrativos naturais e culturais, que buscar desenvolver este potencial de forma ordenada e sustentável. Diante disso, através da Diretoria de Investimentos da Empresa de Turismo da Bahia - BAHIATURSA, o Governo da Bahia, em 1991, contratou consultores especializados que, após levantamento de todos os atrativos existentes no Estado, estabeleceram as diretrizes do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – PRODETUR. Levando em consideração a grande dimensão territorial do Estado e a sua enorme vocação turística, foram criadas, então, sete zonas prioritárias, identificadas e mapeadas, em razão de serem as melhores localizações para a implantação de Centros Turísticos Integrados, tendo como critérios norteadores da escolha a constatação da qualidade dos atrativos turísticos e a existência de um produto turístico já conhecido e colocado à venda pelos operadores turísticos. São elas: Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos (incluindo Salvador), Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina.

Durante a pesquisa realizada pelos consultores contratados, foram identificadas necessidades cruciais para formatação das bases estratégicas para o desenvolvimento do turismo no Estado, dentre elas: a implantação de um programa arrojado de *marketing* dos produtos desenvolvidos, aliados a acordos com companhias aéreas, objetivando incluir o Estado em rotas com tarifas mais atrativas; ações desenvolvidas pelos poderes públicos para a diminuição da violência urbana (apontada como um dos fatores de depressão do mercado turístico); normas e legislações específicas procurando manter a qualidade ambiental dessas áreas. Visando a colocar o Estado como destino competitivo no âmbito internacional, o programa foi concluído com bases assentadas em três vertentes estratégicas, que contempla: investimentos em infra-estrutura-básica, *marketing* turístico e educação para o turismo, considerando-se um esforço conjunto da sociedade organizada, da cadeia produtiva do setor e do próprio Governo.

O PRODETUR-BA é coordenado e executado pela Superintendência de Desenvolvimento do Turismo – SUDETUR, a qual conta com a parceria de entidades executoras de infra-estrutura do Governo do Estado, como a própria BAHIATURSA, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA, o Departamento de Infra-Estrutura de Transportes do Estado da Bahia – DERBA, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia – IPAC, o Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia – CRA e a Diretoria de Desenvolvimento Florestal – DDF. Todos os projetos elaborados por essas entidades são encaminhados para a SUDETUR, que os submetem ao Banco do Nordeste/BID, acompanhando passo a passo a aprovação e captação de recursos dentro do PRODETUR-Nordeste (MENDONÇA, et al. 1999, p. 60).

Além desses investimentos, o programa conta também com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, da EMBRATUR e,

principalmente, do Tesouro do Estado da Bahia. O financiamento representa 60% do valor do investimento e os 40% restantes são contrapartida do Governo do Estado.² Em face às limitações de recursos financeiros oriundos do BID e ao amplo programa estabelecido pelo Estado da Bahia, foi necessário estabelecer prioridades quanto à estratégia a ser desenvolvida. A zona turística da Costa do Descobrimento, composta pelos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte, foi eleita para dar início aos investimentos, por ser o segundo pólo turístico da Bahia; por passar por um processo de crescimento desordenado; pela existência de um valioso patrimônio natural que necessitava ser protegido; e pela comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil que, além de ser uma oportunidade de inserção na mídia nacional e internacional, necessitava também de preparar a região para receber a demanda atraída pelos eventos comemorativos.

As zonas como Costa do Cacau, Chapada Diamantina, Baía de Todos os Santos (especificamente Salvador) e Costa dos Coqueiros, também foram contempladas ao receberem obras de infra-estrutura oriundas do programa, que além dos Bancos financiadores contaram com as parcerias da própria BAHIATURSA, da EMBASA, do DERBA, da CONDER, IPAC, CRA e DDF. Dentre essas zonas turísticas da Bahia, a da Costa do Cacau se destaca por sua beleza cênica sempre marcada pela presença da Mata Atlântica, considerada pela comunidade científica mundial como um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade do planeta. Compreendendo os municípios de Ilhéus, Itacaré, Uruçuca Una, Canavieiras e Santa Luzia, a Costa do Cacau abrange uma faixa litorânea que se estende por cerca de 180 Km no sul do estado (BAHIA, 2000). De grande significação histórica e cultural, pois permeia três grandes ciclos da história do Brasil (do pau-brasil, da cana-de-açúcar e do cacau), esta costa abriga uma paisagem privilegiada por matas,

² Id, Ibid. (1999, p.61)

rios, cachoeiras, corredeiras, trilhas, praias, manguezais, serras, grutas, mirantes, fazendas de cacau, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental, as quais compõem uma das regiões do estado mais vocacionadas para o reencontro com a natureza.

Ao lado desse diversificado cenário, acrescenta-se um importante legado cultural presente nos sítios históricos, nos antigos casarões, nas capelas e igrejas, nos antigos engenhos, que se complementam com as festas populares, as tradições religiosas, o artesanato e os costumes de sua gente, incluindo a culinária típica à base de peixes e mariscos. Além disso, as histórias e lendas conservadas por seu povo fazem parte da memória coletiva da região, transmitidas através de gerações pela tradição oral, enriquecendo a cultura local.

O município de Ilhéus, portão de entrada da Costa do Cacau e um dos destinos âncoras do Estado da Bahia, ocupa o terceiro mais importante lugar como pólo turístico receptivo no *ranking* baiano, ficando abaixo apenas de Salvador e de Porto Seguro. Possui uma área de 1.847,7 km², com clima quente/úmido com temperaturas médias anuais em torno de 24°C, e áreas remanescentes de mata atlântica em um extenso litoral de águas mornas (SEBRAE-BA, 1998). Ilhéus é notadamente privilegiada nos seus aspectos naturais. Dispõe de 93 km de litoral, permeado por praias, rios, lagoas, ilhas e áreas de Mata Atlântica preservadas pela cultura agrícola cacauzeira. Esses atrativos, somados ao patrimônio histórico/cultural existentes em sua história que remonta à época das Capitânicas Hereditárias, ao vasto acervo legado pela Civilização Cacauzeira e à rica herança cultural da região – difundida mundialmente pela literatura e por outros meios de comunicação, como também expressa nas tradições populares e folclóricas – fazem com que essa área desponte no Estado como uma das mais propícias à exploração turística.

A sua história, muito pouco conhecida por seus visitantes, por total falta de ferramentas interpretativas da localidade, remonta à primeira metade do século XVI, quando da introdução do

sistema de capitanias hereditárias no Brasil pelo governo português. A Capitania de São Jorge dos Ilhéus, que abrange a atual Costa do Cacau, foi doada em 26 de junho de 1534 a Jorge de Figueiredo Corrêa, fidalgo do reino e escrivão da Fazenda Real. Devido às atividades que exercia na Corte, o donatário entregou a administração a Francisco Romero, que se deslocou para a área na tentativa de efetivar a colonização (CAMPOS, 1981). Instalou, a princípio, a sede da capitania na ilha de Tinharé, sobre o Morro de São Paulo. Porém, as dificuldades para a expansão de terras e obtenção de água potável para os novos habitantes a serem trazidos para a capitania, obrigaram-no a escolher outro local para sediar a vila. Optou pela instalação da sede na cidade de Ilhéus, e no alto do morro de São Sebastião foi fundado o primeiro núcleo de povoamento em 1536. A zona escolhida satisfazia plenamente a todas as exigências pré-estabelecidas: terras de boa qualidade, possibilidade de expansão, água potável abundante, porto de acesso relativamente seguro e um amplo sistema fluvial, importante para a penetração para o interior³.

Inicialmente, as procuradas riquezas dos metais preciosos e das cobiçadas especiarias não foram encontradas, exceto uma infinidade de árvores frondosas de pau-brasil. Nesse período, a região era ocupada por índios Tupiniquim, com os quais foram inicialmente estabelecidas relações de escambo de caráter específico (a madeira era trocada por espelhos, tecidos, facas e quinquilharias). Junto com os colonos nesse empreendimento, quase todo o território ocupado pertencia à Companhia de Jesus que se estendia do rio de Contas à Camamu e à Ilha de Boipeba, doado pelo governador Mem de Sá, em 1563, cuja a região era habitada pelos índios Aimoré, Tupinambá, Tupiniquim e Kamakã-Mongoió (COUTO, 1998).

O pau-brasil foi posteriormente obscurecido pela cana-de-açúcar, não chegando a constituir-se num ciclo econômico mas, segundo Sales (1981), propiciou a inclusão de novos

³ Id, Ibid (1981)

elementos importantes como o gado, a rudimentar maquinaria dos engenhos e das casas de farinha. O clima e as terras férteis eram favoráveis ao plantio da cana, produto de grande valor na Europa. Em 1537 foi fundado, por Mem de Sá, o primeiro engenho de açúcar da região – Engenho de Santana⁴, situado em uma sesmária doada pelo donatário da capitania de Ilhéus, Jorge de Figueiredo Corrêa. O Engenho chegou a produzir, por ano, de 12 a 14 mil arrobas de açúcar, e foi considerado no período como o centro econômico da Capitania, tornando-se um modelo para os fazendeiros da região. Na década de 1550 a capitania já contava com oito engenhos de açúcar e era considerada a mais rentável da colônia (MARCIS, 2000).

Esses empreendimentos coloniais exigiam mão-de-obra abundante e barata, obrigando os colonos a mudar suas relações com os índios, passando a exigir um trabalho mais ordenado na implantação do sistema econômico do açúcar, voltado para a exportação. A tentativa de escravização dos índios Tupiniquim para atender às novas necessidades da capitania foi a grande responsável pelas reações contrárias por parte dos índios, pelo fato de não aceitarem as novas formas de relacionamento. Durante o período de colonização, a história da região foi permeada por muitas lutas travadas com os nativos e com invasores franceses e holandeses atingindo duramente a capitania. Os jesuítas participaram de maneira efetiva no processo de desenvolvimento da lavoura da cana-de-açúcar na capitania, catequizando e formando aldeamentos indígenas, a exemplo da Aldeia de Nossa Senhora da Escada, em Olivença (objeto desse estudo).

Após sucessivos donatários e desgastada com os problemas internos, a capitania já não mostrava vestígios da antiga prosperidade, entrando em decadência. Em 1754, a capitania retorna para a Coroa Portuguesa, passando a constituir-se Comarca. Com a introdução e implementação

⁴ Os vestígios do Engenho de Santana ainda podem ser vistos no atual município de Ilhéus, além da capela rural de Nossa Senhora de Santana, a mais antiga do Brasil construída às margens do rio Santana.

comercial da lavoura cacauzeira, a partir da primeira metade do século XIX, o município de São Jorge dos Ilhéus passou por uma transformação sócio-econômica, iniciando um processo contínuo de expansão.

Por volta de 1870, o município ilheense alcançou o topo da lista de produtores de cacau, com a safra de 1,2 milhão de quilos. Duas décadas depois, em 1890, a produção subiu para 3,5 milhões de quilos, sendo responsável por 21% das exportações do Estado (PANG, 1979 apud RIBEIRO, 2001, p. 14 -15).

No final do século XIX, quando o cacau já engrandecia a economia da região, a antiga vila de São Jorge dos Ilhéus foi elevada à categoria de cidade – Ilhéus – por determinação da Assembléia Legislativa Provincial em 28 de junho de 1881(CAMPOS, 1981). O fato é que, com a economia do cacau, Ilhéus torna-se uma cidade rica, atraindo inúmeros retirantes do Nordeste brasileiro (em especial os sergipanos) e pessoas de diversas partes do mundo, com destaque para as colônias formadas por alemães e árabes.

A transformação sócio-econômica do município ilheense com o advento do cacau, também pode ser percebida na sua arquitetura urbana que, até os dias atuais, retratam esse apogeu. As casas dos coronéis erguidas são, na verdade, palacetes neoclássicos, como é o caso da sede da fazenda Pimenta, uma réplica do Palácio do Catete, propriedade da família Berbert de Castro, o prédio da Associação Comercial e o palacete Misael Tavares, símbolos evidentes do poderio social e econômico dos coronéis do cacau (RIBEIRO, 2003).

No decorrer do século XX até a década de 70, a região passa por um processo de reconhecimento da sua importância na economia, onde grandes obras de infra-estrutura são realizadas para dar suporte às necessidades de escoar a produção e atender o crescimento progressivo da cidade, as quais foram de fundamental importância para as relações intra e inter-regionais. A cidade, sustentada pela maior produção de cacau do mundo, irá figurar, na maior

parte do século XX, entre as mais ricas do país, servindo de pano de fundo para literatos como Jorge Amado e Adonias Filho revelarem a saga do cacau com seus coronéis, jagunços e riquezas.

Vale ressaltar que, apesar do inegável crescimento em termos de área plantada e quantidade exportada, tratava-se de uma época em que os excedentes gerados eram drenados “para fora” da economia estadual ao tempo em que era quase nulo o aporte de capital de fora, o que tornava a economia não competitiva quanto a investimentos (MENEZES, 1993).

A sociedade regional estruturou-se com base na monocultura cacaueteira, tendo, de um lado, os grandes produtores de cacau e exportadores do produto, muitos deles também proprietários rurais. Do outro lado, os pequenos proprietários rurais, comerciantes e a enorme massa de trabalhadores rurais. Enquanto as cotações de cacau alcançavam os seus mais altos níveis, a situação social da região contrastava com essa realidade, que era precária e injusta, apresentando uma economia desarticulada, com má distribuição de renda e baixa qualidade de vida. Segundo Menezes (1993, p.18), “assim, a Região Sul da Bahia se configura desarticulada sob o aspecto econômico e social, com uma forte concentração de renda, exibindo, sem modéstia, níveis de vida europeus e cenas de pobreza explícita chocantes”.

Os estudos realizados sobre a formação sócio-econômico da região revelam as suas características básicas, identificada como uma economia assentada em um modelo primário-exportador da monocultura do cacau, com grande dependência dos mercados externos e forte centralização dos fatores de produção e renda, pontos que contribuíram para que a região sempre estivesse sujeita a crises, decorrentes da instabilidade de preços e de fatores variados. A penúria do cacau na Bahia foi iniciada em 1987 e vem se estendendo até os dias atuais, embora a região venha buscando soluções para a recuperação da cacauicultura. Menezes (1993), comentando a

questão da crise da economia cacauífera, identifica-a como resultante de duas crises concomitantes:

Uma crise de natureza conjuntural – infeliz coincidência de vários fatores diversos, como quedas sucessivas da produção devido a irregularidades climáticas seguidas entre 1987 e 1993; longo período de excedentes mundiais de produção com níveis elevados de estoques, condicionando longa permanência de baixos preços; elevado nível de inflação interna com repercussões diretas nos custos de produção e processamento; cessação do tipo tradicional de financiamento ao cacauicultor; defasagem no câmbio, entre outros; (2) uma crise de natureza estrutural, - relacionada com o modelo primário exportador da monocultura do cacau aos condicionantes culturais do cacauicultor; o poder político da região cacauífera e a natureza do processo de modernização tecnológica empreendida pela CEPLAC (MENEZES, 1993, p. 11-12).

Diante de tais fatores, a região que ainda produz cacau na Bahia vem passando por uma crise interna devido ao fato de geradores de emprego e renda terem sido reduzidos drasticamente, por falta de perspectiva de preço para a venda, acompanhada da queda de produtividade causada pela “Vassoura de Bruxa”, contribuindo, assim, para a redução dos investimentos e, conseqüentemente, do chamado “ciclo do cacau”, tão comentado e descrito por autores e memorialistas regionais.

1.3. PROBLEMA/JUSTIFICATIVA

1.3.1. Do Cacau para o Turismo

A economia cacauífera, desde o século passado, comandava toda a região, não apenas na área econômica, mas também definindo a cultura, a sociedade e a política local. O município de Ilhéus, assim como os demais municípios que têm o cacau como o motor de sua economia, sofreram e vêm sofrendo com a crise ocorrida no final dos anos 80. A necessidade de busca de soluções tornou-se obrigatório nas pautas de discussões. Apesar dos indícios de que a lavoura do cacau chegou a uma situação crítica, a região busca a recuperação da cacauicultura, lutando por

linhas de crédito e investimento em tecnologia como a descoberta de clones não só mais resistentes à vassoura de bruxa, mas altamente produtivos.

Além da revitalização da lavoura cacaeira, o município de Ilhéus vem diversificando sua atividade econômica através de outras alternativas, como a fruticultura, a cultura do café, côco e a agroindústria, como também vem tentando se consolidar na indústria de informática e do turismo. A indústria turística, embora não sendo um acontecimento novo para Ilhéus, uma vez que seus recursos naturais sempre foram motivadores de atração para os seus visitantes, só começou a despertar como uma possível alternativa econômica para o município nos meados dos anos 80, por meio de um movimento externo à região, iniciado por investidores suíços que, através da obra de Jorge Amado, descobriram as potencialidades locais para o desenvolvimento da atividade turística. Com o ingresso do capital estrangeiro, foi iniciada uma nova etapa para o setor na região, surgindo o primeiro hotel de lazer da cidade e, em conseqüência, o fluxo de visitantes amplia-se (QUEIROZ, 1993).

Neste momento, o governo municipal de Ilhéus sentiu a necessidade de criar uma empresa de turismo – Ilhéustur, para profissionalizar a nova atividade econômica local. Inicialmente decidiu-se explorar o maior fator de atratividade da região, centrada nas peculiaridades histórico/culturais desta civilização, retratada através da obra de Jorge Amado como aspecto referencial, uma vez que se tornaram conhecidas por todo o território nacional e no exterior. A combinação desse momento com a crise do cacau fez florescer novos investimentos. A princípio sem a participação do capital local. Mais tarde com o agravamento da crise do cacau, investidores regionais passaram também a apostar na atividade emergente. Inauguram-se novos hotéis, pousadas, locadoras de automóveis, agência de viagens, bares e restaurantes. Os seus equipamentos expandiram-se ao longo do litoral sul da cidade – rodovia Ilhéus-Olivença.

Todo esse crescimento, porém, não teve grande solidez. A inexistência de um planejamento prévio para a atividade fez com que o parque turístico de Ilhéus fosse ampliado sem uma estruturação e formatação dos seus produtos, tanto em termos de seus bens culturais, naturais e artificiais, como em relação a outros aparatos básicos, como a questão do saneamento, transportes coletivos, sinalização turística, informações turísticas, entre outros. Com esses desequilíbrios estruturais, Ilhéus tornou-se pouco competitivo no mercado do turismo nacional e internacional, ficando restrito o seu desenvolvimento. Segundo Fontes (2001), a beleza cênica aliada à história e à cultura do cacau são fatores que fizeram com que o potencial de Ilhéus se tornasse evidente, mas no seu estudo realizado foi possível detectar que esses fatores são considerados como vantagens comparativas relevantes, mas que, com um planejamento estratégico adequado, formarão um sistema de vantagens competitivas. Por essa razão, torna-se um cenário propício para o estudo dessa atividade, o qual possui ambientes peculiares que merecem maior atenção e cuidado ao serem examinados.

Entre algumas dessas potencialidades turísticas, buscou-se estudar a Estância Hidromineral de Olivença, distrito do município de Ilhéus desde 1912, onde a atividade turística se desenvolve há tempos sem, no entanto, figurar como componente significativo da economia local. Essa estância, localizada no Km 18 da BA-001, possui águas medicinais que foram descobertas cientificamente nos meados do mesmo século e comparadas, pelo seu valor medicinal à de Vichy, na França (CAMPOS, 1981). Suas águas contêm cloro, ferro e iodo magnético, sendo indicadas para as doenças da pele e do aparelho digestivo. Além disso, pode-se desfrutar do lazer litorâneo, dos bares, dos restaurantes, dos hotéis, das pousadas, dos campings, de uma cultura local indígena e do Balneário Tororomba, local dotado de piscina pública com água corrente e do véu de noiva (cortina artificial de água que simula uma cachoeira). Outra atratividade da estância é a

Igreja Nossa Senhora da Escada, construída pelos jesuítas no ano de 1700, em aldeamento indígena, com desenho em estilo colonial.

Diante do exposto, e tendo como base que as estâncias hidrominerais dispõem de recurso natural escasso e exclusivo que, segundo Oliveira (2001) tem favorecido muitas localidades nacionais e internacionais, buscou-se a indagar qual a razão da Estância Hidromineral de Olivença não fazer parte desses locais que se beneficiaram com os seus recursos existentes. Será que nos dias atuais os turistas, visitantes e excursionistas visitam Olivença como os turistas de 50 anos atrás, que iam em busca de suas águas curativas? Sendo assim, a pesquisa tem como propósito investigar a caracterização de Olivença enquanto Estância Hidromineral, bem como buscar um aprofundamento nas análises das diversas questões relacionadas que possam contribuir para o desenvolvimento do turismo local.

1.3.2. Estância Hidromineral de Olivença

A Estância Hidromineral de Olivença, pela sua situação geográfica, com atrativos turísticos naturais e culturais, em plena zona tropical, oferece condições propícias ao desenvolvimento de projetos turísticos. Merece referência a favorabilidade do seu clima essencialmente tropical e a presença de remanescentes da Mata Atlântica que propiciam bem estar e beleza à paisagem do seu litoral. O distrito de Olivença conta com uma população de, aproximadamente, 15.496 habitantes (rural e urbana) e possui uma área de 327.000 m². Além da agricultura de subsistência, do cultivo do coco, piaçava, melancia e mamão, desenvolvidas na zona rural do distrito, na sua sede está situada a Estância Hidromineral, que pode vir a ser um dos

principais fatores para o seu desenvolvimento socioeconômico, com uma atividade turística de sucesso, se planejada e bem gerenciada com o objetivo de alcançar competitividade no setor.

Fundada por jesuítas, a antiga aldeia de Nossa Senhora da Escada foi elevada à condição de vila em 1758 com o nome de Nova Olivença. A sua economia baseava-se na agricultura, na pesca e no artesanato indígena (utilizando-se da piaçava encontrada em grande quantidade na região). Entre os vários artigos, destacava-se o fabrico de contas para rosários de coquilhos de piaçava, enviados a Salvador, onde recebiam o tratamento final com pintura de cor preta. Com a palha da mesma planta os índios faziam chapéus, redes, esteiras e cestos. Também o casco de tartaruga era utilizado para confecção de pentes e outros enfeites para cabelo (PARAÍSO, 1982).

A administração das aldeias foi inicialmente entregue aos jesuítas, responsáveis não apenas pela catequese, mas também pela organização do lugar. Segundo Campos (1981), no século XVIII só existia uma única construção de pedras, que era a Igreja de Nossa Senhora da Escada, construída no alto da colina por índios e jesuítas, em 1700. Todas as casas eram de taipa, situadas nos arredores da igreja. Olivença possui significativo interesse histórico por ainda manter seu primitivo traçado urbano do início do século XVIII, característico dos aldeamentos jesuíticos. Os padres da Companhia de Jesus procuravam o lugar mais alto para a construção da igreja com uma praça retangular em frente, formando um largo e, ao seu redor, as edificações de casas, começando assim a formação do povoado (IPAC, 1988).

Este modelo urbano das aldeias jesuíticas, iniciado no século XVI, tem na antiga aldeia de São João Batista (1586), atual Trancoso, em Porto Seguro, o melhor exemplo desse traçado. Na Bahia apenas outras duas aldeias desse tipo estão preservadas originalmente: a do Espírito Santo da Patativa (1564), atual Vale Verde, em Porto Seguro; e a de Nossa Senhora da Escada, atual Olivença, o que lhes confere importância singular (MACÊDO; RIBEIRO, 1999).

No final do século XIX, Olivença já chamava a atenção de observadores que a indicavam como um lugar adequado para uma estação de repouso pela amenidade do clima e por suas águas abundantes e salutíferas que produziam curas em casos de hepatite, problemas de estômago, circulação, como também o beribéri (CAMPOS, 1981). Deve-se ressaltar que foram os índios os primeiros a utilizar as águas e chamar a atenção sobre seus benefícios. Nesta época, a vila de Olivença era habitada quase que exclusivamente por índios.

A acentuada decadência econômica do povoado e o desejo dos ilheenses de aproveitar aquelas terras e suas águas minerais fizeram com que a vila se anexasse ao município de Ilhéus como simples distrito, depois de 157 anos de existência através da Lei nº 905, de 6 de novembro de 1912 (COUTO, 1998). Embora a comunidade nativa e os visitantes, principalmente de regiões vizinhas, já fizessem uso das águas medicinais para se restabelecer de doenças, só em meados do século XX, o padre, botânico, Camilo Torrand, um dos maiores estudiosos de Olivença, ao ouvir sobre as curas de suas águas se interessou em recolher amostra para exame sendo comprovado cientificamente seu valor medicinal (CAMPOS, 1981).

Até a década de 50 os turistas que freqüentavam Olivença enfrentavam inúmeras dificuldades para desfrutar do bucolismo local e de suas águas medicinais e marinhas. As famílias que desejavam passar o verão nas suas praias e aproveitar as águas terapêuticas do ribeirão Tororomba, além de enfrentar a difícil travessia de Ilhéus para o Pontal, em lanchas que funcionavam de forma precária, dependiam ainda da maré, para passar de caminhão pelo ribeirão Cururupe até chegar em Olivença.

Em 1961, foi decretado pelo Diário Oficial nº 6139, conforme Lei nº 1451, a transferência da gestão direta das estâncias hidrominerais para o Estado, ficando assim Olivença administrada pelo Estado da Bahia até 01 de janeiro de 1995, quando foi extinta a Lei pelo decreto nº 3.960.

Considerou-se que, em virtude do seu crescimento, não se justificaria a gestão direta do Estado, sendo por isso mais conveniente passar para a administração municipal, a fim de que melhor fossem aproveitadas as vantagens decorrentes da exploração racional de sua vocação turística, já consagrada como Estância Hidromineral.

A partir de 1970, principalmente após a construção da ponte Ilhéus-Pontal e mais tarde o asfaltamento da estrada que dá acesso a Olivença, além do incentivo do governo do Estado em transformar a Estância Hidromineral em atrativo turístico, ocorreu um processo acelerado de construções de casas sem um planejamento urbano adequado tendo como provável consequência a contaminação dos rios e das praias e, talvez, do seu mais notável bem natural – as águas minerais com a presença de esgotos abertos, materiais flotantes entre outros.

Atualmente, Olivença configura-se como um exemplo típico de local para veraneio, aonde seus visitantes vão à procura de lazer e sossego, apresentando certo dinamismo em épocas de festas religiosas e folclóricas, durante o período de férias escolares e finais de semana ou feriados, quando recebe um grande fluxo de turistas. Percebe-se, porém, que o recurso natural, ou seja, suas águas hidrominerais, que constituem um potencial turístico invejável, deixaram de ser a principal motivação turística como tratamento de enfermidades. Atribui-se este fato à falta de uma política de planejamento que objetivasse prioridades para projetos específicos, de maneira a configurar as suas águas como principal produto turístico, atrelado aos seus aspectos culturais, principalmente os voltados para os indígenas, que uma vez realizada de forma organizada contribuísse para um desenvolvimento sustentável com base local.

Ressalva-se, porém, que a sua privilegiada localização, seus atributos físicos, naturais e culturais e as modificações introduzidas pelo homem são aspectos do ordenamento espacial de Olivença que justificam seu estudo como área de turismo receptivo. No entanto, torna-se

preocupante a forma como Olivença vem se configurando, o que faz levantar a seguinte questão: pode-se considerar a Olivença de hoje como uma estância hidromineral? É o que se pretende verificar.

1.4. OBJETIVOS

1.4.1. Objetivos gerais

- a) Analisar a caracterização da Estância Hidromineral de Olivença como produto turístico, tendo como parâmetro o conceito de turismo de saúde e de repouso.
- b) Verificar a existência de produtos turístico-culturais na Estância Hidromineral de Olivença.

1.4.2. Objetivos específicos

- a) Compreender a caracterização histórica-turística de Olivença através de uma análise comparativa entre dois períodos: 1) do final de séc XIX até os anos setenta do séc XX; 2) após os anos setenta com o crescimento da localidade.
- b) Elaborar através de alguns indicadores como fontes de coleta de água, balneário crenoterápico, oferta de equipamentos turísticos e entretenimento, áreas de lazer e recreação, e jardins e bosques para passeio público, uma análise comparativa relativa da Estância Hidromineral de Olivença com outras estâncias hidrominerais brasileiras, as quais tenham se desenvolvido sustentavelmente ao longo do tempo.

- c) Analisar a história indígena de Olivença para possível reconfiguração de produto turístico cultural.
- d) Investigar os possíveis impactos sociais e ambientais ocorridos na Estância Hidromineral de Olivença.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. MERCADO TURÍSTICO E AS MOTIVAÇÕES DE VIAGEM

O turismo nasce de um conjunto de atividades de natureza heterogênea que impede a constituição de uma ciência autônoma e de técnicas específicas independentes. Ele não dispõe de ordenamento disciplinado e rígido, nem de metodologia própria, por isso a necessidade de ser estudado e analisado observando-se métodos e critérios específicos de um complexo teórico-técnico decorrente de ciências diversas. Segundo Andrade (1999), diante da complexidade da atividade, faz-se necessário um amplo conhecimento de todos os fatores que interferem no comportamento do setor, respeitando as peculiaridades do local a ser explorado.

No estudo sobre mercado turístico, Lage e Milone (2001) destacaram em seu trabalho que além de suas peculiaridades específicas o turismo também pode ser classificado por suas características próprias ou motivações de realizações, ressaltando os motivados pelos diversos segmentos do turismo, tais como: férias, descanso, negócios, estudos, contatos familiares, saúde,

contemplação da natureza, compras, busca de *status*, peregrinações religiosas, atividades desportivas, conferências, congressos e muitos outros. Porém, para a existência desses diversos segmentos turísticos, são necessários vários fatores básicos e prioritários, fundamentais na atuação e potencialidade de cada um dos diferentes mercados turísticos, tais como: a existência de atrativos naturais ou artificiais, comprovados e conhecidos; uma infra-estrutura de alto nível, seja de transporte, alojamento, comunicação, abastecimento, saúde, higiene, segurança e outros; existência de um conjunto de condições sociais e políticas; prestígio e atração turística permanente; a existência de uma apropriada rede de comercialização de bens e serviços turísticos; uma adaptação contínua dos meios de transporte às novas exigências da demanda turística potencial e real; e um planejamento adequado e sucessivo por meio de campanhas de propaganda, promoção e *marketing*.

As exigências para um mercado turístico têm sua razão de ser, uma vez que a indústria do turismo é caracterizada não apenas pelas mudanças, mas também pelo seu rápido crescimento. Por essa razão, ao tempo em que a diversidade das destinações turísticas tem contribuído para o sucesso do setor turístico, tais espaços sofrem pressões, já que a demanda vem excedendo a oferta, principalmente se levar em consideração que a sociedade humana, antes tão sedentária, pôs-se em movimento, aproveitando todas as oportunidades para viajar e fugir do cotidiano com a maior frequência possível. Hoje, a mobilidade crescente tomou conta da maioria das sociedades, e com ela a mudança de valores dos consumidores, que passaram a ser mais exigentes nas suas escolhas. O novo turista, como classificam Cooper et.al. (2001), não está mais satisfeito com a experiência passiva, mas busca, em vez disso, autenticidade nas destinações, com uma abordagem voltada para o entendimento da cultura, história e do ambiente locais e da forma como o povo local vive e trabalha.

Sobre o assunto, Acerenza (2002, p.200) comenta que “o sistema turístico entra em funcionamento por meio de seu elemento dinâmico, ou seja, o turista, que coloca em movimento todo o sistema como consequência do seu deslocamento”. Portanto, para atender às necessidades do novo turista é necessário compreender essas novas tendências acopladas a elementos básicos do mercado turístico que influenciam na escolha do visitante por seu destino turístico, como o preço, a qualidade do produto ou serviço que realmente deseja e de que necessita, a liberdade de atuação no mercado e a heterogeneidade. O último elemento citado constitui uma das características mais evidentes do turismo, uma vez que corresponde a uma necessidade básica dos turistas: a procura da diferenciação.

Para Cunha (1997, p.188), “a razão da escolha ou preferência por um destino ou por um produto turístico, para um dado preço, reside no fato do destino ou produto escolhido corresponder melhor à necessidade de diferenciação do viajante,” aspecto de fundamental importância para as empresas e destinos turísticos, já que o êxito ou não das atuações nos mercados pode depender quase que exclusivamente dos elementos da diferenciação que nelas existam. É imperativo, nos dias atuais, na era da globalização, que os produtos explorem todas as características que possam diferencia-los positivamente da concorrência e procurem não apenas satisfazer o cliente, mas encantá-lo, torná-lo fiel. Contudo Kotler (1991) informa que sempre é mais dispendioso conquistar novos clientes que manter a fidelidade dos já existentes da boa prestação de serviços.

Além desse aspecto, é importante mencionar os mecanismos de decisão de compra de uma viagem, ou seja, quais as motivações principais ou básicas que levam uma pessoa a deixar seu cotidiano rotineiro e sua residência habitual para fazer turismo. O sucesso de um negócio turístico depende também, em grande parte, da capacidade de resposta às necessidades e

preferências dos consumidores. As pesquisas realizadas para responder a questão - por que as pessoas viajam - mostram que existe uma variedade muito ampla de motivos que responde às necessidades e desejos, ou que simplesmente corresponde às expectativas dos visitantes, originando diversos segmentos turísticos, como os já mencionados.

Para muitos autores, o estudo das motivações resulta da compreensão da personalidade humana e das razões pelas quais as pessoas são diferentes umas das outras. Segundo Krippendorf (2001), os primeiros estudos sobre a psicologia do turismo, a partir dos anos 60, detectaram que as motivações estavam no desejo de dormir, de descansar, de não fazer nada. No entanto, a partir do início dos anos 70, constata-se uma tendência para as férias ativas como: divertir-se, mudar de ambiente, jogar, brincar e dedicar-se aos *hobbies*. Acrescenta, porém, que a motivação principal permaneceu a mesma todos esses anos: “a higiene psíquica”, o repouso em um universo sentido como a contrapartida do cotidiano.

Nessa abordagem, Acerenza (2002) destaca como uma das razões de viajar a necessidade de relaxamento e recuperação corporal, relacionada com a saúde corporal que surge como consequência da agitação que caracteriza a vida moderna, da tensão (estresse) e do esforço excessivo. Normalmente estas viagens estão associadas ao descanso, à recreação, ao lazer, aos banhos de sol e mar, às termas e ao ar puro, além de estarem relacionadas, também, com algum tratamento médico específico. Percebe-se portanto, que embora exista uma grande diversidade de motivos de viagem, sejam eles culturais, econômicos, religiosos, políticos, terapêuticos, desportivos, dentre outros, a necessidade mais premente, nos dias atuais, é sobretudo a fuga do cotidiano, a necessidade urgente de se desfazer temporariamente da rotina massificante do dia-a-dia do trabalho, da moradia e do lazer, a fim de estar em condições de retomá-los ao regressar.

Os motivos para viajar são variados e bastante influenciados pela cultura e pelo imaginário do turista, por essa razão não são considerados como estanques e excludentes. Muitas vezes a viagem é fruto de mais de uma motivação. Para satisfazer a essas necessidades prementes raramente uma só causa se apresenta em uma viagem de turismo, ou seja, ainda que a causa principal ou determinante seja uma, nem por isso as demais deixam de ter importância. Naturalmente se aproveitará a ocasião para realizar outras atividades, que se são de caráter secundário, não deixam de ter importância em relação aos efeitos do desenvolvimento do turismo em geral, de seus meios e dos bens que integram o patrimônio, seja ele natural, cultural ou artificial, das nações ou localidades visitadas.

Neste contexto, dentre os segmentos de turismo existentes, o turismo de saúde vem procurando atender às necessidades daquele que Cooper et al. (2001) chamam de “novo turista”, principalmente nas estâncias hidrominerais que, em decorrência da agitação da vida moderna, segundo Cunha (1997), teve seu conceito ampliado, contemplando não só aqueles que vão para tratamento de saúde como também os que buscam sair do cotidiano por simples busca de lazer.

Deste modo, os balneários recebem grande afluência de clientes, entre os quais se pode discriminar: os enfermos ou aquistas, os familiares ou acompanhantes e os simples turistas que chegam, não para submeter-se a um tratamento, mas para desfrutar de outros atrativos (paisagem, tranquilidade, boa cozinha, trato social, diversões, esportes, cultura local, dentre outros) existentes no estabelecimento ou em suas proximidades.

2.2. TURISMO DE SAÚDE: AS FONTES DE ÁGUAS MINERAIS

Desde as mais remotas eras os homens manifestam o seu fascínio pelas águas. As praias, rios, lagos, fontes e até mesmo as piscinas artificiais são atrativos muito procurados, pois significam liberdade, sensação de bem-estar e contato com a natureza, ingredientes necessários para quem está à procura de mistos movimentos de diversão e repouso.

Na Antiguidade, os babilônios, os caldeus e os egípcios faziam uso interno e externo das águas minerais, atribuindo-lhes propriedades terapêuticas. Os caldeus foram os primeiros a indicá-las para curar males do aparelho digestivo e da pele, como também a eles pertence a primazia de iniciar os banhos públicos, seguidos pelos persas e depois os egípcios. As práticas termiais destes últimos foram assimiladas pelos gregos e pouco mais tarde pelos romanos, quando o termalismo atingiu o seu apogeu, até hoje não igualado.

Segundo Mourão (1997), durante mil anos evitaram-se os banhos públicos pela falta de higiene, promiscuidade e, principalmente, pelo temor de adquirir doenças infecto-contagiosas. A condenação ao banho, que atingira o auge na Idade Média, continuou depois da Renascença a influir na mentalidade dos habitantes da Europa, considerado com um lamentável retrocesso da hidrologia⁵. Somente nos séculos XVII e XVIII as estações de água readquirem notoriedade, sendo as preferidas da nobreza. A partir desse período, com o florescimento do capitalismo, o hábito de viajar para as estações de águas se expandiu nas classes mais favorecidas. As estações tiveram o privilégio de ser visitadas por reis, rainhas, chefes de Estado, cardeais e alta nobreza para cuidados com a saúde combatida, combate à esterilidade feminina e por ostentação, pois

⁵ Segundo Mourão (1997, p.247), hidrologia relaciona-se à ciência que estuda as águas em geral, em todas as suas formas e manifestações na superfície da Terra, seja na atmosfera, nas nuvens, nos mares, nos rios, nos solos, nas fontes e nas geleiras

estava na moda, sendo *raffiné* freqüenta-las. Todos aproveitavam as comodidades oferecidas pelas estações de águas e as freqüentavam de preferência durante os meses de verão. Havia intenção de usufruir a estada para consolidar a saúde, todavia a busca da cura não contrariava os passeios, os piqueniques, os bailes, os concertos, os jogos de azar e o prazer resultante de tais divertimentos, tidos como bálsamo para o espírito ou, na linguagem moderna, antiestressante⁶.

O século XVIII foi chamado o século de Lavoisier, fundador da química moderna, que facilitou proveitosos avanços a todos os ramos da ciência, inclusive à medicina e à crenologia⁷, sendo propícia ao desenvolvimento do termalismo. De acordo com Andrade (1999), as águas minerais ou termais (frias ou quentes, captadas de modo natural ou artificial) apresentam propriedades que as diferem das águas comuns, apresentando uma ação medicamentosa eficiente, usada sob as formas de bebidas, banhos, duchas, inalações ou outras aplicações assemelhadas. Por essa razão, no fim do século XVI, enquanto os jovens realizavam grandes viagens, impulsionados a princípio por motivo educacional, mas também pelo espírito aventureiro, começava a surgir um interesse especial pelos banhos termais, cujas propriedades curativas já eram conhecidas tanto na Grécia quanto no Império Romano, conquistando grande popularidade na Inglaterra e em todo o continente europeu. Motivo pelo qual, essas águas são classificadas como a essência do potencial natural ou artificial, consolidando e fazendo do turismo balneário um dos mais antigos e bastante procurados. A consagração dessa época encontra-se presente na arquitetura da maioria das estações hidrominerais da Europa.

Acerenza (2002) comenta que, no século XVII, os médicos começaram a recomendar as propriedades curativas dos banhos termais. A partir de então, os lugares com águas termais

⁶ Id, Ibid p.193.

⁷ Segundo Mourão (1997, p. 247), crenologia é uma de suas divisões, abrangendo o conhecimento e o estudo das águas mineromedicinais em suas aplicações práticas, na preservação e tratamento de várias entidades mórbidas.

começaram a organizar entretenimento para os pacientes, o que motivou aqueles que iam apenas pelas propriedades curativas, a ir acompanhados pelos que buscavam lazer e diversão.

No Brasil, o tema “Águas Minerais”, pode ser confundido com a própria história: por volta de 1540 já havia registros sobre fontes descobertas, difundidas inicialmente pelos Bandeirantes que passavam a utilizá-las como pontos de cura e repouso (LANCIA, 1996). Coincidindo com a ampliação e desenvolvimento das estradas de ferro, os balneários de águas, termais ou não, com propriedades minero-medicinais alcançaram grande êxito, vivendo dias de glória no Brasil até os anos 40, com a existência dos cassinos em estâncias hidrominerais de Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, contando com a presença constante da família imperial brasileira que deu vulto a esses núcleos em função do espírito europeu que as cortes portuguesas trouxeram ao Brasil.

Com a concentração da economia na região Sudeste e a predominância das colônias alemã e italiana na região Sul, os núcleos termais tornaram-se mais conhecidos, tais como: as cidades do Circuito Mineiro das Águas, Pocinhos do Rio Verde, Poços de Caldas e Araxá, e em São Paulo destacam-se Águas de São Pedro, Águas da Prata e as cidades do Circuito Paulista das Águas, Águas de Santa Bárbara, Ibirá. À história dessas águas minerais, assim como o estudo das fontes termominerais na evolução de seu milenar conhecimento, fundiram-se elementos empíricos, místicos, poéticos, filosóficos, técnicos e, nos tempos modernos, científicos. De acordo com Mourão (1997), quatro foram os fatores relevantes do termalismo: no início, o sentido religioso, o mistério comandando a fé; depois o instinto de imitação, o grande provedor da moda; a seguir o espírito de observação, qualidade inata dos médicos; e, por fim, a curiosidade, condição indispensável à pesquisa científica.

Os recursos naturais com funções terapêuticas bem específicas foram analisados através de estudos com base técnico-científico neste último século, ampliando sua área de atuação, com melhoras sensíveis nas técnicas de captação e de utilização, cada vez mais necessárias, em face da avassaladora onda de poluição e degradação ambiental que a “moderna” civilização nos impinge. Toda essa complexa atuação técnico-científica envolve o estudo das origens, a eliminação e as ações de proteção necessárias à preservação destes Recursos Naturais Terapêuticos (RNT). Além disso, o turismo de saúde nas estâncias, sejam elas, termiais, hidrominerais, climáticas ou balneárias abrange uma gama extensa de conhecimento, envolvendo especialistas das áreas de hidrologia, medicina, engenharia e técnicas de perfuração, captação e distribuição de suas águas minerais, projetos de equipamentos para utilização adequada desses recursos, arquitetura, planejamento urbano e turístico, núcleos de saúde, controle do meio ambiente, entrando para a área da economia e da política, visando ao desenvolvimento harmônico desses fatores, criando cidades de saúde, repouso e lazer.

Petri (1996) informa que as estâncias (denominação oficial adotada no Brasil) devem começar a se adequar a uma nova realidade, atendendo aqueles que buscam no retorno à natureza o reequilíbrio da saúde. A depender das características da água, as fontes hidrominerais servem para tratamento de saúde ou simplesmente como balneários de lazer. São conhecidos os exemplos de estâncias européias onde o lazer é com pistas de *cooper*, *bikecross*, choperias, danceterias e todo tipo de atrativo, somados às terapias para relaxamento e descanso.

Já Oliveira (2001), ao comentar os patrimônios turísticos naturais, destaca as fontes hidrominerais, onde comumente ocorre o turismo saúde como um produto turístico invejável, que tem favorecido muitos países. Dos exemplos nacionais, o autor destaca: São Lourenço e Caxambu, em Minas Gerais, Águas de Lindóia e Campos de Jordão, em São Paulo, Caldas

Novas, em Goiás, Cipó e Caldas do Jorro, na Bahia (Brasil). Quanto aos exemplos internacionais destaca: Vichy, na França, Baden-Baden, na Alemanha, York, na Inglaterra.

A importância das estâncias no contexto turístico também é destacada por Aulicino (2001) em seu trabalho sobre Turismo e Estâncias, onde cita as informações obtidas da Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, que declara que as estâncias são “municípios privilegiados que, além de recursos naturais específicos, clima benéfico e paisagens notáveis, oferecem atrativos de caráter permanente, com valor histórico, artístico ou religioso”. Porém, vale destacar que, inicialmente, os locais privilegiados em apresentar tais características, mesmo havendo a preocupação em oferecer entretenimento aos pacientes, eram ligados apenas a fatores terapêuticos que, utilizando os recursos naturais, climáticos ou hidrológicos, direcionavam-se ao tratamento de saúde das pessoas que sofressem de uma determinada enfermidade, excluindo qualquer situação que não fosse para fim curativo. Constituíam-se como locais destinados a turismo de saúde.

No entanto, Cunha (1997, p.162) ressalva que em consequência do aparecimento de doenças provocadas pela vida moderna, caracterizada pelos desequilíbrios psico-fisiológicos, pelo sedentarismo e pela agitação e tensão levando ao *stress*, o conceito de turismo saúde tem sofrido alterações significativas, tornando-se necessária a sua ampliação, onde os aspectos terapêuticos ou curativos deixam de ser os únicos, abrangendo também as atividades físicas ou desportivas bem como os fatores ou atividades complementares que contribuem para o bem-estar, definindo o turismo de saúde como:

conjunto dos produtos, que tendo a saúde como motivação principal e os recursos naturais como suporte, tem por fim proporcionar a melhoria de um estado psicológico ou físico fora da residência habitual. [...] integra três dimensões: terapêutica ou curativa, preventiva e de recuperação ou reabilitação.

Seguindo essa mesma concepção, Oliveira (2001, p. 67-68), classifica o turismo de águas termais, como:

Turismo praticado por pessoas que buscam as estâncias hidrominerais para tratamento de saúde ou simples recreação. [...] Somente lugares premiados pela natureza com recursos hidrominerais têm condições de desenvolver esse tipo de turismo. [...] É um tipo de turismo sofisticado e localizado. Exige grandes investimentos financeiros e muita organização. Deve ser dada prioridade aos cuidados com a higiene coletiva e a oferta de muito divertimento. Não basta contar apenas com os recursos naturais da água, da paisagem ou do clima agradável. É preciso tecnologia, criatividade e dinheiro.

Além disso, para caracterizar o tipo de turismo para locais que têm as águas minerais como recurso natural, o autor⁸ chama a atenção para a necessidade de uma definição precisa do tipo de visitante que o estabelecimento pretende receber: se para tratamento de saúde ou para recreação. Assinala, ainda, que os visitantes que vão somente em busca de “recreação” não gostam de conviver com os visitantes que objetivam “tratamento de saúde”, por receio de contaminação.

Quando se relaciona essa questão a uma gestão eficiente desses locais, verifica-se que tais problemas serão amenizados se existir uma clara definição dos produtos a serem oferecidos, criados para responder às necessidades concretas, objetivas ou subjetivas, dos turistas. Em um passado recente a designação de produto era apenas relacionada aos bens físicos ou tangíveis, tornando-se restrita quanto relacionada a setores da atividade econômica cuja produção é intangível ou imaterial, mas hoje a designação de produto desligado de conteúdo físico invadiu todos os setores econômicos, como é o caso do turismo onde se fala em produto referindo-se a todos os serviços oferecidos que atendam às necessidades dos seus usuários, podendo ser comercializados direta ou indiretamente, que motivam os deslocamentos, gerando uma procura. A definição de produto turístico dada por Medlik e Middleton, citados por Cunha (1997, p.154) ilustra perfeitamente este sentido que se atribui ao produto, ao defini-lo como:

⁸ Ibid, p.67

Um produto turístico é um amálgama de elementos tangíveis e intangíveis centrados numa atividade específica num destino específico. Compreende e combina as atrações atuais e potenciais de um destino, as facilidades, a acessibilidade ao destino, dos quais o turista compra uma combinação de atividades e arranjos.

Decorrente desta definição, o autor⁹ relata que, foram esquematizados os componentes essenciais do produto turístico da seguinte forma: Recursos Turísticos, ou seja, o conjunto dos elementos naturais, culturais, artísticos, históricos ou tecnológicos que geram uma atração turística; Infra-estrutura, conjunto de construções e equipamentos exigidos pelo desenvolvimento de atividades humanas dos residentes e visitantes do local bem como as que resultam das relações desse local com o exterior; Superestrutura, conjunto de facilidades necessárias para acomodar, manter e ocupar os tempos livres dos turistas; Acolhimento e cultura, ou seja, o espírito, as atitudes, os comportamentos existentes em relação aos visitantes, bem como as manifestações culturais e todos os elementos que concorrem para o acolhimento constituem uns dos mais importantes aspectos da atividade turística; e Acessibilidade, formada pelos meios de transporte externos incluindo os serviços e respectivas tarifas.

Diante dos componentes citados, a formatação de um produto turístico irá corresponder a cada segmento de mercado, respeitando as características próprias, diferenciadas e peculiares de cada país ou região. É importante o reconhecimento dos recursos turísticos em potencial existentes para a definição e formatação de um ou mais produtos definidos em função das condições específicas de cada localidade. Sendo assim, obedecendo às características das estâncias para a formatação de seu produto, foram classificadas e caracterizadas como balneárias, climáticas e hidrominerais, a partir das pré-condições firmadas pelo Decreto nº 20, de 13 de julho de 1972, segundo Auliciano (2001). De acordo com o decreto, no caso específico da Estância Hidromineral, é necessária a localização no município de fonte de água mineral, natural ou

⁹ Id, Ibid, p.154-155

captada por meios artificiais, devidamente localizada por decreto de concessão de lavra expedido pelo governo federal, com vazão mínima de 96 mil litros por 24 horas. O município deve possuir também um balneário de uso público para tratamento crenoterápico (tratamento pelas águas minerais), segundo a natureza das águas e de acordo com outros padrões fixados pelo mesmo regulamento em questão.

Além dos requisitos mínimos mencionados acima, as estâncias turísticas foram regulamentadas pelo Decreto nº 11.022, de 28 de dezembro de 1977, que estabelece que as estâncias, para funcionarem como tal, precisam ter atrativos de natureza histórica, artística ou religiosa, e/ou recursos naturais e paisagísticos. Somado a isso, as estâncias devem oferecer condições para o lazer dentro do seguinte padrão indispensável de atendimento e de salubridade ambiental:

Águas de qualquer natureza, de uso público, que não excedam padrões de contaminação e que tenham níveis mínimos de poluição; Abastecimento regular de água potável, sistema de coleta e disposição de esgotos sanitários e de resíduos sólidos, capazes de atender às populações fixa e flutuante no município, mesmo nas épocas de maior afluxo de turistas; Ar atmosférico, cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes, de maneira a torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde; Rede hoteleira para atendimento da demanda turística; e Áreas para lazer e recreação, jardins ou bosques para passeio público (AULICIANO, 2001, p. 71-72)

Nesta abordagem, Ignarra (1999) destaca que para esses recursos serem aproveitados, não basta existirem. O turismo exige gestão com competência administrativa para o cumprimento de suas principais metas de crescimento, qualitativas e quantitativas, programadas e elaboradas por intermédio de um planejamento turístico, que se faz necessário tanto para acelerar e maximizar os efeitos positivos da atividade quanto, e principalmente, para que os efeitos negativos sejam atenuados.

Beni (1998, p.98), ao discorrer sobre a importância do planejamento para o desenvolvimento turístico, enfatiza como determinante a participação ativa do poder público, fazendo o seguinte comentário:

O turismo representa uma atividade plurissetorial que necessita de coordenação e de planejamento de seu desenvolvimento, que só podem ser providos pelo poder público. Outra característica é sua relevante implicação social e cultural que não pode e não deve interessar apenas ao empreendedor mas, acima de tudo, ao Governo, que representa a garantia dos interesses da coletividade.

Por se tratar de um fenômeno social, os estudos que envolvem a atividade turística devem abranger uma análise dessa atividade do ponto de vista da percepção, das atitudes e dos valores dos moradores (TUAN, 1980), uma vez que os recursos hidrominerais – a água que cura doenças – têm significados culturais para a comunidade nativa por fazer parte da sua história e dos seus costumes.

2.3. CULTURA E TURISMO

O homem é um ser levado a aprender sempre mais a respeito de um número sempre maior de idéias e fatos, tanto por sua necessidade inata de evoluir como pelas exigências de respostas sociais às expectativas do grupo social ao qual pertence. Neste caso, o turismo vem a ser um dos veículos mais importantes de divulgação cultural, pois os aspectos da viagem que propiciam a motivação do visitante estão relacionados ao desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, de conhecer as particularidades e os hábitos da comunidade receptiva, de conhecer civilizações e culturas diferentes, de participar das manifestações artísticas ou, ainda, por motivos religiosos.

Neste contexto, é importante lembrar que um dos precedentes das viagens turísticas foi o *grand tour* que realizavam os jovens ingleses pelo continente Europeu para completar sua formação cultural, política e social. A finalidade principal dessas viagens não era propriamente de estudos, mas sim o desejo de enriquecer a própria cultura, de conhecer e aprender. Sobre o assunto, Salgueiro (2002) informa que, com o passar do tempo, o turismo aristocrático dos *grand tours* foi gradativamente gerando uma infraestrutura turística para atender ao seu público, tais como: transporte, hospedagem e guias especializados como ocorre atualmente. Se nos dias atuais, ao generalizar-se o turismo, têm surgido novos motivos, isso não se significa que o primitivo tenha desaparecido, mas que se incorporam ao turismo pessoas com outros interesses, os quais preferem usufruir uma praia a contemplar os bens culturais locais.

Diante disso, antes de abrir a discussão quanto ao turismo como um meio de proporcionar o encontro de pessoas de diferentes culturas, é necessário instituir o conceito de cultura adotado nesta pesquisa, para estabelecer a relação entre cultura e turismo. Pensa-se em cultura como uma série de elementos, como hábitos, valores, formas de pensar, interpretar e juízos sobre o mundo. Segundo Neves (1997, p. 90): “cultura é a expressão do modo de pensar, sentir, agir e reagir de um indivíduo, comunidade ou nação, manifestando na relação social através do culto, culinária, indumentária, arte, arquitetura, artesanato”.

A partir dessa concepção de cultura, toma-se como referência o conceito de turismo cultural de Cunha (1997, p.171), que o define como: “O meio que permite às pessoas conviver com os modos de vida de outros povos e de poder desfrutar de todo o patrimônio de conhecimentos desses povos, seja qual for o modo por que se expressam.” Dessa forma, o turismo cultural pode ser encontrado não só como um meio de conhecimento, mas também como

uma forma de transmitir uma imagem favorável ao visitante, mostrando o modo de vida de cada região.

Com a globalização, foi possível enxergar para muito além dos muros que nos rodeiam, porém, cada vez mais os “diferentes” tornam-se parecidos, semelhantes... Sim, porque se a globalização por um lado proporcionou as pessoas conhecerem outros padrões culturais, alargando as fronteiras, também tem levado a uma padronização de gostos e atitudes. Os lugares, conforme Barreto (2000), estão perdendo sua “cor local”, o que faz com que os moradores se perguntem sobre a sua identidade e raízes, ou seja, sobre sua própria história.

De acordo com Ignarra (1999), na atualidade, quando o processo de globalização atinge todas as atividades humanas, a valorização da cultura típica surge como uma forma de diferenciação, aspecto fundamental na qualidade do turismo. Aliás, as pessoas viajam para isso, para conhecer o outro, o diferente em relação ao seu espaço e a sua cultura. Através destas diferenças é que as culturas tenderão a se preservar, aumentando os esforços no sentido da defesa da identidade de cada povo. Estão em cena, portanto, questões intrinsecamente ligadas ao turismo, como os legados culturais e naturais, a diversidade e/ou identidade, tornando-se evidente sobretudo (e este é um efeito positivo da globalização) que o desenvolvimento não pode prescindir da dimensão cultural; e que o turismo lida com um universo muito mais rico que atividades de lazer.

Coincidentemente, com o fortalecimento da valorização cultural, o mundo presencia certas tendências que se vão universalizando. Uma delas diz respeito ao perfil do turista na atualidade, aquele que não quer ver apenas as manifestações culturais produzidas exclusivamente para lhe serem mostradas, nas quais muitas destinações turísticas se especializam. Quer também

conhecer o cotidiano do povo local, conhecer um ritmo diferente daquele ao qual está comumente acostumado, razão pela qual torna-se imprescindível que as questões de identidade e memória coletiva estejam na agenda de discussões das políticas de resgate da memória local, incluindo a multiplicidade e as modificações culturais trazidas pela globalização da cultura e da informação. E isso inclui o turismo e todos os profissionais que se encontram nele envolvidos.

Memória, segundo Le Goff (1996, p.476), “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. A revitalização de espaços, se bem realizada, apóia-se na memória coletiva, estimulando-a, ao tempo em que é de fundamental importância para desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e cultura. Mas é importante ressaltar que a memória coletiva é tratada não somente como uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder. Compreender a história local através da recordação e da tradição é uma manifestação da memória.

Como uma das fontes de informação, o reconhecimento da história oral como técnica de pesquisa por meio da memória reconstruída, pode mesmo ajudar a esclarecer impasses apresentados pelas fontes escritas. A informalidade de expressão de que se reveste transforma-a em mecanismo capaz de captar aspectos nem sempre conseguidos via outras fontes de relato (Ferreira, 2001). Mesmo porque, a oralidade nas comunidades tradicionais permanece como principal forma de transmissão do seu saber, do seu estilo de vida, da sua história.

Para Le Goff ¹⁰, não se pode esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominados da

¹⁰ Ibid, p. 473

memória coletiva: “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiência histórica ou de gerações, levadas a constituir os arquivos em função dos usos diferentes que fazem a memória”.

Porém, o que se observa, apesar do discurso em prol da preservação de identidade e reconhecimento das culturas locais através da memória coletiva, é que todos esses aspectos que constituem o produto turismo cultural são passíveis de serem explorados para atração de visitantes, deixando de ocorrer de maneira espontânea e livre, e passando a ser planejado e subordinado às políticas públicas, à iniciativa privada ou à parceria de ambas, transformando-os em mercadorias a serem vendidas. A reelaboração de produtos culturais, sem uma pesquisa aprofundada, pode provocar uma descontextualização nos rituais e costumes que nada tem a contribuir para o resgate da memória e identificação da comunidade com a sua história. A partir daí, Santana (2001) comenta que atitudes como essas, além de provocar o descontentamento da população local, alterando o seu espaço e não entendendo a sua dinâmica e sua cultura, produz conseqüentemente a não-identidade e, conseqüentemente, o não-lugar.

Mas, nem sempre o turismo tem sido este monstro devorador da tradição. Há muitos exemplos em que, devido a um planejamento criterioso aliado à pesquisa histórica e contando com a participação da comunidade local, o turismo contribui para o resgate da memória local, não apenas para o turista, mas para a própria comunidade. Sobre esse aspecto, Barreto afirma que:

A fidelidade aos fatos históricos, ao que está guardado nos arquivos, tanto oficiais quanto da memória coletiva, a recuperação das histórias da vida cotidiana, a compreensão dos nexos entre os grandes feitos e a *petite histoire*, tudo isso é condição para trabalhar bem um recurso cultural do ponto de vista de sua aplicação ao turismo (BARRETO, 2000, p.77) .

Ruschmann (1997) destaca que tais problemas tendem a diminuir a partir de um esforço de conscientização a respeito dos papéis relativos dos setores público e privado e da comunidade.

Sem o apoio local e o engajamento das comunidades, os mais promissores projetos de desenvolvimento do turismo cultural são fadados ao fracasso. Assim, o planejamento do turismo deve passar por um programa de conscientização da população para a importância dessa atividade, principalmente pelo fato de que um dos benefícios do turismo é o crescimento do orgulho da comunidade.

A consciência cultural é um insumo necessário ao desenvolvimento do turismo. Existe um papel significativo da comunidade local na proteção de sua cultura - seja na arte, na música, na dança, no artesanato, na gastronomia, no folclore, nas manifestações religiosas, na história da comunidade local ou da comunidade indígena, que é: decidir o que está preparado para oferecer, como será apresentado o seu patrimônio cultural e quais os aspectos da cultura, se houver, que estariam fora dos limites para o visitante.

Entende-se que a compreensão destes setores – público, privado e principalmente da comunidade - é de fundamental importância, uma vez que estão interligados e agem de forma integrada, constituindo-se eixo básico da estrutura para o desenvolvimento turístico. É necessário, no entanto, que todos os envolvidos estejam cientes das suas responsabilidades para que os valores culturais não sejam impostos, mas sim entendidos como uma ação constante, vulneráveis a sofrer influência do meio e que, para serem aceitos, precisam ser valorizados, ter identidade própria, ancorados em um espaço e representar uma sociedade em um tempo determinado. Essa heterogeneidade dos grupos sociais será a força motriz para o diferencial da atividade turística de cada localidade e é através destas diferenças que as culturas tenderão a se preservar.

Conforme Lemos (1984, p.29), preservar é também “gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares”.

Por isso, pode-se concluir que os bens que mais contribuem para que o turismo se produza são os de caráter cultural, porque eles mesmos determinam por si a formação de grandes correntes de viajantes, e porque são desfrutados, em maior ou menor medida, por aqueles que praticam o turismo movidos por outros motivos. Daí, os bens culturais se constituírem a grande oferta turística local e as sociedades que souberem manter e cultivar a diferenciação cultural reforçarão a sua aptidão para competir no turismo.

2.4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VERSUS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS

O turismo tem comprometido o meio ambiente natural e social por muitas razões. Considerado “indústria” e com objetivos puramente econômicos, colocando o lucro como prioridade, tem desencadeado um violento processo de especulação imobiliária, uma supervalorização do solo litorâneo com construções de hotéis, estradas e infra-estrutura de apoio que desrespeitam as normas e as leis ambientais, além de modificar o cotidiano da comunidade.

Os primeiros trabalhos que trataram sobre o impacto do turismo nos destinos se concentravam principalmente nos aspectos econômicos. Theobald (2001) acrescenta que tais estudos não foram apenas pelo fato desses impactos serem de fácil mensuração, mas havia também o interesse de que fosse demonstrado o benefício econômico líquido que o turismo implicava para os destinos que o acolhiam. Em muitos casos é evidente a participação do turismo na economia local, entretanto, o turismo pela sua própria natureza é atraído por ambientes e sociedades peculiares e frágeis, tornando-se vulnerável aos efeitos ambientais e sociais, principalmente, quando não mensurado previamente tendo, conseqüentemente os custos de receber turistas desproporcionais aos benefícios recebidos.

Como procurar viver essa realidade na qual se sabe que o desenvolvimento e o meio ambiente estão intimamente relacionados? Sem dúvida terão de haver mudanças na ética com que se considere a sociedade, meio ambiente e as exigências econômicas. Deve-se pensar em novos valores para se relacionar com a comunidade e o meio ambiente onde se vive. Sem uma postura ética ante o meio ambiente natural e social o turismo perderá a sua vitalidade, sofrendo grandes problemas de esgotamento.

O meio ambiente, definido por Silva (1994, p.10), “é a integração do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”. O meio ambiente natural é constituído pelo solo, a água, o ar atmosférico, a flora, enfim, pela integração dos seres vivos e seu meio, onde se dá a correlação recíproca entre as espécies e as relações destas com o ambiente físico que ocupam, enquanto, o meio ambiente artificial é constituído pelo espaço urbano construído. Com relação aos aspectos do meio ambiente cultural este é integrado pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico que, embora artificial, difere do anterior pelo sentido de valor especial que adquiriu ou de que se impregnou.

Barroco (2000), ao comentar os processos de destruição ecológica, destaca que esses se vêm repetindo com grande frequência e há bastante tempo degradando, principalmente os rios, fauna, flora e apresentando grande assoreamento. E por esse motivo muitos anos ainda será preciso administrar as heranças problemáticas do passado nas localidades turísticas provocadas pela ausência do planejamento que proporcionou o seu crescimento descontrolado e, conseqüentemente, não impondo limites aos seus visitantes, onde o vandalismo deixou marcas irreversíveis nas paisagens.

Para muitos autores o turismo não planejado atrai, de um modo geral, pessoas que fazem uso equivocado do espaço público por possuir características de um turismo em que a pobreza faz parte do cenário, onde a sujeira, miséria e a falta de uma infra-estrutura básica convivem, lado a lado, com as belezas do patrimônio natural e cultural local. Essas são as razões destacadas por Mathieson & Wall (1990), que trazem tantas controvérsias com relação as opinião de muitos autores sobre o turismo. Para uns, o turismo representa uma indústria que traz divisas, gera emprego e renda. Para outros, o turismo é responsável pela destruição dos estilos de vida, degradação ambiental e cultural.

A questão é que o ambiente, seja ele natural, artificial ou cultural, é o ingrediente fundamental do produto turístico. Entretanto, no momento em que a atividade turística acontece, o ambiente é o primeiro a ser modificado, seja para atender e facilitar o turismo ou durante o processo turístico. Por essa razão, a preservação ambiental e os programas de melhoramento são agora parte fundamental de muitas estratégias para se desenvolver um turismo sustentável, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, período que tais considerações passaram a ser tratadas com muito mais respeito. Segundo Cooper, para estudar o impacto físico do turismo é necessário estabelecer:

Os impactos físicos criados pela atividade turística, comparados aos de outras atividades; quais eram as condições antes de acontecer a atividade turística, para obter uma linha de referência, a partir da qual se possam fazer comparações; e, quais os níveis diretos e induzidos de impactos ambiental que estão associados à atividade turística (COOPER et al, 2001, p.184).

Também é importante observar que em muitas destinações turísticas, ambientalmente sensíveis, há poucos atos legislativos e ainda menos órgãos com poderes para salvaguardar o meio ambiente com relação ao desenvolvimento turístico. Entretanto, essa ausência não deveria ser o fator impeditivo para os planejadores realizarem suas próprias avaliações de impacto

ambiental e social em empreendimentos propostos. É importante identificar cedo os impactos ambientais e sociais associados ao desenvolvimento do turismo porque, é mais fácil evitar o dano material e social do que seria corrigir este dano uma vez implementado o projeto, e mais, os projetos que dependem muito de áreas de grande beleza podem torna-se inviáveis se degradarem o meio ambiente impedindo o seu desenvolvimento local.

A concepção de desenvolvimento local ultrapassa o campo da economia desdobrando-se em processos de revitalização social e espacial capazes de reter as populações nos seus locais de origem, induzir a melhoria das condições de vida, principalmente, com a agregação de segmentos excluídos do contexto sócio-econômico de um determinado espaço geográfico (CAVACO, 1999). Pelo fato dos recursos ambientais serem limitados, os efeitos causados no meio ambiente podem ser desastrosos, caso não sejam adequadamente dimensionados, dentre eles, Lage e Milone (2001) destaca a poluição da água, ar, solo, sonora e visual, problemas de saneamento básico, degradação ecológica, problemas de uso do solo, e danos a sítios históricos/arqueológico. No entanto, os autores destacam que há um número de impactos positivos quando a consciência da importância da natureza e do meio ambiente estão presentes nas políticas e estratégicas do desenvolvimento turístico de um país, tais como: conservação de áreas naturais importantes, de lugares históricos e do patrimônio arquitetônico local, melhoria da qualidade do meio ambiente e da infra-estrutura.

Da mesma forma, os efeitos sociais ocorridos vêm sendo fatores que interferem no desenvolvimento turístico quando identificado no local de destino uma comercialização excessiva, perda da autenticidade em manifestações culturais, perda da identidade cultural, superpopulação e perda da comodidade dos nativos, modificação do padrão de consumo e o aumento de problemas sociais. Tais fatores podem ser minimizados através de um planejamento

participativo onde todos estejam envolvidos no processo para que fatores positivos como: a conservação do patrimônio, renovação da identidade cultural, e intercâmbio cultural, sejam objetivos para o desenvolvimento local.

Um dos pressupostos para o desenvolvimento local – a articulação dos atores envolvidos - impõe a criação de instituições e mecanismos de participação da sociedade no processo decisório como forma de melhor envolvê-los no compromisso de suas responsabilidades com o local . Para tal é necessário que o objetivo do planejamento tenha como foco a melhoria da qualidade de vida da população local, proteção ao meio ambiente e preservação do seu patrimônio histórico e cultural, unido a um sistema de co-gestão dentro de uma perspectiva de planejamento participativo. Segundo Dencker (1998, p.230) a base do processo dessa nova concepção de planejamento está na seguinte idéia:

planejamento e implementação são etapas que devem ser desenvolvidas de maneira integrada. Trata-se de um planejamento baseado na cooperação. O planejamento é realizado com e não para. Todos os envolvidos devem participar do processo, no qual a ética, os valores morais e o profissionalismo são elementos importantes e reconhecidos como pressupostos para a eficácia do método.

A necessidade de uma gestão participativa surge mediante as complexibilidades decorrentes da atividade turística. O envolvimento de todos, sejam eles os turistas, os prestadores de serviços e instalações turísticas, os habitantes, os líderes da comunidade (membros do governo), é de fundamental importância na realização do planejamento, pois faz com que se tenha uma visão mais ampla da realidade local. Uma participação ativa dos envolvidos permite que sejam descobertas falhas e erros do planejamento, além de possibilitar a correção dos objetivos propostos antes que aconteçam impactos negativos, sejam eles sociais, ambientais ou políticos, muitas vezes irreversíveis.

A grande preocupação dos planejadores na atualidade é quanto a sustentabilidade do turismo. É necessário definir um modelo de desenvolvimento que permita o crescimento da atividade sem perda de sua qualidade. Apesar das leis existentes que regulamentam e servem como instrumentos de controle para a utilização do espaço, em muitas localidades estas leis não são cumpridas integralmente devido a uma série de dificuldades, principalmente, a falta de conscientização da população. Por isto, muitas vezes campanhas de conscientização são mais eficientes que várias leis proibitivas.

Segundo Ruschmann (1997), para que esses impactos negativos ambientais e sociais sejam amenizados é preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade desses recursos não seja a causa da sua degradação. Para isso, o Estado deve cumprir com a sua responsabilidade no que concerne principalmente na conscientização e sensibilização da população para a proteção do meio ambiente, zelando pela sua aplicação considerando os seus custos e benefícios sociais.

Para que isso ocorra de maneira eficiente, Rodrigues (1997) comenta que é necessária a participação de todos no planejamento. Há que se confiar na capacidade e sabedoria das comunidades locais na identificação dos seus problemas e na tentativa de soluções originais com base na própria experiência e na de outros grupos similares, selecionando e adequando as importações de tecnologia para cada realidade através de planejamento único para cada lugar. Seria pensar o desenvolvimento com base local, o que significa contrariar a racionalidade econômica hegemônica vigente pregando a fórmula do desenvolvimento em escala humana. A garantia desse equilíbrio, foi o que motivou os planejadores do turismo passarem a defender um modelo de desenvolvimento turístico sustentável.

O desenvolvimento sustentável representa um novo direcionamento da atividade e, conseqüentemente, um grande desafio para os órgãos responsáveis pela preservação ambiental e pelo turismo nos países com recursos naturais consideráveis. A sua ênfase tem sido maior nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. [...] Além disso, a preservação ambiental e as medidas implantadas pelo setor poderão tornar-se uma força para o marketing, demonstrando, no exterior, a preocupação do país com o bem-estar do turista, aliado à preservação dos recursos naturais e culturais. Estratégia semelhante poderá ser empreendida no mercado nacional. (RUSCHMANN, 1997, p.115)

O conceito desenvolvimento sustentável ganha amplitude em 1987, com a publicação do relatório Bruntland, definindo como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades e aspirações humanas” (RELATÓRIO BRUNTLAND apud SILVEIRA, 1997, p.89). Em síntese, o relatório considera necessário continuar o desenvolvimento levando em conta a possibilidade de recomposição dos ecossistemas e dos recursos naturais disponíveis. No entanto, a Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe (1990) chama atenção quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável nos países pobres, estabelecendo o contraponto quando enfatiza que “antes de olhar o futuro, tem que satisfazer as necessidades básicas da população, principalmente dos grupos de baixa renda, que chegam a mais de 75% do continente”.

Considerando a realidade brasileira essa ótica está mais próxima, uma vez que tem uma elevada população de baixa renda e alto índice de desemprego, resultando num quadro social heterogêneo. Nesse caso, conforme Sant’Anna (2001) é muito importante diferenciar a preservação (um conceito rígido de manutenção estática da natureza) da conservação, que é considerado mais viável, pois, nesse conceito, a natureza é transformada sob controle, levando em conta as necessidades humanas.

Na tentativa de superação do desenvolvimento turístico, até hoje dominante, surgiu a proposta de turismo sustentável. Segundo Silveira (1997), o princípio da sustentabilidade

aplicado ao turismo vai além da dimensão ecológica, pois compreende também a melhoria das condições econômicas e sociais das populações locais e a satisfação dos turistas, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras. Em síntese, o turismo sustentável está fundamentado nos seguintes princípios de sustentabilidade, segundo Sachs apud Oliveira (2000, p. 90-91):

1) *Sustentabilidade Ecológica*, entendida como a proteção da natureza e da diversidade biológica, portanto, o desenvolvimento turístico deve respeitar a “capacidade de suporte” dos ecossistemas, limitar o consumo dos recursos naturais, e provocar o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;

2) *Sustentabilidade Social*, fundamentada no estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa de renda, redução das atuais diferenças sociais e a garantia dos direitos de cidadania;

3) *Sustentabilidade Cultural*, que implica a necessidade de se buscar soluções de âmbito local, utilizando-se as potencialidades das culturas específicas, consolidando a identidade cultural e o modo de vida local, assim como a participação da população local nos processos decisórios e na formulação e gestão de programas e planos de desenvolvimento turísticos;

4) *Sustentabilidade Econômica*, que assegure o crescimento econômico para as gerações atuais e, ao mesmo tempo, o manejo responsável dos recursos naturais, que deverão satisfazer as necessidades das gerações futuras;

5) *Sustentabilidade Espacial*, que baseia-se na distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos para evitar a superconcentração de pessoas, equipamentos e de

infra-estrutura turística e, conseqüentemente, diminuir a destruição dos ecossistemas frágeis e a deterioração da qualidade da experiência do turista.

Murta e Albano (2002), compreende que, o turismo bem planejado dentro dos princípios da sustentabilidade, pode ter um impacto positivo e ser um catalisador da restauração, conservação e revitalização de ambientes naturais e culturais, reforçando a cultura local e contribuindo para a geração de empregos e renda nas comunidades. Com base no conceito de turismo sustentável, os estudos têm levado ao conceito da capacidade de carga turística. Capacidade de carga se refere a um ponto além do qual níveis superiores de visitas ou de desenvolvimento turístico levariam a uma deterioração inaceitável do ambiente físico e da experiência do visitante (Theobald, 2001). Contudo não será objeto desta pesquisa calcular as referidas capacidades.

Neste contexto a sustentabilidade tem aparecido como uma nova bandeira de luta, como reação social e política à racionalidade econômica. O desenvolvimento sustentável deixa de ser aquele com direção linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até os nossos dias, e passa a ser aquele a reconhecer e a articular diferentes formas de organização e as demandas como base, sustentáculo a uma verdadeira sustentabilidade. Segundo Almeida (2001, p. 25), “O modelo de desenvolvimento buscado seria então um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental.”

A proximidade com a realidade local pode resultar na adoção de soluções técnicas mais apropriadas, através de um aprendizado na relação setor público/comunidade, por exemplo. As soluções provenientes da “sabedoria popular” permitem a construção de um não saber técnico para tratar a realidade. O que não se pode é criar a ilusão de que a criação de um plano possa

controlar as atividades tanto governamentais quanto à da iniciativa privada sem conflitos entre os grupos. Eles existem. O que precisa é saber controlá-los e superá-los. Na realidade é que não existe uma fórmula exata para o desenvolvimento do turismo. Por esta razão, o planejamento é um processo contínuo e que deve estar em constante revisão. O importante é o diferencial de que cada localidade pode oferecer em relação a outros produtos.

3. METODOLOGIA

Após a definição do tema a ser pesquisado, entre as etapas iniciais de um trabalho científico está a determinação de uma metodologia científica. A partir da necessidade de obtenção de conhecimentos mais seguros que os fornecidos por outros meios, a atividade da pesquisa é a investigação detalhada, sistemática, empírica e crítica dos dados, com o objetivo de descobrir e ou descrever fatos e ou verificar a existência de relações entre eles (DENCKER, 1998). Diante disso, a presente pesquisa foi desenvolvida com o objetivo fundamental de chegar a uma visão construída da realidade local, através do processo de investigação, mediante coleta, organização e análise de dados com a finalidade de obter informações sobre comportamentos, relações e tendências que permitam verificar a caracterização de Olivença enquanto Estância Hidromineral e a existência dos componentes essenciais de produtos turísticos.

Sendo assim, este capítulo é relevante no contexto da pesquisa científica porque, de acordo com Barros e Lehfeld (1986), consiste na aplicação do método através de processos e técnicas que fornecerão diretrizes e orientações de procedimentos, objetivando a obtenção de resultados confiáveis.

De acordo com os objetivos deste trabalho, teve-se como área a ser estudada a localidade de Olivença, onde se situa a Estância Hidromineral de Olivença, distrito do município de Ilhéus, a qual, devido a sua privilegiada localização, seus atributos físicos, naturais e culturais, oferece condições propícias ao desenvolvimento de projetos turísticos, fazendo com que seja considerada como um dos atrativos turísticos de Ilhéus, com opção de lazer litorâneo, e pelos benefícios de suas águas minerais¹¹.

Localizada no Km 18 da BA 001, estrada que lhe serve de acesso acompanhando a orla marítima, Olivença possui uma área de 327.000 m² (urbano e rural), com uma população total aproximada de 15.496 habitantes. Além da agricultura de subsistência, do cultivo do côco, piaçava, melancia e mamão¹², tem a atividade turística como um dos principais fatores para o seu desenvolvimento socioeconômico, podendo tornar-se um fator de sucesso, se planejada e bem gerenciada com o objetivo de alcançar competitividade no setor.

Em que pese à importância da rede de hospedagem local e de outros equipamentos como bares, restaurantes, lanchonetes, telefones públicos e transporte urbano, há ainda uma carência expressiva em relação a uma oferta diversificada e composta de outros elementos auxiliares de suporte ao turismo como bancos, correios, posto de gasolina, posto de informações turísticas, praças e jardins, casas de espetáculo e cinemas, mecânica automobilística, agência de turismo, locadora de automóveis e táxi, entre outros.

A Estância Hidromineral de Olivença, ao tempo em que mostra um certo dinamismo em época de férias escolares, feriados e finais de semana, encobre problemas cruciais quanto à infraestrutura básica, principalmente a falta de saneamento básico, iluminação pública e limpeza

¹¹ Conforme informativos da Ilhéustur (Atualmente SETUR), Bahiatursa e do Diagnóstico do Município de Ilhéus realizado pelo Sebrae-Bahia (1998).

¹² Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Ilhéus – PMI - 2003

urbana, justificando-se, desse modo, a escolha do estudo de Olivença enquanto Estância Hidromineral.

Os dados desta pesquisa foram obtidos através de fontes secundárias e primárias. De acordo com Malhotra apud Reinaldo (2000), as fontes secundárias são dados já disponíveis porque já foram coletados para algum outro propósito diferentemente do estudo em questão. Nesta pesquisa, o levantamento de dados secundários se deu através da pesquisa bibliográfica e documental.

A maior parte das informações utilizadas para a realização da pesquisa proposta foi buscada através da pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de material anteriormente elaborado, constituído basicamente de livros e artigos científicos. Sua vantagem é permitir ao investigador acessar um número maior de informações do que ele poderia atingir se as buscasse diretamente. Para descrever o processo histórico e turístico de Olivença, a pesquisa bibliográfica foi indispensável. “Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos do passado se não com base em dados bibliográficos” (GIL, 2000, p. 62).

Outras informações foram coletadas por meio de pesquisa documental que difere da pesquisa bibliográfica na natureza da fonte de informação. A pesquisa documental, em vez de utilizar a contribuição dos diversos autores sobre o assunto em questão, baseia-se naqueles materiais que não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reestruturados conforme os objetivos da pesquisa (GIL, 2000). Foi dada uma atenção especial às publicações de Decreto-Lei como: Código de Águas Minerais nº 7841/PR e Regulamentação das Estâncias Turísticas nº 11.022 (1977). Da mesma forma, foram também trabalhados os dados provenientes de bancos de dados da Internet, além das atas das antigas administrações de Olivença. Os dados colhidos foram

submetidos a um processo de análise documental com o intuito de identificar informações que pudessem vir a auxiliar na pesquisa.

Quanto ao levantamento de fontes primárias, foram obtidas através de pesquisa de campo, por meio de entrevistas estruturadas e da coleta de história oral, realizada nos meses de maio e junho de 2003. Para Gil (2000) a entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas com alternativas de resposta previamente estabelecidas. Entre as vantagens desse tipo de entrevista estão na sua rapidez, o que implica custos relativamente baixos, e por possibilitar a análise estatística dos dados, já que as respostas são padronizadas.

No caso da história oral, segundo Gwin Prins (1992), muitos historiadores que trabalham com fontes escritas desprezam a tradição oral porque ela não possui três qualidades: precisão da forma, rigor na cronologia e comprovação da comunicação. Hoje a proposta metodológica da história oral é mais bem aceita e já faz parte do arsenal técnico-metodológico de um número cada vez maior de profissionais de história e de outras disciplinas sociais afins. A história oral pode distinguir-se como um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. De acordo com Ferreira (2001), “fazer história oral significa produzir conhecimento histórico científico, em que o objeto de estudo é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes”.

A população pesquisada foi a comunidade de Olivença, onde os entrevistados foram escolhidos em razão de serem pessoas representativas do local. As entrevistas ocorreram em quatro grupos distintos, todos eles com diferentes olhares e ligados, direta ou indiretamente, à atividade turística. Dessa forma, procurou-se, através da percepção desses grupos, compor a

realidade do cenário local e suas atividades turísticas. Considerando “percepção” como um julgamento sobre o que é adequado ou aceitável para determinada situação (Stankey apud Takahashi, 2002), elaborou-se um questionário que foi aplicado, utilizando-se uma amostra não-probabilística intencional, com os representantes da comunidade indígena, dos moradores residentes mais antigos (moradores ou residentes em Olivença nos últimos 50 anos), dos antigos administradores de Olivença e dos empresários dos meios de hospedagens, distantes 6 Km da sede nos sentidos norte e sul, limites esses dados pela concentração da maioria dos estabelecimentos turísticos.

Como afirmam Barros e Lehfeld (1986), a amostra não-probabilística intencional ou de seleção racional é a técnica utilizada de acordo com uma estratégia adequada, em que os elementos da amostra são escolhidos. Estes se relacionam intencionalmente com as características estabelecidas, dirigindo-se a grupos de elementos dos quais se deseja saber a opinião.

Uma referência básica desde estudo será reconhecer, ao final da pesquisa, se a Estância Hidromineral de Olivença é atualmente uma estância de tratamento de saúde. Para responder a esta questão e saber se Olivença oferece os componentes essenciais de um destino turístico/cultural, e verificar a existência de possíveis impactos sociais e ambientais, realizou-se através da técnica comparativa uma análise crítica entre dois períodos: a) do final do século XIX¹³ até os anos setenta no século XX, quando, segundo cronistas e historiadores, suas águas eram a motivação principal para os visitantes e, b) após os anos setenta, devido ao crescimento da localidade, incentivado pelo governo estadual, como forma de promover o turismo.

¹³ Os dados dessa época foram obtidos através de dados secundários, segundo Campos (1981)

Além destas análises, fez-se ainda uma comparação relativa desta localidade com outras Estâncias Hidrominerais, escolhidas por serem consideradas de sucesso ao longo da sua história, - embasada no conceito de desenvolvendo sustentável - , e assim constatar se Olivença se enquadra nessa categoria de acordo com o conceito previsto de Turismo de Saúde.

Com referência aos instrumentos metodológicos, adotou-se a utilização de métodos científicos que permitissem o alcance dos objetivos propostos pela dissertação. Além da utilização do método exploratório que envolveu a pesquisa bibliográfica e documental, foram também utilizados os métodos: descritivo, através do qual procurou-se descrever situações do processo histórico e turístico de Olivença, partindo do pressuposto de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, colhidos a partir de dados primários obtidos por meio de entrevistas pessoais e da história oral dos seus moradores mais antigos; do método descritivo comparativo, com a finalidade de verificar fatos similares e explicar divergências comparando passado e presente, e para comparações entre locais com diferentes estágios de desenvolvimento (no caso específico Olivença e outras Estâncias); e o método descritivo estatístico, com objetivo de responder às questões quantitativas da pesquisa, utilizando-se da estatística para apresentação dos resultados analisados e interpretados a partir dos percentuais das respostas obtidas (SÂMARA; BARROS, 1997).

As variáveis trabalhadas para caracterizar as fontes de águas minerais como produto turístico foram criadas a partir do conceito de turismo de saúde e de repouso, definido por Cunha (1997) e Oliveira (2000), e embasado no Decreto nº 11.022, de 28 de dezembro de 1977, citado por Aulicino (2001, p. 71), que regulamenta as estâncias turísticas e estabelece os requisitos mínimos para o seu funcionamento. Essas variáveis serão também utilizadas para a análise comparativa relativa de Olivença e outras Estâncias.

Com relação à verificação da existência de outros produtos turísticos em Olivença, as variáveis utilizadas basearam-se nos componentes essenciais para a formatação de produto turístico que, segundo Cunha (1997), compreendem e combinam atrações e potenciais de um destino, dos quais o turista compra uma combinação de atividades e arranjos. Esses componentes foram classificados por Cunha¹⁴ como: a) recursos turísticos; b) infra-estruturas; c) superestruturas; d) acolhimento e cultura; e) acessibilidade. Esses fatores serão considerados como elementos constitutivos do produto turístico, desde que suas características comprovem sua potencialidade para atividade turística.

Para identificar possíveis impactos sociais e ambientais ocorridos em Olivença, a observação da pesquisadora foi acrescida da percepção da comunidade entrevistada que auxiliou na elaboração das variáveis trabalhadas, embasadas em teóricos como: Cooper (2001), Lage e Milone (2001), e Ruschmann (1997).

3.1. CARACTERIZAÇÃO DE TURISMO DE SAÚDE DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL

Foram selecionados onze indicadores para a caracterização de Turismo de Saúde da Estância Hidromineral de Olivença.

Indicador 1 - Composição química e qualidade da água.

Indicador 2 – Fontes de coleta de águas (manuseio, manutenção e higiene para o consumo).

Indicador 3 – Características terapêuticas das águas.

Indicador 4 – Higiene coletiva (relativa a nascente, percurso das águas, balneário e fontes de coleta).

¹⁴ Id, Ibid, 1997, p. 154 e 155

Indicador 5 – Balneário de uso público para tratamento Crenoterápico, segundo natureza das águas.

Indicador 6 – Serviços fisioterápicos (tipologia e a presença de profissionais na área para atendimento aos visitantes).

Indicador 7 – Poluição da água, ar, solo, sonora e visual.

Indicador 8 – Áreas de lazer e entretenimento.

Indicador 9 – Abastecimento de água potável.

Indicador 10 – Disposição de esgotos sanitários.

Indicador 11 – Equipamentos turísticos (hotéis, pousadas, bares, restaurantes, barracas de praia, *campings* etc).

3.2. COMPONENTES ESSENCIAIS PARA A FORMATAÇÃO DE PRODUTO TURÍSTICO

- Sobre os Recursos Turísticos:

Indicador 12 – Praias e rios.

Indicador 13 – Fontes Hidrominerais.

Indicador 14 – Mata Atlântica (preservada).

Indicador 15 - Fauna e Flora.

Indicador 16 – Cultura local: gastronomia, usos e costumes.

Indicador 17 - Sítio arqueológico: o antigo quadrado jesuítico e a igreja matriz.

- Sobre a Infra-estrutura:

Indicador 18 – Ruas: pavimentação e conservação.

Indicador 19 – Sinalização turística.

Indicador 20 – Sinalização urbana (do DETRAN).

Indicador 21 – Limpeza pública.

Indicador 22 – Segurança pública.

Indicador 23 – Energia pública: produção e distribuição de energia.

Indicador 24 – Meios de comunicação: rede de telefonia comum e celular, antenas de captação de rádio, televisão, serviços de correio.

Indicador 25 – Vias de acesso: rodovias, terminais de passageiros.

Indicador 26 – Saneamento básico: coleta, tratamento e despejo de esgotos, coleta e tratamento de lixo.

- Sobre a Superestrutura:

Indicador 27 – Meios de transportes intra-urbano.

Indicador 28 – Serviços de alimentação (restaurantes, barracas, outros).

Indicador 29 – Passeios oferecidos.

Indicador 30 – Serviços de recepção, informação e guias de turismo.

Indicador 31 – Comércio em geral.

Indicador 32 – Comércio de artesanatos.

- Sobre o Acolhimento e cultura:

Indicador 33 – Relacionamento residente/turista.

Indicador 34 – Manifestações Populares (dança, música, festas, entre outros).

Indicador 35 – Realizações Desportivas.

- Sobre a Acessibilidade:

Indicador 36 – Meios de transportes inter urbanos, municipais, regionais, estaduais.

Indicador 37 – Aeroporto/ Porto/Rodoviária.

3.3. QUANTO AOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PRESENTES NA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE OLIVENÇA

Objetivando uma avaliação dos impactos, foram escolhidos os seguintes indicadores:

Indicador 38 – Qualidade das praias, rios, fontes e balneário.

Indicador 39 – Coleta de lixo nas praias e no balneário da Estância Hidromineral de Olivença.

Indicador 40 – Limpeza dos banheiros nas praias e no balneário da Estância Hidromineral de Olivença e banheiros públicos.

Indicador 41 – Distribuição da rede dos esgotos próximos às praias e rios.

Indicador 42 – Conservação/restauração de sítios históricos/arqueológico.

Indicador 43 – Preservação e divulgação da cultura indígena existente.

Indicador 44 – Desmatamento.

Indicador 45 – Conscientização e sensibilização da comunidade para a proteção dos aspectos sociais e ambientais.

3.4. MOTIVAÇÕES DE VIAGEM PARA A ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE OLIVENÇA

Selecionaram-se os seguintes indicadores para análise:

Indicador 46 – Lazer/Descanso, inclusive em segundas residências.

Indicador 47 - Contatos familiares.

Indicador 48 – Saúde.

Indicador 49 – Contemplação da natureza.

Indicador 50 – Religiosa, festividades populares.

Indicador 51 – Atividades desportivas.

Indicador 52 – Cultural (arquitetura religiosa; sítio histórico; cultura indígena: artesanato, gastronomia, danças, músicas, outros).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. OLIVENÇA: DE UMA ALDEIA DE ÍNDIOS A ESTÂNCIA HIDROMINERAL

- História do Aldeamento e da Vila de Nova Olivença

As primeiras notícias que se tem do século XVI sobre a área em estudo referem-se às relações estabelecidas entre os primeiros ocupantes da região e, os colonos deslocados de Portugal com a implantação do sistema de capitâneas hereditárias.

Nesse período, muitas eram as lutas travadas com os nativos na tentativa de escravizá-los; além disso, tinha um outro aspecto relevante no que diz respeito ao significado e valor do espaço ocupado. Os índios incorporavam aqueles espaços como único referencial de vida e sobrevivência, ao passo que os colonizadores europeus se apropriavam dos ambientes litorâneos visando à exploração de riquezas naturais em larga escala e a expansão comercial agrícola que, além de ampliar as áreas de cultivo, passou a ser uma estratégia da política colonial de conquista, dominação, essencial para defesa do território.

Os índios logo foram marginalizados em seus territórios e a ocupação colonial imprimiu uma dinâmica nova à paisagem primitiva, implantando alterações mais marcantes na paisagem: engenhos de cana-de-açúcar, ampliação das vias de transportes, vilas e fazendas. A necessidade de mão-de-obra escrava fazia com que os colonos incentivassem as bandeiras e os descimentos¹⁵, atingindo inicialmente os Tupi do litoral e depois os chamados grupos do interior do sertão, os “bravios” e “antropófagos” aimoré (também conhecidos por Gren) e kamakã-mongoió, objetivando trazê-los para junto das povoações portuguesas para serem escravizados, aldeados e catequizados de modo a tornarem-se vassallos úteis, como diziam documentos do século XVIII (PERRONE; MOISÉS, 1992).

Muitos dos índios, pressionados pelos brancos, com suas bandeiras, optaram por estabelecer relações pacíficas e aceitaram os aldeamentos jesuíticos, situados, em geral, próximo às populações coloniais, sendo que os Tupiniquim foram aldeados em vários pontos da Capitania de Ilhéus. A aldeia de Nossa Senhora da Escada, fundada por jesuítas em 1700, a três léguas ao sul de Ilhéus, abrigou índios tupiniquim que haviam sobrevivido em outros aldeamentos, anteriormente instalados nas proximidades da vila de Ilhéus, dizimados, principalmente, por doenças infecto-contagiosas.

Sob a administração dos jesuítas, esses índios sofreram interferências voltadas para impor-lhes novos padrões de organização e de crenças religiosas. Eram o missionamento e a conversão religiosa. Não havia mais lugar para a adoração dos antigos deuses, com danças ritmadas ao som das músicas com letras, em língua tupi. Os seus costumes e rituais foram direcionados para as festividades dos santos católicos. No lugar das suas músicas cantadas em tupi, passaram a cantar hinos em um português deturpado; seus corpos que antes dançavam,

¹⁵ Descimentos: deslocamento de povos inteiros para novas aldeias, próximas aos estabelecimentos portugueses.

passaram a acompanhar procissões e a se curvar diante do altar, deixando de segurar o arco e a flecha e passando a ter nas mãos o rosário na hora da missa. Os índios aprenderam com os jesuítas a cultuar os santos católicos, um exemplo disso é o culto realizado a São Sebastião, cujos traços ainda sobrevivem na tradição de Olivença na festa da Puxada do Mastro. Apesar da cristianização, a festa tem aspectos que remetem às tradições dos povos gê que compuseram o aldeamento, deixando as marcas da cultura indígena na derrubada da madeira, na música cantada em versos criada com base no cotidiano da vila e na dança que fazem parte da festa, como expressões do seu povo. Além dessas interferências, foram também modificadas suas atividades econômicas. Pouco tempo era destinado às atividades de subsistência, que lhes garantissem alimentação adequada, passando a produzir artesanato, cuja produção era explorada pelos jesuítas (COUTO, 2000).

A aldeia de Nossa Senhora da Escada, localizada aprazivelmente sobre colina bastante elevada e cercada de vegetação espessa, possuía vastos recursos naturais, não só por situar-se na zona da Mata Atlântica, como também por apresentar um grande número de rios que, mais tarde, descobriu-se serem de águas minerais ferruginosas.

Na história de suas águas minerais, assim como no estudo milenar das fontes termominerais, foi possível identificar os quatro fatores relevantes do termalismo, citados por Mourão (1997) e já mencionados no referencial teórico, tendo a sua origem ligada aos aspectos religiosos no período de formação da aldeia jesuítica durante a construção da igreja, com a descoberta da fonte de água, que logo foi atribuída pelos índios como a água milagrosa de Nossa Senhora da Escada pelas curas de doenças e sensação de bem-estar proporcionadas.

Uma das depoentes explica como essas histórias foram mantidas na sua memória e passadas de geração para geração. Antigamente em Olivença não havia televisão, e sua avó Ester sentava em uma pedra, e contava as histórias para os filhos e netos, que o avô dela contava para ela. Na aldeia, só existia uma única construção de pedras: a Igreja de Nossa Senhora da Escada - construída no alto da colina por índios e jesuítas, em 1700. Constatou-se que no local escolhido pelos jesuítas para construir a igreja, havia uma árvore enorme (gameleira) onde os índios faziam seus rituais pela manhã e ao voltar do trabalho. Com a sua retirada, verificaram que a sua raiz descia morro abaixo em forma de escada. Os índios, curiosos, queriam saber onde essa raiz ia dar, e quanto mais cavavam mais raiz aparecia, até que foi dar em cima de uma pedra da qual brotava uma água. A água então ficou conhecida como a água milagrosa de Nossa Senhora da Escada (informação verbal).¹⁶

Os índios foram os primeiros a utilizar as águas para beber e chamar a atenção sobre seus benefícios. A fonte fazia parte da igreja e nela ninguém mexia, só podia pegar dessa água se fosse para saúde. Era uma fonte dentro das pedras, pequena, e suas águas serviam para a cura da hepatite, de problemas no intestino e estômago. É uma história religiosa, e as pessoas daquela época diziam que encontravam, além de pegadas de santo, na pedra, cajados, e pisadas de animais que vinham visitar a igreja (informação verbal).¹⁷ Essas marcas encontradas na pedra também foram mencionadas por todos aqueles que deram seus depoimentos e que contaram sobre a história das águas de Olivença, o que faz perceber que os índios, a religiosidade, a fé e a cura através das águas se entrelaçam na história de Olivença, integrando a identidade cultural do seu povo. Além da fonte milagrosa, havia também as águas do ribeirão Tororomba, as quais serviam para banhos considerados benéficos para doenças de pele e boa para os cabelos. Os jesuítas

¹⁶ Notícia fornecida por Nivalda Amaral, 70 anos, líder da comunidade indígena, entrevistada em 23/05/2003

¹⁷ Notícia fornecida por Cleusa Magalhães, 82 anos, professora aposentada, entrevistada em 24/05/2003

também se banhavam em uma das fontes do Tororomba, a qual ficou conhecida como “Buraco do Padre”.

Em 1758, a antiga aldeia de Nossa Senhora da Escada foi elevada à condição de vila com o nome de Nova Olivença. Após a transformação da aldeia em vila, os jesuítas permaneceram até 1760, quando foram afastados, passando as atividades administrativas a ser exercidas pela Câmara Municipal, em decorrência das medidas legais do Marquês de Pombal (BARROS, apud COUTO, 1998).

Desarticulada a missão jesuítica, a Câmara Municipal adotou a prática comum e legal de arrendar as terras dos índios a “brancos” interessados. Os índios ficaram à mercê dos ditames dos colonos e fazendeiros da região, restando-lhes como alternativa trabalhar na derrubada das matas. Wied-Neuwied (1989, p.335), viajante naturalista que percorreu a região em 1817, em passagem por Olivença, assim a descreveu:

Vila Nova de Olivença é uma cidade de índios, fundada pelos jesuítas há uma centena de anos. Nessa época, buscaram-se índios do rio Ilhéus ou São Jorge para trazê-los para aqui. A vila possui agora cerca de 180 fogos e todo o seu território conta com cerca de 1000 habitantes. Com exceção do padre, do escrivão e de dois negociantes, Olivença não conta quase com portugueses. Todos os demais habitantes são índios, que conservam os seus traços característicos com toda a sua pureza.

A partir dessa afirmativa, pode-se indicar que, tal como acontece com muitos outros povos Tupi, a relação dos índios de Olivença com pessoas e povos diferentes sempre foi tida como pacífica. Este fato chegou a ser considerado como determinante na extinção dos índios Tupi quando a própria antropologia via esses processos de relacionamento entre culturas díspares (como a dos colonos portugueses e mais tarde dos brasileiros) como tendentes à ressocialização, ou seja, à substituição da cultura considerada menos poderosa sob o domínio de uma cultura mais

forte. Algumas fontes históricas relatam o estado de ressocialização já imposto aos índios de Olivença nesse período.

Infelizmente porém perderam as suas características originais. Lastimei não ver avançar na minha direção um guerreiro Tupinambá, o capacete de penas à cabeça, o escudo de penas (enduap) nas costas, os braceletes de penas enrolados nos braços, o arco e a flecha na mão. Ao invés disso, os descendentes desses antropófagos me saudaram com um adeus à moda portuguesa. Senti, com tristeza, quão efêmeras são as coisas deste mundo, que fazendo essa gente perder os seus costumes bárbaros e ferozes, despojou-as também de sua originalidade, fazendo delas lamentáveis seres ambíguos (WIED-NEUWIED, 1989, p.334-335).

Sobre o mesmo assunto, os também naturalistas europeus, Spix e Martius, citados por Sales (1981, p.93), nas suas memórias relativas a viagem pelo Brasil, assim se referiram a Olivença:

Da sua língua primitiva não encontramos mais vestígio algum entre eles; falam todos em português deturpado. Pareceram-me esses índios, de todos os que tive a oportunidade de observar no Brasil, os mais assimilados aos europeus.

Em 1850, a nova Lei de Terras emanada do poder central permitia às Províncias e às Câmaras Municipais extinguir as aldeias e leiloar as terras. Em oposição à Câmara Municipal de Ilhéus, que demonstrava claramente a intenção de transformar o aldeamento em centro de produção agrícola, utilizando para isso a mão-de-obra indígena, o governo provincial opinava pela simples extinção da aldeia, por considerar os índios já domesticados, transformando seu território em lotes individuais a serem distribuídos entre os remanescentes. A partir de então, os documentos deixam de se referir aos índios da Vila Nova de Olivença devido ao fato desse aldeamento já se encontrar extinto na prática, tendo como única referência o envio dos extintos índios para combater na guerra do Paraguai em 1865. No entanto, o aldeamento de Olivença foi legalmente extinto em 1875, por decisão governamental, que declarou extintos todos os aldeamentos do Município de Ilhéus, ficando o governo autorizado a alienar as terras respectivas (PARAÍSO, 1982).

Esse fenômeno é comum a todos os povos dominados, aldeados e controlados pelo Estado, aos quais se impõe a ressocialização e a proibição do uso das línguas nativas. Assim como o de Olivença, grupos indígenas de outras regiões terminaram tendo suas áreas tribais reduzidas pelo avanço dos brancos, perdendo um dos seus principais traços culturais, o da mobilidade espacial, para as plantações e habitações. Porém, em decorrência da pobreza da região, Olivença continuou sendo, até o fim do século XIX, uma pobre aldeia de índios, administradas por Diretores ávidos por enriquecer utilizando suas terras, explorando o trabalho de seus habitantes e subvalorizando o preço dos artigos que produziam. No Quadro 1, observa-se a síntese e discussão do período descrito.

Quadro 1 – Informações cronológicas sobre histórico da transformação da aldeia indígena à Vila de Nova Olivença

PERÍODO	ASSUNTO
1700	Fundação da Aldeia Nossa Senhora da Escada
	Construção da Igreja Nossa Senhora da Escada, localizada no alto de uma colina, tendo ao seu redor as edificações de casas, todas em taipa, formando ao centro um grande largo, dando início ao povoado. Esse primitivo traçado urbano do início do séc. XVIII é característico dos aldeamentos jesuíticos.
	Descoberta da Fonte de Água Milagrosa.
	Os Índios foram os primeiros a utilizar as águas e chamar a atenção dos jesuítas para os seus benefícios.
	Catequese – mudanças nos rituais indígenas, imposição religiosa de Deus e dos santos católicos; nas atividades econômicas; e na introdução da língua da cultura dominante
1755	A antiga aldeia foi elevada à condição de Vila de Nova Olivença.
1760	Expulsão dos Jesuítas em decorrência das medidas legais Pombalinas.
	As atividades passaram a ser exercidas pela Câmara Municipal, que arrendou as terras a brancos interessados. Os índios ficaram a mercê dos ditames dos colonos e fazendeiros da região.
1817	Em viagem pelo Brasil, Wied Neuwied foi o primeiro a descrever o estado de ressocialização dos índios de Olivença.
1850	Nova Lei de Terras permitindo às Províncias e as Câmaras Municipais extinguir as aldeias e leiloar as terras.
1875	Por decisão Governamental, foram declaradas extintas todas as aldeias do município de Ilhéus.
Final do Séc. XIX	A Vila Nova de Olivença continua considerada como pobre aldeia de índios. As suas águas começam a chamar a atenção pelos benefícios que proporcionavam.

Fontes: Couto (2000), Paraíso (1982), Perrone-Moisés (1992), Wied-Neuwied (1989), Sales (1981).

- De Vila de Nova Olivença a Distrito do Município de Ilhéus

No início do século XX os índios de Olivença já estavam entregues às pressões de fazendeiros, interessados em transformar o local em zona de veraneio, pois ali encontrava-se água mineral capaz de evitar que:

Portadores de doenças rebeldes tenham que migrar para Itaparica, Cipó, Caxambu ou Poços de Caldas por passarem a dispor de um sanatório ideal ali perto, a três léguas, sem se privarem completamente da gestão de seus negócios e da presença de amigos e parentes [...] (CAMPOS, 1981 p. 382).

Olivença começa, então, a chamar a atenção de observadores que a indicam como um lugar adequado para uma estação de repouso pela amenidade do clima e pelas suas águas abundantes e salutíferas que produziam curas em casos de problemas hepáticos, de estômago, circulação, como também o beribéri.

Em 1912, em decorrência da decadência econômica do município e de interesses políticos, o poder legislativo estadual suprimiu a Vila de Olivença, depois de 157 anos de existência (Lei nº 905, de 6 de novembro de 1912), anexando-a ao município de Ilhéus, na qualidade de Distrito de Paz, com sede no arraial de São João do Pontal (COUTO, 1998). Olivença passou a ser um pré-posto do município de Ilhéus inclusive com um corpo de fiscais para a sua administração.

Com a propagação do valor curativo das águas, as famílias que desejavam passar o verão nas belas praias de Olivença e aproveitar das águas terapêuticas do ribeirão Tororomba enfrentavam grandes dificuldades, como a difícil travessia de Ilhéus para o Pontal em lanchas que funcionavam de forma precária, além de dependerem da maré para passar de caminhão pela praia até chegar em Olivença, razão pela qual, através de um abaixo-assinado, os moradores de Ilhéus publicaram no Jornal O Comércio, de 27 de novembro de 1924, e enviaram ao seu intendente, a

reivindicação da construção de uma ponte sobre o ribeirão Cururupe que, segundo a comissão, era o único empecilho para o desenvolvimento da antiga vila, localizado entre o Pontal e Olivença.

Realizado este melhoramento, cessará tudo quanto há de menos conveniente em Olivença; construir-se-ão boas residências para o verão, e circularão automóveis do Pontal para aquela localidade, que deixará de ser considerada aldeamento de índios mansos para receber o título de estação balneária, a mais apropriada de todo o Estado (Apud, CAMPOS, 1981, p.383).

No final da década de 20, foi construída a primeira ponte de madeira situada no rio Cururupe ligando Pontal a Olivença, gerando conflitos de interesses opostos entre os brancos e os índios. Na época, o índio Marcelino era contra a expansão dos não índios em Olivença, pois queria preservar seu povo e achava que a construção não deveria ser feita. Mas também havia os que pensavam no crescimento turístico (informação verbal).¹⁸ Foi um período em que os índios sofreram muito. Ao tentar reverter esse quadro e retomar suas terras, numa revolta desesperada, foram recebidos pela força militar. Muitos índios foram mortos e outros saíram corridos de Olivença. Até hoje alguns índios se escondem de medo quando chega uma pessoa e, só depois de muita conversa, é que vão se chegando (informação verbal).¹⁹

Em 1936, também sob o comando do Caboclo Marcelino, houve uma nova tentativa dos índios de expulsar os não índios do povoado e recuperar as terras perdidas. Os indígenas organizaram ataques a partir da ponte do rio Cururupe, criando dificuldades para o acesso a Olivença. Foram derrotados e presos por forças policiais, terminando por fazê-los aceitar a presença dos brancos em suas terras tradicionais. A expulsão dos não índios de Olivença estava diretamente ligada à família dos Castro que já estavam morando em Olivença e queriam fazer melhoramentos no local. O índio Marcelino junto com o pessoal do município de Una armaram

¹⁸ Notícia fornecida por Cleusa Magalhães, entrevistada em 24/05/2003

¹⁹ Notícia fornecida por Nivalda Amaral, entrevistada em 23/05/2003

uma invasão em Olivença para expulsar os brancos que já estavam morando no local e tomar as suas casas, principalmente as de Tico Castro e Hortêncio Castro. A invasão não chegou a se concretizar de fato, porque os irmãos ficaram sabendo e fugiram a tempo para o Pontal, mas retornaram assim que tudo se acalmou com a prisão de Marcelino (informação verbal).²⁰

A chegada dos Castro em Olivença, na década de 30, ocorreu por motivo de saúde da esposa de Tico Castro, dona Arminda Castro, que com os banhos e bebendo as águas do Tororomba conseguiu ficar curada. Resolveram então fixar moradia em Olivença criando um vínculo com o local. Juntos com os índios, fizeram um mutirão visando melhoramentos no poço do rio Tororomba. Mantendo as árvores no local, fizeram uma piscina rústica com pedras ao redor, colocando uma bica embaixo para fazer correr aquela água (informação verbal).²¹

Nesse período as terras não eram tituladas, não tinham divisas, nem cerca, passando a posse de pai para filho. Os índios que tinham suas pequenas roças viviam do que plantavam e pescavam, outros já se encontravam trabalhando para os fazendeiros. A troca de mercadorias também era uma forma de sobrevivência. A piaçava tirada nas roças era vendida ou trocada por mercadoria na venda de secos e molhados. Para os índios, a piaçava não tinha valor mercantil, mas para o dono da venda sim, porque com esse material eram feitas vassouras e vendidas para Salvador.

De uma forma ou de outra, percebe-se a dificuldade dos índios em manter e reproduzir as formas tradicionais de organização social, tornando-se cada vez mais dependentes e consumidores de produtos da sociedade dominante. Assim, tendo adotado tais hábitos de consumo, vêm-se, compulsoriamente, engajados num sistema de trocas, no qual pouco têm a

²⁰ Notícia fornecida por Cleonice Magalhães, 80 anos, dona de casa, entrevistada em 24/05/2003

²¹ Notícia fornecida por Nivalda Amaral, entrevistada em 23/05/2003

oferecer e onde são discriminados. Tornando-se trabalhadores rurais e urbanos, são cada vez mais impelidos a agir de acordo com as regras de mercado.

As disputas por terras se agravaram, principalmente com o fortalecimento do coronelismo na região cacauceira. Segundo Paraíso (1989), os índios de Olivença foram expropriados de suas terras não para garantir a expansão das lavouras cacauceiras, mas para permitir a afirmação e a posse de sinais de prestígio entre os cacauicultores através da apropriação das terras para áreas de lazer.

A constituição urbana de Olivença era com ruas sem calçamento, todas cobertas de capim. Não existiam muitas casas, sendo que as casas de Amaral Carneiro e a de Tico Castro, construídas na praça, eram de tijolos, e as restantes eram casas de “taipa” cobertas com palha, onde moravam os índios. Era um local tranqüilo onde todos viviam com liberdade. Do alto, ao lado da igreja, avistava-se o mar e a Fonte dos Milagres. Na orla praiana somente havia casas dos índios. Como não existia água encanada, utilizava-se a das fontes e a iluminação das ruas era feita através de candeiro que por volta das 18:00 horas eram acessos pelos índios e apagadas as 22:00 horas (informação verbal).²²

Em 1942, Tico Castro, quando já instalado em Olivença e sendo um dos representantes políticos do local, com a intenção de fazer Olivença melhorar e progredir, propôs que não mais se construíssem casas de “taipa” nos arredores da igreja, substituindo-as por casas de tijolos. A pressão foi grande, tendo os “caboclos”, como eram chamados os remanescentes indígenas, que se desfizeram das suas casas por não terem condições de construir conforme o exigido, recuado

²² Descrição de Olivença em 1940 por Joselita Santana Mendonça, 72 anos, ex-proprietária do Hotel e Restaurante Santana, entrevistada em 21/05/2003

para o interior (informação verbal).²³ Os poucos que permaneceram no povoado foram aqueles que tiveram condições de construir suas casas de tijolos como estava sendo exigido, ou por conta da resistência de outros em sair (informação verbal).²⁴

As festas religiosas, como a Puxada do Mastro de São Sebastião (a mais representativa da comunidade indígena com origem no século XVIII), a do Divino Espírito Santo e a da padroeira Nossa Senhora da Escada, são tradicionais em Olivença e presentes na memória da comunidade. Todos se preparavam para o dia de festa. Os homens usavam ternos brancos engomados e as mulheres seus melhores vestidos, confeccionados para os eventos. Na Puxada do Mastro, todos brincavam ao som de tambores e ajudavam a puxar o mastro até a igreja, cantando e tirando os versos da música. Ao chegarem, o padre benzia o mastro, que era fincado em frente à igreja. Todo o festejo era feito com muito respeito e devoção ao santo. Mais tarde, os índios dançavam, cantavam e bebiam, entrando pela noite.

Na festa do Divino Espírito Santo, as pessoas saíam com as bandeiras para o interior da vila, depois do domingo da Ressurreição, para arrecadar donativos para a festa. A festa da Nossa Senhora da Escada, em 21 de novembro, era antecedida em 13 dias por novenas, realizava-se missa, batizados e procissão. Além dessas festas religiosas, existiam também as festas folclóricas que antecedia a festa de São Sebastião como: a Marujada, as Camponesas, Terno de Reis, Bumba meu Boi.

Nessa época, a procura pelas águas aumentava e várias histórias das curas proporcionadas são relatadas. Dentre os casos relatados nos depoimentos, dois foram selecionados por terem sido narrados por todos. O primeiro ocorreu com um professor e jornalista, Antônio Benvindo

²³ Notícias fornecidas por Dinete Braz dos Santos, 68 anos, entrevistada em 22/05/2003 e Matildes Correia dos Santos, 81 anos, entrevistada em 02/06/2003, ambas representantes da comunidade indígena

²⁴ Notícias fornecidas por Nivalda Amaral, entrevistada em 23/05/2003

Teixeira, que chegou em Olivença com o corpo todo em chagas, sem conseguir nem andar. Após trinta dias de banhos já estava completamente curado. O segundo, trata-se da cura de Arnaldo Badaró pelas águas das Fontes dos Milagres que, por ter conseguido a graça alcançada, fez um melhoramento na fonte, construindo ao seu redor um quadrado, onde colocou uma torneira para facilitar a coleta da água.

A família Magalhães, em 1940, comprou da família Guerra o primeiro hotel local, onde viria a ser construído o Hotel Tororomba, que acolhia muitas pessoas de Canavieiras, Belmonte e Ilhéus, principalmente os que vinham para se beneficiar das águas. Essas pessoas pela manhã iam buscar a água dos Milagres, e, quando voltavam, rezavam o terço em volta da igreja de Nossa Senhora da Escada (informação verbal).²⁵

O número de famílias morando em Olivença já havia aumentado e os índios deixaram de ser a maioria. O núcleo central do povoamento, que ainda mantinha a forma tradicional dos arruados jesuíticos, foi aos poucos sendo apropriado pelos veranistas. O relacionamento dessas pessoas que chegavam e dos moradores com os índios, foi considerado como harmonioso em todos os depoimentos. Não havia diferença entre as crianças índias ou brancas, as quais brincavam e estudavam juntas na mesma escola primária, que funcionava na Igreja de Nossa Senhora da Escada.

Em meados do século XX, ficou comprovado que as águas de Olivença constituíam-se numa das melhores águas minerais, contendo na sua composição: ferro, magnésio e iodo. O responsável pelo envio para análise das águas, padre Camilo Torrand, abençoou a fonte e a nomeou de Fonte dos Milagres. Os banhos no ribeirão Tororomba são lembrados com muita saudade pelos moradores antigos de Olivença. O poço de água mineral tinha o formato de uma

²⁵ Notícias fornecidas por Cleuza Magalhães, entrevistada em 24/05/2003

piscina deixando que as suas águas transbordassem formando uma pequena cachoeira que corria em direção ao leste para se misturarem às águas salgadas do Oceano Atlântico, na praia de Batuba (informação verbal).²⁶

Naquela época, havia horários para os banhos dos homens, das mulheres e das crianças. Um sino indicava o encerramento de cada turno. Uma placa informava aos visitantes, portadores de problemas de pele, que deveriam tomar o banho em outra fonte do ribeirão, destinada para tais fins, não devendo se misturar com as pessoas sadias. A preocupação em separar o uso da água existia e havia fonte para lavar roupas, para beber e para os banhos.

O crescimento de Olivença em termos de infra-estrutura ocorreu a passos lentos. O primeiro calçamento da ladeira principal, foi feito em pedras no início da década de 40, e a limpeza urbana era realizada pelos próprios moradores. Por intermédio de Henrique Cardoso, prefeito de Ilhéus, no final da década de 50 foi colocada a primeira iluminação elétrica a motor (informação verbal).²⁷ Para melhor compreensão dos fatos ocorridos nesse período descrito, o quadro abaixo, sintetiza a discussão.

Quadro 2 – Quadro cronológico histórico do distrito de Olivença

continua

PERÍODO	ASSUNTO
Início do séc XX	Os índios já estavam entregues às pressões dos fazendeiros, interessados em transformar Olivença em zona de veraneio, pelo fato de a área passar a ser reconhecida como produtora de água mineral.
1912	Olivença é anexada ao município de Ilhéus como Distrito de Paz
1924	Reivindicação dos moradores de Ilhéus para construção da ponte sobre o ribeirão Cururupe, considerado como o único empecilho para a antiga vila de índios mansos se desenvolver em uma estação balneária.
	As disputas por terras se agravam, principalmente com o fortalecimento do coronelismo na região cacauzeira, não para garantir a expansão da lavoura, mas para transformá-las em áreas de lazer.

²⁶ Descrição do ribeirão Tororomba por Dinalva Mendonça, 70 anos, professora aposentada, entrevista em 7/06/2003

²⁷ Dados fornecidos por Joselita Santana Mendonça, entrevistada em 21/05/2003

Quadro 2 – Quadro cronológico histórico do distrito de Olivença

PERÍODO	ASSUNTO	conclusão
1929	Revolta dos índios na tentativa de alterar a situação e retomar suas terras, tentando impedir a construção da ponte do ribeirão Cururupe.	
Década de 30	Novas famílias chegam para morar em Olivença atraídas pelos benefícios das águas minerais.	
1936	Nova tentativa de luta dos índios para expulsar os não índios, redundando em fracasso, terminando por fazer-los aceitar a presença dos brancos.	
Década de 40	Aumenta a propagação da notícia da existência das águas minerais de Olivença e várias são as histórias de cura que proporcionavam, atraindo pessoas, principalmente das regiões vizinhas, que se submetiam às dificuldades da travessia Ilhéus-Pontal em lanchas precárias, além de dependerem da maré para passar de caminhão pela praia até chegar em Olivença.	
	Havia nessa época a preocupação de separar o uso das águas. Uma placa informava aos visitantes o local adequado para aqueles que estavam com problemas de pele.	
	Os índios deixaram de ser a maioria, o número de famílias morando em Olivença já havia aumentado. Local bucólico onde viviam com liberdade e usufruíam as suas águas minerais. Os índios mantinham uma relação harmoniosa com os novos moradores de Olivença e os seus visitantes.	
	As festas tradicionais de Olivença, como a da Puxada do Mastro de São Sebastião (iniciada no início do séc. XVIII), a do Divino Espírito Santo e a da padroeira Nossa Senhora da Escada, eram realizadas com respeito e devoção ao santo.	
	Existência das festas folclóricas como: a Marujada, as Camponesas, Terno de Reis e Bumba meu Boi, realizadas no período que antecedia a festa da Puxada do Mastro.	
	No final da década de 40, ficou comprovado que as águas de Olivença constituíam uma das melhores águas minerais, contendo na sua composição ferro, magnésio e iodo. O responsável pelo envio das águas para análise foi o Padre Camilo Torrand.	
Década de 50	A procura pelas águas minerais era mais constante, principalmente nas férias, quando as pessoas passavam todo o verão.	
	Os índios, cada vez mais sentem dificuldade em manter e reproduzir as formas tradicionais de organização social, tornando-se crescentemente dependentes e consumidores de produtos da sociedade dominante. Tornam-se trabalhadores rurais e urbanos, forçados a agir de acordo com as regras do mercado.	
	Olivença ganha a primeira iluminação elétrica a motor.	

Fontes: Campos (1981), Couto (2000), Paraíso (1989)

- Criação da Estância Hidromineral de Olivença

Em 1961, no governo de Antônio Lomanto Júnior, foi publicado no Diário Oficial nº 6139, conforme Lei nº 1451, a criação de cinco estâncias na Bahia, sendo duas em municípios e três na condição de distritos de outros municípios, ficando Itaparica e Cipó com prefeitos

nomeados e Olivença, Caldas do Jorro e Dias D'ávila (distritos) com administradores também nomeados pelo governo estadual, passando, assim, a transferência da gestão direta das estâncias hidrominerais para o Estado. Olivença então, passou a ser administrada pelo Estado da Bahia até 01 de janeiro de 1995, quando foi revogada a Lei pelo decreto nº 3.960. Considerou-se que, em virtude do seu crescimento, não se justificaria a gestão direta do Estado, sendo por isso mais conveniente passar para a administração municipal, a fim de que melhor fossem aproveitadas as vantagens decorrentes da exploração racional da sua vocação turística.

Apesar do decreto oficial datar a transferência administrativa do município para o estado em 1961, somente em 1963, após um convênio entre as partes para estabelecer a competência de arrecadar impostos cabíveis a cada um, foi nomeado pelo Governador do Estado, em exercício, o primeiro administrador de Olivença. Ficou estabelecido que o Estado iria administrar a área que corresponde à sede do distrito, onde está localizada a Estância Hidromineral, ficando limitada a um semicírculo com um raio de 3 Km a partir da igreja. O restante da área, que corresponde à zona rural do distrito, continuaria sob a administração do município de Ilhéus. O documento que regulamenta esse acordo não foi encontrado para esta pesquisa, sendo a informação obtida através da entrevista com o sr. Edmond Darwich, atual secretário de finanças do município de Ilhéus e antigo administrador de Olivença no período de 1967 a 1970. No Quadro 3, pode-se observar a evolução para a configuração de Olivença como Estância Hidromineral.

Quadro 3 – Quadro cronológico da criação da Estância Hidromineral de Olivença

PERÍODO	ASSUNTO
1961	Conforme Lei nº 1451, decretada pelo Diário Oficial nº 6139, a administração de Olivença foi transferida para a gestão direta do estado.
1963	Nomeado pelo governador do estado o primeiro administrador de Olivença, permanecendo no cargo até 1967.
	É legalizada a questão da terra em Olivença.
	Ocorre a instalação de água potável, a construção do Balneário Tororomba, da escola estadual, do posto médico e da sede da administração.
	São construídas as primeiras casas em terrenos doados pela administração em troca de material para a construção do balneário.
1967	O governador do estado nomeia o segundo administrador, que permaneceu no cargo até 1971. O balneário ganha acabamento externo.
	Aumenta a procura por Olivença pelos turistas.
	Olivença continuava com o seu bucolismo, sem perder as suas características de antiga aldeia de índios, com clima saudável e uma grande procura pelas suas águas minerais curativas.
	Olivença consagra-se como a Estância Hidromineral tão sonhada.

Fonte: Diário Oficial nº 6139, Lei nº 1451 de 1961, acrescida das informações verbais (2003)

Conforme o Quadro 3, na primeira administração estadual, além da legalização da questão das terras em Olivença, houve uma série de melhorias. Com objetivo de fazer de Olivença a tão sonhada Estância Hidromineral, o governo estadual contribuiu com recursos financeiros para sua instalação. O Balneário do Tororomba foi construído bem ao lado do “Buraco do Padre” (como eram conhecidas às fontes d’água do ribeirão Tororomba) por já haver uma certa estrutura natural que proporcionou a escolha do local. A abertura da atual av. Lomanto Júnior deu início à expansão urbana na orla marítima, sendo as primeiras casas construídas em terrenos doados pela administração em troca de material para a construção do balneário. Nada mais foi alterado quanto à infra-estrutura existente e pavimentação de ruas. Nesta época, havia somente a ladeira Hortência Castro. Para se chegar a Olivença continuava-se ainda tendo as mesmas dificuldades.

Já considerada como Estância Hidromineral, a procura pelos turistas aumentava cada vez mais. De acordo com os depoimentos, até este período Olivença continuava com o seu bucolismo, sem perder as suas características de antiga aldeia de índios, com clima saudável e

uma grande procura pelas suas águas minerais curativas. Nesta época, as principais motivações dos turistas para visitarem Olivença eram por razões de saúde, conforme 100% dos entrevistados, dos quais, 36,4% destacaram que além da saúde os turistas também visitavam Olivença para usufruir o lazer e descanso proporcionado no local.

- Mudanças no Traçado Urbano, nas Tradições e no Perfil Turístico Local, Após os Anos 70

A partir de 1970, após a construção da ponte Ilhéus-Pontal, houve um crescimento turístico desordenado em Olivença, em decorrência da política de incentivo do Estado para as construções de casas, sem que houvesse para isso um planejamento urbano local. Aos poucos sua estrutura urbana foi se modificando. Administrada pelo Estado, Olivença passou a ter renda própria decorrente dos impostos arrecadados, além de uma verba enviada pelo Estado para a realização de construções e infra-estrutura necessárias.

As principais benfeitorias neste período foram: ruas pavimentadas; construção da praça no quadrado jesuítico em grama, ganhando passeios de pedras portuguesas; reforma da igreja; a iluminação elétrica; realização da rede fluvial e o serviço de limpeza pública. Mudanças também ocorreram com os índios que moravam na beira da praia, os quais foram obrigados a recuar para o interior sendo subjugados pelo poder econômico. No lugar de suas casas de taipa, foram construídas casas de alvenaria pelos veranistas (conceitualmente conhecidas por segunda residência). São poucas as famílias indígenas que ainda se mantêm no local.

Naquela época, o trabalho de divulgação de Olivença era realizado pelo governo do Estado e, como conseqüência, captava-se muitas pessoas, principalmente de Minas Gerais e Goiás. Na alta estação e nos feriados prolongados sua população chegava a triplicar.

Os índios de Olivença começavam a se sentir discriminados a partir da presença administrativa do Estado, pois foram proibidos de ficar nus da cintura pra cima e andar com facão na cintura, fazendo com que sentissem a perda da liberdade anterior. Olivença não era mais um local com maioria indígena, devido à presença de outras pessoas, principalmente na época de alta estação, o que os fazia sentir-se minoria e estranhos no local onde sempre viveram. Seu artesanato, que sempre foi uma referência na história de Olivença, não era mais vendido nem divulgado, e para sobreviverem passaram a trabalhar para os que chegavam, vendendo cocadas, acarajé e côco na praia. Muitos passaram a omitir sua condição de índio, pois não queriam mais ser chamados de preguiçosos, indolentes, ou sofrer qualquer outro tipo de discriminação. Continuaram a ser identificados como “caboclos” de Olivença e seu relacionamento com os novos moradores e veranistas, deixa de ser harmonioso, passando a ser calcado no princípio de hierarquização.

As festas religiosas começam a perder suas formas tradicionais. Suas performances anteriores foram consideradas como arcaicas, num contexto dominado por relações capitalistas e voltadas para o “incremento do turismo” como alternativa econômica, sendo então totalmente descaracterizadas. A Puxada do Mastro, festa retratada na obra de Couto (2001), traduz a subordinação e adequação da festa aos novos padrões. Os tambores foram substituídos por trio elétrico, as roupas novas dos participantes foram trocadas por roupas de praia, tudo na tentativa de adequar a festa às exigências da modernidade e ao interesse dos seus administradores em incrementar tal atividade.

Porém, apesar das mudanças ocorridas, não se pode negar sua origem, e o valor étnico e histórico para os “caboclos” de Olivença, os quais tentam expressar sua identidade na parte inicial da festa, quando da derrubada da madeira e preparação do mastro. Para eles, a realização

da festa tem seus significados e um grande simbolismo. É considerada pela comunidade indígena como uma penitência deles e por isso tem de acontecer todos os anos. A penitência a qual se referem relaciona-se à promessa que teria sido feita pelo pajé da tribo quando da ocorrência de uma doença que abateu uma grande quantidade de índios em Olivença, durante o período colonial. As festas do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora da Escada não sofreram tantas intervenções como a festa anteriormente citada, pois são mantidas e realizadas pela própria comunidade. Já das festas folclóricas como Bumba Meu Boi, Marujada, e outras já citadas, só restam as lembranças e a vontade da comunidade de reativá-las (informação verbal).²⁸

Tanto para os antigos moradores de Olivença como para os seus representantes indígenas, as mudanças ocorridas nessas festas não foram bem aceitas e sempre se referem a elas de maneira saudosista. Para o Sr. Aiená Andrade Silva²⁹, delegado atual e filho de Olivença, quem não conheceu a festa da Puxada do Mastro anteriormente, em sua forma tradicional, deve gostar do que vê hoje, mas para quem conheceu é diferente, pois não acata as mudanças ocorridas, e completa:

Deveria ser mantida a sua tradição, era uma festa muito bonita, mas infelizmente hoje virou uma bagunça. Tem aqueles que gostam e acham que foi uma mudança necessária para Olivença para atrair mais pessoas para a festa. Mas na minha opinião deveria manter o respeito pela festa como era antes (informação verbal).

Os turistas que chegavam no fim dos anos 70 até o início dos anos 80, ainda procuravam Olivença devido ao poder curativo das águas, declarou Cláudio Magalhães³⁰ em sua entrevista, e acrescenta:

²⁸ Informações fornecidas por Nivalda Amaral, entrevistada em 24/05/2003

²⁹ Aiená Andrade Silva, 77 anos, Delegado de Olivença, entrevistado em 04/06/2003

³⁰ Cláudio Magalhães, 36 anos, Tabelião do cartório e representante da comunidade indígena, entrevistado em 16/06/2003

O uso da água tinha que ser *in loco*. Desse modo as pessoas vinham e permaneciam por mais tempo em Olivença para tratamento de saúde. A água do Tororomba não pode ser engarrafada, mesmo porque essas águas além de conter sais ferrosos, magnésio, iodo, bicarbonato, têm média radioatividade da planta caiana encontrada na Mata Atlântica, que lhe dão essa cor ferruginosa (informação verbal).

Nesse período, Olivença já havia se expandido e, além da infra-estrutura existente, agora contava também com rede de telefonia, serviços de correios e com um posto do Banco do Brasil, assim como uma caçamba e um compactador para a coleta do lixo local. Entretanto, o crescimento desordenado começou a dar seus primeiros sinais de degradação no meio ambiente. A Fonte dos Milagres já se encontrava poluída e proibida de ser usada. Sobre o assunto, comentava-se as conseqüências das novas construções, principalmente aquelas no alto dos morros, muitas delas construídas de forma rudimentar, sem fossas, ocasionando a contaminação do lençol freático. Contaminada, a Fonte dos Milagres foi soterrada deixando toda a sua história para trás. No seu lugar, hoje passa uma rua, apesar da indignação dos moradores que mantêm acesa a esperança e o desejo de resgatar um ícone da sua história (informação verbal).³¹

Desde de que o Estado passou a administrar Olivença até os dias atuais, vários administradores passaram e, em sua maioria, por não serem filhos da terra (constatado nos resultados da pesquisa) não conheciam os valores, os significados da cultura local e seus recursos naturais, fatores esses que mostram um entrelaçamento com a história local e, portanto, o seu desconhecimento leva ao não comprometimento com a sua preservação. Além disso, os administradores não eram políticos e não possuíam experiência administrativa de um lugar com um ambiente de enorme potencial turístico. Em sua maioria foram profissionais liberais, comerciantes, professores, nomeados pelos governadores do Estado por indicações de elementos ligados ao governo. Razão essa que pode ser considerada como responsável pela falta de

³¹ Notícias fornecidas por Cláudio Magalhães, entrevistado em 16/06/2003

competência e visão de fazer de Olivença um pólo turístico com grande importância para o desenvolvimento local e regional.

A presença do Estado na administração de Olivença motiva uma série de comentários contraditórios em relação a sua situação atual. Para uns, a administração de Olivença não deveria ter passado da alçada estadual para a municipal, pois essa mudança somente piorou a situação do local. Para outros, a falta de planejamento do governo estadual fez com que não fosse preservado o seu maior bem natural: as águas minerais. Sendo assim, o local vem perdendo a sua referência enquanto Estância Hidromineral. Esses últimos depoentes acrescentam, ainda, que o fato de Olivença não ser dotada de uma infra-estrutura adequada, principalmente na qualidade dos seus serviços e na preservação do meio ambiente, não conseguiu suportar uma maior quantidade de pessoas e, o efeito provocado foi à degradação que ocorreu nos seus atrativos, perdendo desse modo a sua referência. De tal maneira, o declínio foi inevitável.

Para os antigos moradores e para a comunidade indígena, a simplicidade de Olivença, caracterizada pela tranquilidade do lugar, a possibilidade de dormir no gramado da praça nas noites quentes, utilizar-se das águas minerais e desfrutar da praia com suas areias brancas e limpas, era o que mais atraía os turistas que a visitavam, visto que esse tipo de ambiente não era encontrado nos seus lugares de origem. No entanto, ao contrário da preocupação em preservar essa simplicidade que caracterizava o bucolismo local e que atraía os seus visitantes, os administradores locais só se preocuparam com o seu crescimento, esquecendo de dotá-la de saneamento básico, de preservar as suas águas minerais, de cuidar da higiene das praias, destruindo o que mais era apreciado e desfrutado por todos os que lá chegavam. Ainda sobre o assunto Cláudio Magalhães comenta:

Quando falo, sempre comparo o turismo feito aqui com um ovo goro. Como um ovo de festa, o qual maquia toda a casca do ovo sem a preocupação com o que tem dentro, podre ou apodrecendo, como está Olivença, sem rede de esgoto até hoje, com a contaminação das águas, que poderiam ser previstas e planejadas para que não se chegasse ao ponto que chegou. E isso esvazia mais a oportunidade de Olivença ser um centro de turismo diferenciado, proporcionando uma melhor qualidade de vida à sua comunidade (informação verbal).³²

Conforme as informações do atual administrador de Olivença, exceto em relação às questões imediatas, ele sente-se impotente para revolver problemas mais complexos, por motivo da dependência da vontade política do Poder Público Municipal de Ilhéus a quem está atrelado, o que restringe sua capacidade administrativa. Apesar disso, algumas ações vêm sendo implementadas pelo poder municipal, tal como a construção do Centro Cultural, inaugurado em 2001. Esse foi o primeiro passo para a revitalização das questões culturais de Olivença, uma vez que a intenção foi a de resgatar a sua história e a sua etnia, por reconhecer que Olivença é uma terra de origem indígena. Porém, o Centro Cultural encontra-se sem funcionamento por falta de verba.

Com relação às suas águas minerais, os problemas citados no quadro abaixo demonstram porque as suas propriedades de cura não são mais lembradas. É importante mencionar que, até o momento, não existe projeto para a sua recuperação e revitalização das águas de Olivença. O quadro citado sintetiza as mudanças ocorridas no período descrito.

Quadro 4 – Quadro cronológico histórico das mudanças ocorridas em Olivença

continua

PERÍODO	ASSUNTO
1970	Após a construção da ponte Ilhéus-Pontal houve um crescimento desordenado em Olivença, sem planejamento urbano para isso. Olivença continuava sem tratamento e despejo de esgotos.
	Olivença começa a ser dotada de infra-estrutura com a chegada da iluminação elétrica pela Coelba.

³² Opinião do Turismo de Olivença por Cláudio Magalhães, entrevistado em 06/06/2003

Quadro 4 – Quadro cronológico histórico das mudanças ocorridas em Olivença

continua

PERÍODO	ASSUNTO
1975	A estrutura urbana foi se modificando, e perdendo o bucolismo do local. Olivença teve as primeiras ruas pavimentadas. Modificações também acontecem com o “quadrado” jesuítico, transformado em praça, passando a ser palco de um novo cenário, apropriado pelos veranistas. Mudanças também ocorreram com os índios que moravam na orla marítima, subjugados pelo poder econômico, foram recuando para o interior e suas casas de taipa substituídas por casas de veranistas.
	Com a administração do Estado, Olivença passa a ter renda própria decorrente do recolhimento dos impostos, além da verba enviada pelo Estado para a realização de construções e infra-estrutura necessária. A divulgação do local também era feita pelo Estado, e atraía muitas pessoas, principalmente de Minas Gerais e Goiás. Na alta estação e nos feriados prolongados a população chegava a triplicar.
	A relação com os índios e os novos moradores e visitantes muda, percebem que a harmonia de antes não mais existe. Passam a não se sentir à vontade na sua própria terra. Seu artesanato, que sempre foi um referencial, deixa de ser produzido. A maioria preferia omitir a sua condição de índio de Olivença.
	As festas religiosas começam a perder suas formas tradicionais. Nos moldes antigos, foram consideradas como arcaicas num contexto dominado pelas relações capitalistas e voltadas para o incremento do turismo, como alternativa econômica. Das festas folclóricas só restam as lembranças e a vontade da comunidade de reativa-las.
1980	A procura pelo poder curativo das águas de Olivença ainda era grande.
	Nesse período Olivença já havia se expandido e o crescimento desordenado já começava a dar seus primeiros sinais de degradação ao meio ambiente. A Fonte dos Milagres já se encontra poluída e impedida de ser usada.
	Olivença vai aos poucos perdendo seu referencial, de um local onde as pessoas vão em busca do poder curativo das águas minerais, ou seja motivados por um turismo de saúde.
	Os índios, para sobreviverem, continuam vendendo coco, cocada, acarajé para os turistas, como também realizando trabalhos domésticos e nas roças.
1995	Em virtude do crescimento de Olivença considerou-se que, não se justificaria a gestão direta do Estado, sendo por isso mais conveniente passar para a administração municipal, a fim de que melhor fossem aproveitadas as vantagens decorrentes da exploração racional da sua vocação turística, extinguindo a Lei pelo decreto nº 3960.
	Passada a administração de Olivença para o município, começam os problemas com a verba. Os impostos arrecadados em Olivença vão diretamente para Ilhéus. Olivença perde os serviços de correio, bancos, como também a caçamba e o compactador conseguidos para a Estância são levados para os serviços da prefeitura municipal. Já havia começado o declínio do turismo em Olivença.
	Tentativa de retorno das festas folclóricas de Olivença pela administração da época.
	Mudanças no perfil do turismo praticado em Olivença. De turismo saúde para o turismo de lazer e descanso, voltado para um turismo de massa.
2002	Os índios de Olivença ganham o reconhecimento da sua etnia pela FUNAI, se identificando como índios Tupinambá.

Quadro 4 – Quadro cronológico histórico das mudanças ocorridas em Olivença

PERÍODO	ASSUNTO	conclusão
2003	No balneário público, nada foi acrescentado além da construção de mais uma piscina, continuando sem atrativos. Fora uma placa na portaria descrevendo os benefícios da água, nada mais faz lembrar as histórias de cura proporcionadas por suas águas.	
	As suas fontes hidrominerais, situadas na parte externa do balneário, encontram-se em estado de abandono, também necessitando de uma maior infra-estrutura e cuidados com a higiene do local.	
	Atualmente os índios estão se organizando e reaprendendo a sua cultura. Todos reconhecem Olivença como um local turístico e pretendem participar mais dessa atividade com suas danças, músicas, artesanatos, culinária, além do conhecimento das trilhas ecológicas na Mata Atlântica.	
	Apesar da mudança de motivação dos turistas que, em menor proporção, vão para Olivença, principalmente nas férias e feriados prolongados, em busca de lazer e descanso, os órgãos públicos e privados continuam de forma irresponsável a propagar as suas águas minerais e os seus benefícios, sem que para isso resolvam os problemas estruturais existentes atualmente.	

Fonte: Informações verbais dos moradores e dos administradores de Olivença (2003)

A ausência de recursos financeiros é um fator impeditivo para a atual administração. Torna-se difícil dotar Olivença com uma infra-estrutura necessária como: pavimentação de ruas, ampliação e manutenção da rede elétrica, abastecimento de água, segurança pública e, principalmente, saneamento básico. São várias as denúncias que a administração tem recebido sobre despejos de dejetos sanitários nos córregos e praias de Olivença, todos eles irregulares e clandestinos. Assim, pode afirmar que a maior dificuldade está na ausência de saneamento básico e na falta de informação do morador ou do proprietário da residência de que está cometendo essas irregularidades, devido à ausência de conscientização quanto aos cuidados com o meio ambiente, e principalmente com suas águas minerais, que sempre foram referência para Olivença (ver Apêndice A).

Segundo o referido administrador, essas são as razões pelas quais Olivença vem atraindo visitantes de baixa renda, principalmente na época de alta estação, ocupando as casas de veraneio. Nessas casas, se instala, muitas vezes, mais de uma família que se desloca de automóvel ou de

ônibus de excursão, trazendo na sua bagagem tudo o que irá precisar para passar a temporada, não contribuindo, desse modo, com o desenvolvimento local, acarretando mais custos do que benefícios (informação verbal)³³.

A mesma falta de conscientização também é percebida entre os administradores. Constata-se o descaso do governo público, não só quanto à preservação dos seus recursos naturais - uma vez que toda a propaganda realizada é pautada nas fontes de águas hidrominerais de Olivença -, como também pelo patrimônio cultural local. Como exemplo, “o quadrado jesuítico” de Olivença, representa hoje uma situação preocupante. Ao longo do tempo várias intervenções por parte do governo foram descaracterizando o perfil histórico e o traçado urbano. Uma delas, já concluída, é a construção de uma rua cortando a praça em frente à igreja, considerada totalmente dispensável, caracterizando ausência de preocupação cultural, em função do desconhecimento sobre o significado histórico local³⁴. Recentemente, para espanto geral da comunidade indígena e daqueles que se preocupam com as raízes histórico-culturais local, uma nova agressão foi feita contra esse importantíssimo patrimônio: pistas de dança em cimento foram construídas para contemplar um projeto de incrementação das festas juninas da localidade, desconfigurando, assim, o caráter urbano tradicional e atingindo duramente o sítio arqueológico existente (ver Apêndice B). Entende-se que, fato como esse, mesmo efetuado com as melhores intenções e propósitos, pode e deve ser evitado quando discutido previamente com a comunidade local, buscando-se soluções alternativas através de projeto participativo, que evitaria o desrespeito às tradições culturais de um povo.

³³ Informações fornecidas por Alcides Kruschewsky, atual administrador de Olivença, entrevistado em 07/06/2003

³⁴ Sobre o assunto ver RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Cultura e Urbanismo: a questão patrimonial em Olivença**. Ilhéus, maio 2003, internet página www.r2press.com.br

Tal intervenção agravou o relacionamento entre índios, órgãos públicos e parte da comunidade que tinha interesses comerciais na realização do São João em Olivença. Mais uma vez os índios são acusados de não desejar o desenvolvimento de Olivença, embora todos aqueles entrevistados, inclusive a cacique da comunidade indígena, afirmem o contrário. Mas acrescentam que, para o desenvolvimento do turismo ocorrer, não é necessário destruir o que existe e que sempre foi o referencial de Olivença.

Sobre os índios de Olivença é importante destacar que, apesar do contato tão antigo com os não índios, eles mantiveram a consciência étnica e reconhecem suas diferenças em relação aos novos moradores que ali se instalaram, com a expansão e ocupação de espaços antes ocupados por eles. Isso se confirma no momento em que, oportunamente, foram ajudados, incentivados e orientados por índios Pataxó, a se organizar e, em 2002, obtiveram o reconhecimento da sua identidade pela Funai, identificando-se como índios Tupinambá. Já contam com, aproximadamente, 5.000 índios cadastrados vivendo em 23 comunidades rurais localizadas nos arredores da estância, sendo que as mais distantes ficam à 30 km da sede. Deste total, permanecem ainda na estância aproximadamente 500 índios³⁵, vivendo da pesca, agricultura de subsistência, artesanato, além de serem empregados domésticos e funcionários públicos municipais. Embora ainda sofram discriminação quanto a sua etnia, mantêm uma identificação forte com o local, tanto que a luta pelo seu reconhecimento tem como principal objetivo reaver as terras do aldeamento para reconstruírem sua aldeia, proporcionando a todos uma qualidade de vida melhor. Sobre a retomada dos seus costumes e tradições e a participação no turismo, um dos representantes da comunidade indígena comenta:

³⁵ Dados fornecidos por Valdelice Amaral de Jesus, 39 anos, cacique das comunidades e titular do conselho de saúde indígena, entrevistada em 07/06/2003

Atualmente os índios estão se organizando, reaprendendo a sua cultura para cada vez mais o povo Tupinambá ir se fortalecendo, mesmo porque reconhecemos Olivença como um lugar turístico e pretendemos participar mais com o nosso artesanato, nossa culinária, nossas danças e músicas, além do conhecimento das trilhas ecológicas daqui. E temos que estar preparados para saber a melhor forma de divulgar e mostrar o que é nosso, o que é tupinambá. É necessário que as pessoas também compreendam a nossa cultura para que a gente faça parte de uma maneira mais integrada. Não podemos depois de tanta conquista, perder as nossas características e fazermos coisa que não estamos interessados em fazer. Somos cientes que muito da cultura não índia está impregnada em nós, e que temos muito a aprender dos nossos costumes e tradições, principalmente em sermos solidário e a dividir, se não conseguirmos ser solidário, de ser irmão, não temos condição de nos estruturar como aldeia. E por isso, a única coisa que vai dar afirmação definitiva para os índios tupinambás de Olivença é a terra (informação verbal).³⁶

Segundo 100% dos moradores entrevistados, os turistas visitam Olivença em busca de lazer e descanso. Já 18,2%, informam que os visitantes também buscam o turismo saúde. Diante desses resultados, constata-se que o turismo saúde em Olivença foi transformado ao longo do tempo em turismo de lazer e descanso, sem os cuidados necessários com a preservação dos seus bens naturais e culturais, atraindo pessoas de menor nível de rendimentos que viajam, na sua maioria, em grupos, sendo escassos os seus gastos, ocupando, em regra, os estabelecimentos hoteleiros de menor categoria e os meios complementares de alojamento (*camping*, casas de veraneio ou segunda residência etc.), configurando o que Cunha (1997, p.17) denomina de turismo de massa.

No entanto, apesar do turismo em Olivença apresentar as características atuais descritas, sua divulgação realizada pelos órgãos públicos³⁷ e empreendimentos privados³⁸, continua pautada no turismo saúde, tendo as fontes hidrominerais ferruginosas como a principal atração de *marketing*, além das belezas naturais de suas praias. Decorrente deste fato, pode-se considerar que se trata, portanto, de uma propaganda considerada não só enganosa, como também irresponsável.

³⁶ Informações fornecidas por Cláudio Magalhães, entrevistado em 06/06/2003

³⁷ Propagandas encontradas nos sites: www.ilheustur.com.br/cidades.htm, www.costadocacau.com.br/Olivença, www.bahiatursa.com.br

³⁸ Propagandas encontradas no site: www.ilheus.com.br, onde ficar: informações dos hotéis, pousadas, chalés, *camping* de Olivença com os seus respectivos sites

4.2. ATUAL SITUAÇÃO DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE OLIVENÇA

O conjunto de informações levantado sobre a Estância Hidromineral de Olivença tem revelado aspectos importantes acerca da atividade turística desenvolvida no local. Neste item serão apresentados os resultados da pesquisa realizada em fonte primária, junto à comunidade local e representantes do setor público e privado, buscando-se, através da percepção desses três segmentos, caracterizar Olivença enquanto Estância Hidromineral, bem como a existência de outros produtos turísticos/ culturais e os possíveis impactos ocorridos no local em decorrência da atividade turística.

No entanto, dos três setores trabalhados, os empresários são os únicos que possuem condições de informar quanto à performance dos seus negócios e de que maneira as propagandas e a divulgação de Olivença estão sendo realizadas. Como limitação para o levantamento dos dados da pesquisa, foram encontrados e entrevistados apenas quinze, de um total de 25 meios de hospedagem, pois dez encontravam-se fechados devido à baixa temporada.

Sendo assim, a pesquisa evidenciou os seguintes aspectos: 53% dos empresários entrevistados são provenientes de outros estados e 20% são estrangeiros, todos eles atraídos para a região devido às oportunidades de negócios, entre eles o turismo, pelas belezas naturais e a qualidade de vida. Do total dos entrevistados, apenas 26,7% já exerciam atividades no *trade* turístico. Isto pode ser um indicador do pensamento geral de que o turismo é uma atividade que não requer conhecimentos técnicos nem teóricos sobre a mesma e, por esta razão, atrai pessoas oriundas de diversos outros segmentos, demonstrando um indicativo da fragilidade empresarial do setor.

Os meios de propaganda como *folders*, internet e as propagandas realizadas junto às agências de viagens, são as mais utilizadas para a divulgação dos empreendimentos em estudo. Os menos utilizados são TV, FM e Jornais, pelo fato de serem considerados os meios mais caros. No momento, com o declínio substancial do turismo, não está sendo possível um maior investimento. As imagens mais usadas nessas propagandas são as fontes hidrominerais, com 100% das respostas, enquanto 67% também utilizam a paisagem das belezas naturais, ficando a história cultural e indígena com 40% e 13%, respectivamente.

Além das propagandas utilizadas, segundo os empresários é feito um trabalho de divulgação junto aos clientes sobre os recursos naturais e culturais do local. Através dos resultados da pesquisa, foi possível perceber que, embora tenham se referido à história cultural de Olivença, o maior percentual obtido continua embasado nos seus recursos naturais como as fontes, praia de Batuba, Balneário e Mata Atlântica, ficando a cultura indígena e sítio arqueológico com percentuais abaixo de 50%, como demonstrado na Tabela 01.

Tabela 01 - Divulgação aos clientes sobre Olivença, segundo os entrevistados dos meios de hospedagem. Olivença, 2003

Respostas	Frequência	%
Fonte Hidromineral	15	100%
Praia de Batuba	13	87%
Balneário do Tororomba	10	67%
Mata Atlântica	9	60%
Cultura Indígena	7	47%
Sítio Arqueológico	6	40%

Com intuito de perceber o envolvimento dos empresários com a cultura local, foi questionado se os índios são convidados para expor seu artesanato e divulgar sua cultura aos clientes dos seus estabelecimentos, constatando-se que nenhum deles utilizava-se da potencialidade cultural do lugar para mostrar e difundir a história de Olivença, uma vez que os

índios são parte intrínseca dela. Diante disso, e dos resultados anteriores obtidos, conclui-se que fatores importantes que fazem parte integrante da história de Olivença são pouco divulgados e, quiçá, desconhecidos pela maioria dos representantes entrevistados da rede privada. Neste sentido, considerando o referencial cultural de Olivença, este atrativo deve ser explorado, trabalhado e divulgado com a maior brevidade, a fim de tornar-se uma marca local conciliada às belezas naturais e às suas águas minerais.

Na opinião dos entrevistados, 86,7% declaram não existir integração entre empresários e órgãos públicos em prol do desenvolvimento turístico para Olivença. Observa-se que essa falta de integração e parceria inviabiliza a oportunidade de maiores investimentos por parte dos empresários, como também dificulta a atração de grupos empresariais tradicionalmente pertencentes ao mercado turístico, já que há uma relação bem próxima entre a ação pública e privada.

Constatou-se, também, que o descontentamento por parte dos empresários quanto à falta de ações do governo vem refletindo diretamente na participação da iniciativa privada com relação ao desenvolvimento das atividades turísticas para Olivença. Do total dos entrevistados, 66,7% responderam que já participaram de reuniões na tentativa de melhorar o turismo em Olivença, mas que, pela ausência de respostas, encontram-se desmotivados a participar atualmente. Em consequência disso partem para ações individuais, mesmo assim, de forma muito incipiente. Apenas 33% informaram que promovem ações para atrair os turistas para Olivença, enquanto 27% disseram que fazem, mas não diretamente para Olivença e sim para o município de Ilhéus, e outros 40% disseram não realizar nenhuma ação. Entretanto, vale ressaltar aqueles que promovem ações com preços promocionais para excursões de estudantes, terceira idade e lua-de-

mel, consideram-nas muito importantes para a manutenção do seu empreendimento, além de ser uma forma de driblar os custos, principalmente na baixa temporada.

Para avaliar o grau de conscientização do empresário com relação à satisfação dos seus clientes, foi perguntado sobre os principais motivos de reclamações recebidas sobre o local. Identificou-se que as quatro principais queixas dos turistas são sobre: preços altos (67%), má qualidade dos serviços (60%), presença de esgoto nas praias (53%), e grande quantidade de lixo encontrado, principalmente nas praias e próximo ao balneário público, com 46,7% das reclamações.

Em questão aberta, foram solicitadas sugestões para melhoria do turismo na Estância Hidromineral de Olivença. As respostas foram agrupadas por temas, obtendo-se 86,7% para aqueles que indicaram a necessidade de investimento na infra-estrutura pública, principalmente saneamento básico, 53,3% de necessidade de melhoria na limpeza urbana e das praias, e 33,3% para a necessidade de ações de *marketing*. Dos itens indicados e que obtiveram menores índices, registra-se a qualidade dos serviços, considerado como um dos maiores motivos de reclamações dos visitantes e, no entanto, apresenta-se com um percentual baixo nas prioridades para Olivença, com apenas 20% das respostas (Tabela 2). Percebe-se que, apesar das reclamações, os empresários não estão dando a importância necessária para esse fator imprescindível para o desenvolvimento do turismo. No entanto, segundo Trigo (1998), atualmente é inconcebível alguém fazer um planejamento em lazer ou turismo e não pensar na formação da mão-de-obra especializada que vai trabalhar na área para garantir a qualidade dos seus serviços e, por conseguinte, atender as necessidades e satisfações dos seus clientes. Os investimentos são muito elevados, os riscos são consideráveis e por ser um setor de serviços, o atendimento é fundamental.

Tabela 02 - Sugestões para Olivença, segundo os entrevistados dos meios de hospedagem. Olivença, 2003

Respostas	Frequência	%
Infra-estrutura pública	13	86,7%
Melhorar a Limpeza Urbana e das Praias	8	53,3%
Ações de marketing	5	33,3%
Promover maior número de eventos	3	20%
Qualidade nos serviços	3	20%
Opções para o lazer noturno	3	20%
Privatizar o balneário	2	13%
Revitalizar o folclore	2	13%
Administração séria	2	13%

4.2.1 Percepção dos Antigos Moradores, da Comunidade Indígena, dos Empresários dos Meios de Hospedagem e dos Administradores em relação à Caracterização de Turismo Saúde da Estância Hidromineral de Olivença

De acordo com a classificação e caracterização das estâncias firmadas pelo Decreto nº 20, de 13 de julho de 1972 e citada por Aulicino (2001), fatores como a existência de fonte de água mineral, balneário público para tratamento crenoterápico, além de atrativos turísticos de lazer, rede hoteleira e condições para tratamento de saúde, são considerados como requisitos mínimos que uma Estância Hidromineral deve oferecer. O entendimento de que tais fatores devam existir para caracterizar o local enquanto estância turística é fundamental para a formulação de estratégia para o alcance de um desenvolvimento turístico sustentável.

Na Tabela 3, abordam-se as questões da existência de fonte de coleta das águas e a preocupação quanto a sua higiene. De acordo com os dados levantados, os maiores índices apontam a existência de fonte de coleta com 100% das respostas dadas pelos antigos moradores e pelos representantes indígenas, seguidos de 86,6% dos empresários e 50% dos administradores.

No entanto, os resultados revelam que não existe preocupação quanto a sua higiene, conforme 80% das respostas dos antigos moradores, 83,3% dos representantes indígenas, 73,3% dos empresários e 50% dos administradores, fazendo com que muitos não mais utilizem a água, substituindo-a pela água tratada da Embasa. Os altos índices referentes aos administradores que não souberam informar sobre o assunto, deve-se ao longo período de afastamento de Olivença.

Tabela 03 - Fontes atuais de coleta das águas e preocupação quanto a sua higiene, segundo os antigos moradores, representantes da comunidade indígena, empresários dos meios de hospedagem, e administradores. Olivença, 2003

Respostas	Existência de Fontes								Preocupação com a Higiene Local							
	A		B		C		D		A		B		C		D	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Existe	5	100%	6	100%	13	86,6%	4	50%	1	20%	-	-	1	6,7%	-	-
Não Existe	-	-	-	-	1	6,7%	-	-	4	80%	5	83,3%	11	73,3%	4	50%
Não sabe informar	-	-	-	-	1	6,7%	4	50%	-	-	1	16,7%	3	20%	4	50%

Observações: A - Antigos Moradores, B - Representantes Indígenas, C – Empresários dos Meios de Hospedagem, D – Administradores

Para obter o número de administradores locais, em um total de quinze, a pesquisa baseou-se no levantamento do Livro de Atas de Posse dos Administradores de Olivença, encontrado na sua sede administrativa. Entretanto só foi possível entrevistar 8 deles, por motivos diversos: morando fora da região, não foram localizados (2), tempo de transição muito curto em Olivença - média de 6 meses (2), falecido (1), e não quiseram atender à pesquisa (2).

Já na Tabela 4, o resultado dos questionamentos sobre o manuseio e a manutenção da fonte de coleta das águas, 80% dos antigos moradores e 83,3% dos indígenas entrevistados consideraram o manuseio e a manutenção não apropriados para o uso, acrescentando ainda a falta de melhor estrutura das fontes, não proporcionando uma utilização adequada para as águas

minerais, principalmente quando destinadas ao tratamento de saúde. Obtendo-se quase que os mesmos percentuais, 80% dos empresários entrevistados também julgam o manuseio e a manutenção das fontes não apropriados, enquanto que entre os administradores, obteve-se índices menores com 50% das respostas (ver Apêndice C).

Tabela 04 - Manuseio e manutenção das fontes de coleta das águas, segundo os antigos moradores, representantes da comunidade indígena, empresários dos meios de hospedagem, e administradores. Olivença, 2003

Respostas	Manuseio								Manutenção							
	A		B		C		D		A		B		C		D	
	f	%	F	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Apropriado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20%	-	-	-	-	-	-
Não Apropriado	4	80%	5	83,3%	12	80%	4	50%	4	80%	5	83,3%	12	80%	4	50%
Não sabe informar	1	20%	1	16,7%	3	20%	4	50%	-	-	1	16,7%	3	20%	4	50%

Observações: A - Antigos Moradores, B - Representantes Indígenas, C – Empresários dos Meios de Hospedagem, D - Administradores

Quando inquiridos sobre a localização da fonte de coleta das águas minerais, 80% dos antigos moradores acham a localização das fontes apropriada, apesar deles entenderem a necessidade de uma melhor infra-estrutura para a sua proteção e higiene para que essas fontes sejam utilizadas somente para fins de saúde. Contrapondo com a opinião dos moradores, os empresários e indígenas consideram a localização como não apropriada, com 66,7% e 50% das respostas, respectivamente. No entanto, entre os administradores as opiniões se dividiram, pois 25% responderam que a fonte está em local apropriado, enquanto outros 25% acham que a fonte não está em local apropriado, continuando a haver um índice alto daqueles que não souberam informar, perfazendo um total de 50%.

De forma diferenciada, outras fontes hidrominerais brasileiras têm como prioridade o cuidado rigoroso com esses fatores, que são percebidos através de procedimentos como: acesso limitado das pessoas; o cuidado com a higiene; a presença de funcionários nas fontes, devidamente uniformizados com luvas e proteção nos calçados, os quais são encarregados de coletar a água e entregar às pessoas, e toda uma infra-estrutura instalada onde se une beleza e a qualidade dos serviços prestados direcionados para o tratamento de saúde (ver Anexo A).

A existência das propriedades terapêuticas das águas de Olivença é conhecida pela maioria dos entrevistados, assim como a sua composição química, cuja informação encontra-se na portaria do Balneário do Tororomba, e na recepção de dois hotéis e em uma única pousada entrevistada. Isso significa dizer que não existem dúvidas quanto aos benefícios de suas águas e as suas funções terapêuticas. De acordo com a Tabela 5, os maiores índices apontados pelos entrevistados indicaram que as águas servem para o tratamento de problemas de pele, cabelo e aparelho digestivo.

Tabela 05 – Percepção curativa das águas minerais de Olivença, segundo os antigos moradores, representantes da comunidade indígena, empresários dos meios de hospedagens, e administradores. Olivença, 2003

Respostas	A		B		C		D	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Pele/Cabelo/Aparelho Digestivo	5	100%	5	83,3%	6	40%	2	25%
Pele/Intestino/Estômago	-	-	-	-	3	20%	2	25%
Pele/Cabelo	-	-	-	-	2	13,3%	-	-
Pele/Cabelo/Intestino/Reumatismo	-	-	-	-	1	6,7%	-	-
Cabelo/Rins	-	-	-	-	1	6,7%	-	-
Não sabe informar	-	-	1	16,7%	2	13,3%	4	50%

Observações: A - Antigos Moradores, B - Representantes Indígenas, C – Empresários dos Meios de Hospedagem, D - Administradores

Através das respostas dadas percebe-se que, apesar dos empresários alegarem conhecimento das propriedades terapêuticas das águas, diferentemente da comunidade, demonstraram não ter uma informação mais aprofundada a respeito do assunto. Isto pode ser explicado talvez pelo fato de a maioria dos empresários ser de fora da comunidade e somente conhecer o passado do local através do que lhe é contado, sem se preocupar em obter maiores informações. Isso se configura em um grave problema, uma vez que a propaganda realizada está diretamente ligada às águas minerais. Tal fato vem se confirmar, levando em conta que 26,7% dos empreendimentos foram construídos no período 1983/1988, e 40%, no período 1990/1993, representando assim, um total de 66,7% do total dos meios de hospedagem pesquisados, pressupondo-se que tal crescimento tenha sido resultante da construção e asfaltamento da rodovia Ilhéus-Olivença, no início dos anos 80, que além de facilitar o acesso, valorizou os terrenos e imóveis da região.

O período revelado do tempo de funcionamento do empreendimento coincide com o tempo em que as águas foram sendo degradadas, por motivo de já estarem comprometidas pelo mau uso do espaço. Os empresários entrevistados, portanto, não chegaram a vivenciar a fase áurea das curas ocorridas em Olivença, que juntando com a falta de conhecimento e informação, correm o risco de divulgar o que não sabem.

O mesmo acontece com os administradores entrevistados, que apesar de revelarem a existência de propriedades terapêuticas nas águas, quando questionados sobre para que servem, obteve-se baixos índices e com opiniões divididas, enquanto permanece um alto índice dos que não sabem informar. Isso vem demonstrar que o fato de não conhecerem as propriedades das águas, pode estar diretamente ligado às razões da não preservação das águas minerais de Olivença, levando em conta que àquilo que não se conhece, não se pode atribuir valores

qualitativos. Percebe-se, então, que embora as fontes hidrominerais tenham sido e continuem sendo, até os dias de hoje, o motivo principal da sua divulgação, as suas águas não foram preservadas, e nem tiveram prioridade nas administrações da Estância Hidromineral de Olivença, agindo de forma como se esse bem natural fosse ilimitado, e que, portanto, nunca fosse acabar.

Por outro lado, quando perguntado sobre a atual qualidade das águas das fontes de Olivença, 60% dos antigos moradores as consideram boas. Os indígenas, empresários e administradores entrevistados foram enfáticos em responder que as águas precisam melhorar, com índices 50%, 33,3%, 37,5%, respectivamente, para uma maior utilização e que passem a proporcionar novamente os benefícios de cura que foram comuns em Olivença (Tabela 6).

Tabela 06 - Qualidade das águas das fontes de coleta, segundo os antigos moradores, representantes da comunidade indígena, empresários dos meios de hospedagem, e administradores. Olivença, 2003

Respostas	A		B		C		D	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Boa	3	60%	2	33,3%	3	20%	2	25%
Ruim	-	-	1	16,7%	2	13,3%	-	-
Precisa melhorar	2	40%	3	50%	5	33,3%	3	37,5%
Não sabe informar	-	-	-	-	5	33,3%	3	37,5%

Observações: A - Antigos Moradores, B - Representantes Indígenas, C – Empresários dos Meios de Hospedagem, D - Administradores

Uma situação paradoxal ocorreu com as respostas dos empresários, onde apontaram com o mesmo índice para a necessidade das águas melhorarem, e ao mesmo tempo não souberam informar sobre o assunto. Esse fato vem demonstrar que, apesar de 100% informarem que fazem suas propagandas embasadas nas fontes de águas minerais e de seus benefícios, 33,3% dos entrevistados não sabem informar sobre as qualidades; se somados à opinião de 13,3%, de que as águas são ruins, atinge-se um índice de 46,6%, podendo-se considerar que quase a metade dos

empresários vende o que eles mesmos não acreditam ter, sem se preocupar com a sustentabilidade turística. Fato semelhante ocorreu segundo a percepção dos administradores, constatando-se que a percepção, tanto dos empresários como dos administradores, é limitada com relação aos problemas de Olivença.

No entanto, a maior parte dos depoimentos confirmou a preocupação no sentido de as águas minerais de Olivença serem o principal fator de sua divulgação, devido às suas funções terapêuticas. Hoje, essas águas se encontram comprometidas com a presença de esgotos e lavagem de roupas e pratos, prejudicando, desse modo, a sua qualidade e inviabilizando o seu uso (ver Apêndice A).

Devido a essa preocupação demonstrada pela maioria dos entrevistados, partiu-se para uma verificação da atual condição das águas minerais de Olivença. Para tal, contratou-se os serviços da Empresa Municipal de Águas e Saneamento – EMASA, para a realização dos exames bacteriológicos das águas, cujas amostras foram coletadas na nascente, no percurso do rio e nas fontes, em ação conjunta com representante da comunidade local e efetuada em três etapas em períodos alternados, nos meses de novembro e dezembro de 2002. De acordo com os resultados dos exames, a água está enquadrada nas classes II, III, e IV, apresentando contaminação por bactérias heterotróficas, coliformes totais e fecais, além de uma grande quantidade de detergente.

Segundo informação dos entrevistados, atualmente, em consequência desses fatores, não se tem mais notícia de cura ocorrida em Olivença por conta da utilização de suas águas, como ocorria antigamente, o que tornava o local um destino para tratamento de saúde. Isso vem demonstrar uma fragilidade no alcance de competitividade do local e, conseqüentemente, do seu não desenvolvimento, como ocorrido em outros locais que possuem o mesmo bem natural, e que desenvolvem o turismo de saúde com sustentabilidade ambiental, econômica e cultural.

Com relação aos dados coletados e analisados referentes à utilização do balneário público existente, verificou-se que para 100% dos entrevistados as pessoas que freqüentam o local procuram desfrutar do lazer, do banho de água doce, e não como um local destinado ao tratamento crenoterápico, um dos requisitos exigidos para caracterizar uma Estância Hidromineral.

Outros fatores que vêm reafirmando a destinação desse balneário como “clube de lazer” é a constatação da inexistência de profissionais na área, como médicos, fisioterapeutas, massagistas, existentes nos balneários de outras Estâncias Hidrominerais como Caxambu, São Lourenço, Araxá, dentre outras. Uma grave consequência disso, é Olivença vir, nos dias de hoje, sendo indicado pela Bahiatursa, pela Ilhéustur (atualmente Setur) e pelas pousadas e hotéis, como uma Estância Hidromineral. É preciso que esses órgãos retirem essa divulgação da mídia o mais breve possível, reelaborando sua estrutura e formatação do produto, para que as pessoas não sejam enganadas.

Uma outra questão a ser estudada pela administração, refere-se à presença eventual de pessoas com problemas de pele, que atraídas pela divulgação feita, utilizam-se da mesma piscina juntamente com pessoas saudáveis. Não existe mais a preocupação inicial de separar os locais para fins específicos, contribuindo, desse modo, para o afastamento de muitas pessoas. Outro fato a ser urgentemente sanado refere-se à falta de higiene na área em torno das piscinas e nos banheiros, apresentando-se com aspecto descuidado, além da ausência de atrativos de lazer e recreação, de jardins ou bosques para o relax e passeios. O atual perfil deste local distancia-se daquela imagem de um local propício ao tratamento de saúde, como existente em outras Estâncias Hidrominerais (ver anexo B).

Os resultados revelam que o uso do balneário desviou completamente do seu objetivo inicial que, ao longo do tempo, era voltado para saúde, não tendo sido dotado de equipamentos e serviços exigidos em um mercado competitivo, normal em qualquer atividade econômica. Como conseqüência, Olivença foi perdendo os turistas para outras estâncias, com infra-estrutura, equipamentos adequados e qualidade dos serviços, além do conforto, boa gastronomia e a tranqüilidade, características de uma Estância Hidromineral.

Em relação aos cuidados com a higiene coletiva das águas minerais de Olivença, os resultados obtidos confirmam, mais uma vez, o precário estado em que se encontram as águas, fazendo com que se distancie de mais um item importante e imprescindível na caracterização de um local como Estância Hidromineral. A Tabela 7 reflete a percepção dos entrevistados com a real situação, ou seja, 83,3% dos representantes indígenas disseram que não existe higiene coletiva das águas minerais, compartilhados, com a mesma opinião, por 60% das respostas dos antigos moradores e dos empresários, e com 50% na opinião dos administradores.

Tabela 07 - Existência de higiene coletiva das águas minerais de Olivença, segundo os antigos moradores, representantes da comunidade indígena, empresários dos meios de hospedagem, e administradores. Olivença, 2003

Respostas	A		B		C		D	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Nas suas nascentes/ No percurso das águas	-	-	-	-	1	6,7	-	-
Nas fontes de coleta	-	-	-	-	1	6,7%	-	-
No balneário	-	-	-	-	2	13,3%	-	-
Existe higiene coletiva em todos os pontos citados acima	1	20%	-	-	-	-	-	-
Não existe higiene coletiva	3	60%	5	83,3%	9	60%	4	50%
Não sabe informar	1	20%	1	16,7%	2	13,3%	4	50%

Observações: A - Antigos Moradores, B - Representantes Indígenas, C - Empresários dos Meios de Hospedagem, D - Administradores

Tais resultados demonstram que uma parcela significativa da comunidade conhece realmente os problemas que estão ocorrendo, bem como as atuais condições em que as águas minerais de Olivença se encontram. Por falta de interpretação, má gestão, ausência de fiscalização por parte da saúde pública, os turistas estão sendo duplamente enganados: pelo *marketing* indevido e enganoso, pela não proibição do uso das águas das fontes para ingestão e pela não interdição dos banhos até a requalificação de suas águas.

A coerência com as respostas anteriores se mantém no momento em que é questionado sobre a poluição existente, de modo geral, em Olivença (Tabela 8). Os maiores índices obtidos indicaram que a poluição das águas de Olivença é o maior problema a ser resolvido, segundo 83,3% das respostas dos indígenas, 73,3% dos empresários, 60% dos antigos moradores e 50% dos administradores (ver Apêndice A).

Tabela 8 - Poluição existente em Olivença, segundo os representantes da comunidade indígena, os seus antigos moradores, os empresários dos meios de hospedagem, e os administradores entrevistados. Olivença, 2003

Respostas	A		B		C		D	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Poluição das águas	3	60%	5	83,3%	11	73,3%	4	50%
Poluição sonora	1	20%	-	-	1	6,7%	-	-
Poluição visual	-	-	-	-	1	6,7%	-	-
Poluição do ar	-	-	-	-	1	6,7%	-	-
Não existe poluição	2	40%	-	-	2	13,3%	1	12,5%
Não sabe informar	-	-	1	16,7%	1	6,7%	3	37,5%

Observações: A - Antigos Moradores, B - Representantes Indígenas, C - Empresários dos Meios de Hospedagem, D - Administradores

É importante ressaltar que a percepção dos entrevistados quanto à poluição das águas foi comprovada através dos exames bacteriológicos realizados para esta pesquisa, já citados anteriormente. Como a pergunta admite mais de uma resposta, 20% dos moradores destacaram

que na época de alta temporada surge também a poluição sonora provocada pelo movimento de carros e pelo som elevado das barracas de praia, e ou, dos próprios carros dos visitantes.

Na avaliação sobre a atual situação de infra-estrutura existente, utilizou-se dos itens imprescindíveis e citados quanto à caracterização de uma estância, bem como ao que é necessário existir em termos de infra-estrutura como: abastecimento de água potável, disposição de esgotos sanitários, área de lazer, entretenimento noturno e diurno e parques de atrações. Sobre os itens pesquisados, 100% dos entrevistados identificaram somente a existência de abastecimento de água potável, fazendo contudo, ressalva de que a distribuição precisa melhorar, principalmente na alta temporada, pois costuma faltar água. Os demais questionamentos não foram indicados porque são desconhecidos, ou porque não são considerados relevantes, como por exemplo, os entretenimentos, diurnos e noturnos, não comuns em Olivença, salvo em épocas especiais de festejos religiosos e no São João.

Atualmente está sendo construído em Batuba, principal praia de Olivença, um empreendimento privado de bar e restaurante, desenvolvido pelo proprietário do grupo Hotel Cana Brava e Opaba Praia Hotel. Espera-se que, quando construído, venha proporcionar a todos da comunidade e visitantes, uma área de lazer e entretenimento. O projeto prevê 2.000 pessoas sentadas, áreas para show com capacidade para receber 4.000 pessoas, câmara refrigerada para armazenamento do lixo, e tratamento de todos dejetos sanitários com elevatórios, fossas sépticas e bombeamento dos dejetos dos esgotos, entre outros.

A oferta de equipamentos turísticos foi à última variável trabalhada com o objetivo de caracterizar Olivença como Estância Hidromineral, pesquisando-se assim a existência de meios de hospedagem, bares, restaurantes e barraca de praia. Atualmente, Olivença possui uma rede hoteleira com aproximadamente 3.500 leitos, distribuídos entre 2 *resorts*, 2 hotéis, 14 pousadas, 4

chalés, 1 albergue, e 2 *campings*, concentrando-se, na sua área, uma das maiores parcelas da rede hoteleira do município de Ilhéus. Além disso, os entrevistados acrescentaram que Olivença conta com várias casas de veraneio que, em época de férias, feriados e nos eventos programados, são alugadas, aumentando, assim, a disponibilidade de acomodações. O mesmo não acontece com os bares, restaurantes e barraca de praia, que são poucos e precários, precisando de reformas, modernização e qualidade dos serviços. As avaliações demonstraram claramente que, embora registrem a existência desses equipamentos, são incipientes e muito deve ser feito para melhorar o setor.

Para concluir a análise da caracterização de Olivença como Estância Hidromineral e dada à importância da presença das fontes hidrominerais e da sua importância quanto à qualidade, higiene e benefícios terapêuticos para a caracterização de uma estância hidromineral, a questão a ser respondida é: já que a divulgação realizada pelos órgãos públicos e privados disponíveis nos roteiros turísticos da Costa do Cacau tem como principal fator de *marketing* as fontes hidrominerais de Olivença, porque não revolver os problemas existentes, de ordem estrutural, os quais comprometem o seu bem maior e referencial, que são as águas minerais, fazendo com que Olivença seja considerada como Estância Hidromineral? Torna-se necessário, portanto, buscar mecanismos e projetos visando à recuperação de suas águas. É uma questão de compromisso e ética com aqueles que vêm em busca do que foi propagado e que, ao chegar, verificam que as águas em referência encontram-se comprometidas e sem condição de uso, sentindo-se enganados com o produto que compraram. A formulação de um planejamento participativo, contando com a participação dos representantes do poder público, do *trade* turístico, da comunidade e de profissionais capacitados, favorecerá para que as fragilidades apontadas nas análises sejam norteadoras para a elaboração de um plano. Com a participação de todos os segmentos, poder-se-

á formular os objetivos que se quer alcançar a partir da definição de que tipo de turista se quer para Olivença.

- Análise dos Componentes Essenciais para a Formatação de um Produto Turístico, na Percepção dos Antigos Moradores, Representantes da Comunidade Indígena, Empresários, e Administradores

Nesta parte foram abordadas questões referentes aos componentes essenciais para a formatação de um produto turístico, com o objetivo de verificar a existência de produtos turístico/culturais na Estância Hidromineral de Olivença. Tomando como referência Cunha (1997), a pesquisa baseou-se nas variáveis: recursos turísticos, infra-estrutura, superestrutura, acolhimento e cultura e acessibilidade, para analisar as condições atuais da oferta turística de Olivença.

- Os Recursos Turísticos

Os recursos turísticos, bens naturais, culturais e históricos, considerados como fatores, são por intermédio da atividade do homem e dos meios com que conta, trabalhados, tornando-se possível à atividade turística, uma vez que venha satisfazer às necessidades da demanda. Compreendendo que uma maior ou menor potencialidade de um destino turístico está intrinsecamente associada à maior ou menor disponibilidade de seus recursos turísticos, é de fundamental importância o levantamento dos recursos existentes para garantir a criação de um ou mais produtos para o consumidor.

A partir dos dados coletados, verificou-se, segundo os entrevistados, quais os principais recursos naturais, culturais e históricos de Olivença, com destaque para as praias e rios, fontes

hidrominerais, Mata Atlântica e a história cultural, os quais, para os moradores, indígenas, empresários e administradores entrevistados, os apontaram como de maior potencialidade, seguindo-se: costumes e folclore, fauna e flora. Os menos identificados foram o sítio arqueológico e as especialidades culinárias, conforme os dados demonstrados na Tabela 9.

Com relação à especialidade culinária, sua importância foi devida a 83,3% das respostas dos representantes da comunidade indígena, uma vez que eles têm planos de oferecer sua culinária como um atrativo turístico/cultural, dentro do processo de crescimento turístico futuro de Olivença. Segundo eles, a falta de um espaço físico inviabiliza, atualmente, a exploração dessa culinária.

Tabela 9 - Recursos turísticos em Olivença, segundo, os antigos moradores, representantes da comunidade indígena, empresários dos meios de hospedagem, e administradores. Olivença, 2003

Respostas	A		B		C		D	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Praias e rios	5	100%	6	100%	15	100%	8	100%
Fauna e flora	5	100%	6	100%	12	80%	4	50%
Sítio arqueológico	4	80%	4	66,7%	11	73,3%	3	37,5%
Costumes e folclore	5	100%	6	100%	13	86,6%	3	37,5%
Fontes hidrominerais	5	100%	6	100%	15	100%	4	50%
Especialidades culinárias	3	60%	5	83,3%	10	66,7%	3	37,5%
Mata Atlântica	5	100%	6	100%	15	100%	8	100%
História cultural	5	100%	6	100%	15	100%	5	62,5%

Observações: A - Antigos Moradores, B - Representantes Indígenas, C – Empresários dos Meios de Hospedagem, D - Administradores

Através dos resultados, pode-se perceber que os recursos turísticos existentes em Olivença, tanto os naturais, culturais e/ou históricos, são hoje vistos como potencialidades, mas tornou-se necessário que sejam formatados e vendidos aos turistas para melhorar a oferta de

atrações de Olivença. Neste contexto, um dos objetivos desse estudo foi propor uma reconfiguração, ou seja, novas formas de promover a cultura indígena em Olivença, de maneira que o seu povo venha a se beneficiar, fazendo parte do desenvolvimento turístico/cultural local, através do processo de resgate da memória.

Nesse sentido, constituir a memória coletiva escrita de Olivença significa permitir uma maior integração de todos os segmentos de uma comunidade, seja público, privado e os moradores, fazendo com que muitos adquiram consciência do papel que o local representou em determinado cenário e em determinada época. A consciência de uma comunidade possibilitará que a cultura não perca sua autenticidade, não permitindo, desse modo, a formatação de produtos para simplesmente atender à demanda turística, realizando o que sabem fazer e que, no caso específico dos índios de Olivença, são os trabalhos de artesanato, interpretação ambiental das plantas que curam doenças, vestimentas, culinária, dança, música, enfim, devolvendo dessa forma o orgulho da sua identidade étnica.

Segundo a OMT (2001, p.171), não basta possuir um patrimônio turístico, definido como “o conjunto potencial conhecido ou desconhecido, dos bens materiais ou não à disposição do homem e que possam ser utilizados, mediante um processo de transformação para satisfazer suas necessidades turísticas”, para se ter a criação e garantia de um bom produto. Nesse sentido, a atuação das instituições, sejam públicas ou privadas, será determinante para aproveitar os recursos existentes, mediante um programa adequado de investimentos e atuações, afim de que se possa, objetivamente, numa determinada fase, se denominar de produto. Olivença é uma localidade que dispõe de potencialidades naturais, culturais e históricas, mas que até agora não foram adequadamente aproveitadas, e por essa razão, tornam-se necessários medidas urgentes para que a exploração não ocorra de forma desordenada, e que não se torne um processo

irreversível destruindo seu patrimônio secular, e seu bem maior – as águas minerais, considerados por Oliveira (2001) como produto turístico invejável.

- Sua Infra-estrutura

Dada a importância da uma infra-estrutura urbana, fundamental na compreensão da realidade local e que sirva como base para a atividade turística, a pesquisa procurou analisar a existência dessa infra-estrutura local e as condições em que se encontram. Este item, também conhecido como insumos ou fatores de produção, quando trabalhado com qualidade, promove a vantagem competitiva de um local, e quando utilizado corretamente, gera o desenvolvimento econômico, social, político e turístico de uma localidade. A infra-estrutura aqui é representada pelos serviços básicos, de responsabilidade do Governo Municipal, os quais devem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos residentes.

A infra-estrutura identificada pela população pesquisada em Olivença (Tabela 10) e importante para o seu desenvolvimento é o seguinte: pavimentação e conservação das ruas, apontada em 100% das respostas pelos moradores e pelos indígenas, seguida por 93,3% pelos empresários e 62,5% pelos administradores; a coleta de lixo, com 100% na opinião dos moradores e indígenas, 86,7% para os empresários, e com 62,5% para os administradores; a limpeza urbana e energia elétrica foram apontadas com os mesmos índices do item anterior. Segundo os entrevistados, embora tenham identificado esses itens como existentes, acrescentam que os mesmos estão funcionando de forma precária, provocando o descontentamento da comunidade quanto ao atendimento das suas necessidades e melhoria na qualidade de vida.

Tabela 10 – Importância da infra-estrutura em Olivença, segundo os antigos moradores, representantes da comunidade indígena, empresários dos meios de hospedagem, e administradores. Olivença, 2003

Respostas	A		B		C		D	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Pavimentação e conservação das ruas	5	100%	6	100%	14	93,3%	5	62,5%
Sinalização urbana (DETRAN)	2	40%	2	33,3%	5	33,3%	1	12,5%
Segurança pública	2	40%	2	33,3%	13	86,7%	5	62,5%
Rede de telefonia comum e celular	5	100%	6	100%	15	100%	5	62,5%
Televisão	5	100%	6	100%	15	100%	5	62,5%
Rodovias	5	100%	6	100%	15	100%	5	62,5%
Coleta de lixo	5	100%	6	100%	13	86,7%	5	62,5%
Sinalização turística	2	40%	2	33,3%	7	46,7%	1	12,5%
Limpeza pública	5	100%	6	100%	13	86,7%	5	62,5%
Energia pública	5	100%	6	100%	13	86,7%	5	62,5%
Não sabe informar	-	-	-	-	-	-	3	37,5%

Observações: A - Antigos Moradores, B - Representantes Indígenas, C – Empresários dos Meios de Hospedagem, D - Administradores

Os índices identificados que receberam as melhores avaliações foram: rodovia de acesso, serviço de telefonia comum e celular, e de televisão; as menores avaliações foram para os serviços públicos como sinalizações urbanas e turísticas. Outros itens não foram avaliados, porém pelo fato de não existirem, foram considerados de extrema importância, principalmente para uma localidade turística, como: serviços de correio, terminal de passageiros, e tratamento de lixo e de esgoto. Alguns destes, para serem utilizados, os visitantes e residentes têm de deslocar-se para o município de Ilhéus.

Com relação ao item segurança pública, percebe-se que a opinião dos moradores e indígenas difere com a dos empresários e dos administradores, sendo considerado pelos últimos entrevistados como bom. Esse fato foi analisado pela falta de vivência com os problemas de

Oliveira, pois a maioria dos empresários e dos administradores entrevistados comentou, durante a pesquisa, que há muito tempo não entram na parte alta da Estância, apenas passam pela parte baixa da cidade. Diante disso, conclui-se que a percepção dos empresários e dos administradores para os problemas referentes à infra-estrutura em Oliveira, de um modo geral, é limitada.

Quanto à pavimentação de ruas, a maior reivindicação, por parte dos moradores e indígenas, refere-se ao calçamento da ladeira situada atrás da igreja que, além de proporcionar um segundo acesso à parte alta da cidade (atualmente o único acesso é pela ladeira Hortêncio Castro), daria continuidade às obras de pavimentação das ruas da parte baixa, que se encontram intransitáveis. Como se obter competitividade turística com uma infra-estrutura deste porte? Os turistas de hoje são exigentes e procuram gastar seu tempo e recursos em localidades de qualidade.

Em relação à coleta de lixo e limpeza, os serviços que vêm sendo prestados atualmente, não dão conta de atender à demanda de lixo, que é jogado indevidamente, inviabilizando o serviço e, conseqüentemente, tornando a cidade feia, mal-cheirosa, fazendo com que os turistas “fujam” para outras localidades (ver Apêndice D). Nesse caso, faz-se necessário, além de um trabalho de conscientização da população e dos turistas, o fornecimento de saco de lixo para a população mais carente, bem como a distribuição de latões de lixo nos pontos críticos da cidade para minimizar o problema. Vale ressaltar que a precariedade na coleta de lixo e na limpeza das ruas foi citada por alguns entrevistados como barreira para a vinda de turistas e de novos investidores.

Quanto à energia pública, relataram que além da necessidade de conservação e manutenção, a rede precisa ser ampliada para suprir a demanda existente. A falta de energia em algumas ruas vem gerando outro problema, que é o da segurança pública, precisando, desse

modo, que seu quadro seja ampliado. Atualmente, Olivença conta somente com dois policiais por turno para atender a toda a Estância e somente nas festas da Puxada do Mastro e São João ganha reforço policial. Vale ressaltar que o problema dos serviços de segurança, percebido pela população entrevistada, também é um fator crucial para o desenvolvimento da atividade turística, além de reduzir a qualidade de vida local.

Para uma localidade onde sua atividade turística concentra-se nas praias e no balneário público, a inexistência de esgotamento e tratamento sanitário vem se tornando um problema altamente relevante, e que deve ser objeto do esforço de todos os que estão engajados no processo de desenvolvimento sustentável. A ausência de saneamento básico foi citado por todos como o principal fator da degradação ambiental existente.

Este fato é uma das mais relevantes razões para que Olivença não se destaque como local de qualidade, no qual atrai não somente turistas de elevado padrão, mas também possíveis investidores. A carência de infra-estrutura adequada e de qualidade torna-se limitante para o desenvolvimento do turismo local. Percebe-se que Olivença estagnou seu processo de crescimento. Como a infra-estrutura não gera renda e é resultado de investimento público ou feita através de parceria com empresários, a Estância Hidromineral de Olivença fica a mercê da boa vontade política dos seus representantes públicos. Vale ressaltar que a ausência desses investimentos fará, no médio e longo prazo, com que as potencialidades naturais e culturais (bens limitados) desapareçam, uma vez explorados inadequadamente ou agredidos gratuitamente.

- A Superestrutura local

Enquanto a infra-estrutura tende, de modo geral, a ser fornecida pelo setor público, a superestrutura é normalmente uma atividade a ser desenvolvida pelo setor privado. Sendo

considerado, o setor gerador de lucro de uma destinação, é um dos componentes essenciais para a formatação de produto e serviços turísticos.

Os serviços e produtos existentes em Olivença são apontados pela população entrevistada na Tabela 11. Os meios de transportes urbanos, comércio de artesanato, mercearias e farmácia, foram aqueles mais indicados pelos entrevistados como existentes no local. Os serviços dentários e médicos foram os menos indicados e considerados como insatisfatórios por todos os entrevistados, principalmente os serviços prestados no posto médico existente, assistido por profissionais somente três vezes na semana. Os itens como: aluguel de veículos, táxi, serviços bancários, serviço de recepção e informação turística, passeios turísticos, guias turísticos, supermercado e postos de gasolina não são existentes em Olivença, e, quando necessária sua utilização, os residentes ou turistas que visitam Olivença deslocam-se para o município de Ilhéus.

Tabela 11 - Existência de superestrutura em Olivença, segundo os antigos moradores, representantes da comunidade, empresários dos meios de hospedagem, e administradores entrevistados. Olivença, 2003

Respostas	A		B		C		D	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Meios de transportes urbanos	5	100%	6	100%	15	100%	5	62,5%
Comércio de artesanatos	5	100%	6	100%	15	100%	5	62,5%
Padarias	5	100%	6	100%	10	66,7%	5	62,5%
Serviço dentário	3	60%	4	66,7%	8	53,3%	2	25%
Serviço médico	3	60%	4	66,7%	10	66,7%	4	50%
Serviço de alimentação	5	100%	6	100%	13	86,7%	4	50%
Mercearia	5	100%	6	100%	15	100%	5	62,5%
Farmácia	5	100%	6	100%	15	100%	5	62,5%
Não sabe informar	-	-	-	-	-	-	3	37,5%

Observações: A - Antigos Moradores, B - Representantes Indígenas, C – Empresários dos Meios de Hospedagem, D - Administradores

Sendo a infra-estrutura um pré-requisito para o desenvolvimento de uma superestrutura pelo setor privado, a combinação de recursos públicos e privados são importantes para o desenvolvimento de uma destinação. No caso de Olivença, como examinado, a carência de infra-estrutura local é um fator impeditivo e crucial para o desenvolvimento da sua atividade turística. Uma vez que órgãos públicos e o setor privado não investem, dificilmente poder-se-á atrair investidores para Olivença. A ausência desses serviços leva também os turistas a reduzir sua estada ou ir para “*resorts*” e ou outras localidades. Os resultados da pesquisa vêm confirmar a carência dos serviços do setor privado em Olivença, inviabilizando, desta forma, o desenvolvimento da superestrutura, ou seja, um dos componentes da formação de produto turístico, tornando-se inadmissível um local ser chamado de turístico e, principalmente, de Estância Hidromineral, sem estes serviços

Diante disso, faz-se prioritária a discussão, por parte de todos os envolvidos direta ou indiretamente com a atividade turística, dos itens apresentados na pesquisa, uma vez que o objeto de estudo faz parte integrante do roteiro da Costa do Cacao como destinação turística, no entanto continua dependente dos equipamentos e serviços do município de Ilhéus, localizado a 18 Km de distância. Um dos maiores problemas apontados, e considerando que Olivença é propagada como Estância Hidromineral (para tratamento de saúde), é a ausência de hospital, clínica médica ou mesmo um pronto socorro para atender à comunidade local e aos seus visitantes, principalmente nos finais de semana, feriados e na alta estação, quando ocorre um maior fluxo de turistas, aumentando assim o problema.

A ausência de banheiros públicos numa Estância Hidromineral, onde é comum a ingestão de suas águas para tratamento de saúde, é um fator que vem mais uma vez demonstrar que Olivença vem se distanciando dos requisitos necessários para caracterizar-se enquanto estância

turística. Como disse Ignarra (1999), não basta somente os recursos existirem para serem aproveitados, o turismo exige gestão administrativa para haver um crescimento qualitativo e quantitativo embasado em um planejamento sustentável.

Outra questão abordada foi referente aos serviços apontados como existentes em Olivença como mercearias, padarias e o serviço de alimentação, considerados por todos da comunidade como inviáveis para se fazer compras devido aos altos preços praticados. Trata-se de pequenas empresas que suprem a população com mercadorias mais imediatas e com poucas opções de oferta. Desse modo, a população entrevistada prefere fazer suas compras em Ilhéus, em função dos preços e pela opção de produtos. Atitudes como essa vêm enfraquecendo cada vez mais o pequeno comércio de Olivença, tornando-se um círculo vicioso. Se não entra capital, não se têm condições de investir, se não se investe não tem como atrair o capital.

Em relação aos serviços bancários, vale destacar que, segundo informações prestadas pelo atual administrador, vem se tentando retornar esse serviço, através da colocação de um posto. Entretanto os bancos exigem o estabelecimento de uma cota mensal de atendimento, a fim de justificar a sua permanência no local, mas atualmente, devido ao baixo movimento no local, vem dificultando a transação. Semelhante fato também vem ocorrendo com os serviços de correios, o que vem demonstrar, em ambos os casos, a falta de parceria entre os órgãos públicos e privados, que juntos poderiam garantir o movimento exigido se a meta fosse atender às necessidades e satisfações da comunidade e dos turistas que visitam Olivença.

Uma questão que merece destaque, enquanto uma destinação turística, é o fato da inexistência de serviços de recepção e informações turísticas, de agências e guias para atender às necessidades daqueles que visitam Olivença. Segundo os entrevistados, muitos dos turistas

chegam procurando informações sobre o lugar e poucos são aqueles da comunidade que sabem informar e divulgar um pouco da história de Olivença.

Para concluir a análise do componente de superestrutura, e dada a ausência dos serviços de taxi e de aluguel de veículos não oferecidos em Olivença, tendo como único meio de transporte os ônibus urbanos, a pesquisa procurou saber quanto à frequência e se os horários desses ônibus atendiam às necessidades da comunidade e dos turistas. Os maiores índices respondidos pelos entrevistados apontaram que os ônibus não têm frequência regular e, portanto, não atendem às necessidades, podendo-se considerar através dos resultados obtidos como insatisfatório o serviço de transporte urbano.

- Acolhimento e Cultura

O quarto componente essencial do produto turístico analisado refere-se, segundo Cunha (1997), ao acolhimento, ou seja, hospitalidade no seu sentido mais amplo, e às manifestações culturais de um local, constituindo uns dos mais importantes aspectos da atividade turística. Diante da variedade de conceitos de Hospitalidade, seja na literatura ou no uso coloquial, que são apresentados segundo a ótica, experiência ou interesse de cada indivíduo, tomou-se como referência para essa análise, o conceito de Cruz (2002, p. 39), no qual:

A hospitalidade em si é um fenômeno muito mais amplo, que não restringe à oferta, ao visitante, de abrigo e alimento, mas sim ao ato de acolher, considerado em toda sua amplitude. Envolve um amplo conjunto de estruturas, serviços e atitudes que, intrinsecamente relacionados, proporcionam bem-estar ao hóspede.

Quando perguntado sobre o nível de relacionamento mantido entre residentes e turistas, 100% dos entrevistados responderam que é bom, embora com algumas restrições por parte da comunidade indígena, os quais dizem ser tratados por alguns como objeto, sem respeito a sua

condição de índio. Isto pode ser um indicador de que se faz necessário a recuperação da cultura indígena em Olivença, integrando-a não somente à comunidade, mas aos possíveis produtos turísticos a serem oferecidos. Para isto, é necessária a conscientização de todos os envolvidos, direta ou indiretamente, na atividade turística, onde, juntos, através de um planejamento participativo possam decidir o que oferecer e como oferecer, sem perder a autenticidade local. Porém, considerando a opinião geral dos entrevistados, percebe-se que esse quesito mantém uma favorabilidade positiva para o desenvolvimento turístico em Olivença.

Outro item que a pesquisa procurou conhecer foi sobre as manifestações populares existentes. Os resultados indicaram que as festas religiosas e profanas foram as manifestações populares identificadas atualmente, tais como: as festas do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora da Escada como festas religiosas e as festas da Puxada do Mastro de São Sebastião e de São João como festas profanas. Os itens relativos à dança e música foram abordados pelos índios como manifestações que pretendem oferecer futuramente vindo o crescimento do turismo cultural em Olivença. Para isso estão reaprendendo a sua cultura e fortalecendo a sua etnia enquanto índio Tupinambá, para decidir o que oferecer e como oferecer, sem que para isso percam as características que tanto lutaram para ter de volta.

Com relação a realizações de atividades desportivas existentes, a pesquisa apontou o *surf*, o qual vem sendo utilizado como *marketing* local, visto possuir praias propícias para o desenvolvimento dessa atividade esportiva. Quanto à realização programada de outros esportes, nada foi apontado. Olivença possui muitas potencialidades para realizações desportivas além do *surf*, uma vez que dispõe de parte da Mata Atlântica, ideal para a realização de trilha, ciclismo e cavalgada; rios para canoagem, e morros para a prática de esportes radicais. Portanto, só é necessário à formatação dos produtos para melhor fixação do turista no local.

- Acessibilidade

Um componente essencial do produto turístico compreende o acesso aos destinos turísticos, já que nem todos os recursos naturais e culturais podem ser explorados como atrativos turísticos se não for possível chegar até ele.

A população pesquisada informou que o único meio de transporte externo de que se dispõe é o inter-municipal, atendendo as destinações entre Canavieiras, Una e Itabuna. Os demais meios de transporte para outros estados, regiões e ou outros municípios não contemplados no roteiro inter-municipal de Olivença, tem como única via de acesso a cidade de Ilhéus. O quesito acessibilidade engloba também a existência de aeroporto, porto e rodoviária disponível para o local de destino. Pelo fato de que tais requisitos também não são oferecidos em Olivença, os turistas, visitantes e residentes que escolherem esses meios de transportes, deverão utilizar-se da cidade de Ilhéus.

Considerando os fatores analisados, cuja importância para o processo turístico é incontestável, uma vez que os turistas tendem a optar por destinações de fácil acesso, Olivença não estaria incluída como destino turístico se não estivesse a poucos quilômetros de distância da cidade de Ilhéus. Fontes (2001) destacou, em seu estudo, a importância do item infra-estrutura de acesso do município de Ilhéus, considerado como melhor qualificado e, conseqüentemente, amenizando a deficiência encontrada em Olivença. Além disso, esse fator não parece ser impeditivo, uma vez que a rodovia de acesso a Olivença obteve o melhor índice apontado pela comunidade, e é considerada por muitos como prazerosa de viajar devido às belezas naturais de sua orla marítima. Contudo, considerando que tratando-se de Olivença, um dos lugares referidos

no roteiro turístico da Costa do Cacau, dever-se-ia pensar em pelo menos dotá-la de uma rodoviária que pudesse atender ônibus regionais e municipais.

- Impactos Sócio-Ambientais Presentes na Estância Hidromineral de Olivença

Para investigar possíveis impactos sócio-ambientais ocorridos em Olivença foi realizada pesquisa junto à comunidade, utilizando-se as variáveis indicadas segundo suas percepções, acrescidas da observação da pesquisadora, através de fotos e exames bacteriológico das águas de Olivença. O objetivo foi investigar possíveis causas que interferiram no desenvolvimento sustentável de Olivença.

Conforme dados apresentados na Tabela 12, os indicadores que apresentaram maiores influências negativas em Olivença, segundo os entrevistados, foram: distribuição da rede de esgoto próxima às praias e rios, falta de conscientização e sensibilização da comunidade para a proteção aos aspectos sociais e ambientais, qualidade das águas das praias e coleta de lixo nas praias. Ressalva-se porém, que os impactos como: conservação/restauração do sítio histórico/arqueológico, preservação e divulgação da cultura indígena e qualidade das águas dos rios foram apontados pelos indígenas com altos índices, contrapondo com os demais entrevistados que consideraram esses itens de baixa influência negativa.

A presença de fossas, segundo os entrevistados, influíram mediamente. As variáveis que apresentaram os menores índices na percepção dos entrevistadas foram: a limpeza dos banheiros nas praias, a ausência de latões de lixo distribuídos em toda a Estância Hidromineral de Olivença, a qualidade do balneário, a coleta de lixo nas zonas centrais de Olivença, a coleta de lixo nas entradas principais e no Balneário do Tororomba em Olivença.

Tabela 12 - Impactos sócio-ambientais negativos em Olivença, segundo os antigos moradores, representantes da comunidade indígena, empresários dos meios de hospedagem, e administradores. Olivença, 2003

Respostas	A		B		C		D	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Qualidade dos atrativos turísticos								
Praias	4	80%	6	100%	13	86,7%	5	62,5%
Rios	2	40%	5	83,3%	6	40%	3	37,5%
Fontes	1	20%	4	66,7%	13	86,7%	5	62,5%
Balneário	1	20%	3	50%	6	40%	3	37,5%
Coleta de lixo								
Nas praias	4	80%	6	100%	14	93,3%	4	50%
Nas zonas centrais de Olivença	-	-	3	50%	5	33,3%	3	37,5%
Nas entradas principais	-	-	2	33,3%	5	33,3%	2	25%
No balneário do Tororomba	-	-	2	33,3%	7	46,7%	-	-
Limpeza								
Banheiros nas praias	1	20%	3	50%	6	40%	2	25%
Banheiros do balneário	-	-	-	-	-	-	-	-
Presença de fossas	3	60%	4	66,7%	8	53,3%	4	50%
Ausência de latões de lixo distribuídos em toda a Estância Hidromineral de Olivença	1	20%	3	50%	3	20%	2	25%
Distribuição da rede de esgoto próxima às praias e rios	5	100%	6	100%	13	86,7%	5	62,5%
Conservação/restauração de sítios históricos/ arqueológico	2	40%	5	83,3%	8	53,3%	1	12,5%
Preservação e divulgação da cultura indígena existente	2	40%	5	83,3%	2	13,3%	1	12,5%
Desmatamento da mata atlântica	-	-	5	83,3%	6	40%	2	25%
Conscientização e sensibilização da comunidade para a proteção dos aspectos sociais e ambientais	5	100%	6	100%	12	80%	4	50%
Não sabe informar	-	-	-	-	-	-	2	25%

Observações: A - Antigos Moradores, B - Representantes Indígenas, C – Empresários dos Meios de Hospedagem, D - Administradores

Através da evolução histórica de Olivença e dos resultados dos possíveis impactos sócio-ambientais que impediram o desenvolvimento sustentável local, foi possível perceber que, os impactos ocorreram em conseqüência do crescimento urbano e demográfico desordenados, decorrente principalmente da atividade turística. Em princípio, o turismo de Olivença se

apresentou como excelente forma de aumentar renda, estimular o desenvolvimento local e regional e gerar empregos. Após a grande explosão, devido à falta de preparo e de conscientização/participação da comunidade, de planejamento e de capacitação dos profissionais, o turismo desenvolvido em Olivença revelou outro aspecto, ocorrendo a degradação ambiental e cultural.

Os maiores índices indicados pela pesquisa também revelam que as principais prioridades para Olivença consistem na construção de uma rede de esgoto e na conscientização dos aspectos culturais e ambientais de toda a comunidade: dos órgãos públicos, do setor privado, da própria população e dos turistas. Dotando-se Olivença com uma rede de esgoto, melhorar-se-ia a qualidade das praias, rios, fontes e balneário, além de eliminar a presença de fossas. Através da conscientização de todos os envolvidos, os problemas do serviço de coleta de lixo na estância e nas praias, bem como a conservação e restauração do sítio arqueológico e a preservação e divulgação da cultura indígena existente seriam minimizados.

Finalmente, há a compreensão de que para haver um desenvolvimento sustentável em Olivença é imprescindível que haja um planejamento participativo, onde serão discutidos os principais problemas do local e a seguir serão elaborados os objetivos e metas a serem alcançados. Lugares como Olivença, que pela sua própria natureza, peculiar e frágil, são suscetíveis a atrair turistas, tornam-se vulneráveis aos efeitos ambientais e sociais.

4.3. MATARAM A GALINHA DOS OVOS DE OURO

Ao estudar a transformação histórica da Estância Hidromineral de Olivença através dos resultados da sua atual situação pode-se perceber o potencial existente quanto aos seus aspectos

naturais, culturais e históricos, mas que, no entanto, não foi aproveitado de maneira que viesse a lhe proporcionar um desenvolvimento local, promovendo, assim, uma qualidade de vida melhor para a sua comunidade e para os turistas que chegam para visitá-la. Para lugares como Olivença, peculiar e frágil, é inevitável a atração de turistas que fogem do seu cotidiano para descansar e se restabelecer do dia a dia. Contudo, não houve um planejamento turístico para Olivença suportar a sua demanda e se desenvolver sustentavelmente. Percebe-se que esses fatores estão intrinsecamente ligados ao fato das suas administrações não terem conseguido superar o maniqueísmo e visões simplistas a respeito do local. A falta de infra-estrutura adequada, de atrativos de lazer e descanso e, principalmente, os descuidos com suas águas minerais fizeram com que Olivença não estivesse hoje no rol das estâncias hidrominerais de sucesso, as quais vêm desenvolvendo o turismo de saúde, recebendo milhares de turistas durante todo o ano, conseguindo, assim, driblar a sazonalidade comum na atividade turística.

Diante disso, a pesquisa tomou como referência outras estâncias hidrominerais brasileiras, as quais se desenvolveram sustentavelmente ao longo dos anos, como exemplos comparativos de como funciona uma estância turística, que tem como principal produto suas águas minerais acrescidas do lazer, entretenimento e cultura e, principalmente, assinalar como Olivença seria hoje caso houvesse tido um turismo planejado e responsável, embasado nos princípios da sustentabilidade.

- Estância Hidromineral de Serra Negra³⁹

Situada a mil metros de altitude, em plena Serra da Mantiqueira, a “Cidade Saúde”, título dado pelo então presidente da república Washington Luiz, Serra Negra conquista os turistas que

³⁹ As informações sobre essa estância foram retiradas da Folha de Turismo, 2000

ali chegam seduzidos pelo clima agradável de montanha, e os inegáveis benefícios das fontes de águas minerais. Distante 153 Km de São Paulo, Serra Negra, fundada em setembro de 1828 despertou o interesse turístico desde que a fama de suas águas radioativas ultrapassou suas fronteiras.

No roteiro turístico, o Centro de Convenções, situado numa área de 4 mil metros quadrados, utilizado para exposições de feiras, congressos e eventos, e o Balneário localizado numa área de 15 mil metros quadrados são os destaques. O Balneário municipal conta, inclusive, com modernos equipamentos de tratamento de eletroterapia e termoterapia. Além disso, conta com saunas seca e úmida, banhos de imersão, pérola, turbilhão com espuma, essências ou sais, ducha escocesa e massagens, além de uma grande área arborizada, onde estão localizadas as fontes de águas minerais. O grande destaque são as 16 fontes de águas minerais radioativas: Entre elas a Santo Agostinho, Santa Luzia, a São Carlos, São Luis, Albino Brunhara e a Fonte dos Italianos.

Atrativos não faltam aos turistas que movimentam a estância nos finais de semana e feriados prolongados. A começar pelos pesqueiros como o Santa Rita, no bairro dos Cunhas, o Piracatu, na Fazenda Pinton, no bairro Vertentes, o Pesqueiro São José, no bairro dos Leais, os turistas podem se divertir em passeios a cavalo, contando, inclusive, com haras na região. No centro, a praça do Sesquicentenário ganha cores com sua Fonte Luminosa. Os passeios de teleférico ou de trenzinho pelas ruas da cidade, a feirinha de artesanato e um comércio variado complementam esta que é considerada uma das mais belas estâncias hidrominerais de São Paulo. No roteiro de compras, boas opções de artigos em malhas, tricô, lã, artesanato em madeira e couro. Aos turistas que ali chegam vale lembrar que a estância paulista conta com toda a infra-

estrutura com pousadas, hotéis de categoria turística e luxo – equivalente a cinco estrelas – ou hotéis tipo fazenda.

- Estância Hidromineral de Caxambu⁴⁰

Localizada ao sul de Minas Gerais, é considerada como a mais tradicional Estância Hidromineral do país, situada no Planalto da Mantiqueira, entre dois vales estreitos formados pelos ribeirões Cachoeirinha e Bengo, na Bacia do Rio Verde. Sua história remonta ao séc. XVII, que ao longo do tempo, principalmente no início do séc. XIX, ficou conhecida pelas curas provenientes de suas águas, que atraíam verdadeiras romarias ao local das fontes, ficando conhecida como Água Santa.

No roteiro turístico, o grande destaque é o Parque das Águas, em área de 210 mil metros quadrados, no centro de Caxambu, onde estão concentradas as doze fontes de água mineral com propriedades químicas diferentes umas das outras, a jorrarem ininterruptamente. São elas: Fonte de D. Pedro, Viotti, D. Leopoldina, Duque de Saxe, D. Isabel, Conde D'EU, Beleza, Venâncio, Mayrink nº 1, Mayrink nº 2, Mayrink nº 3 e Ernestina Guedes. Ainda dentro do Parque há um suntuoso Balneário Hidroterápico, construído no início do século XX, onde são feitas as curas complementares (ver Anexo A). Em seu interior, existem duas seções, sendo uma para senhoras e outra para homens. Há diversos tipos de banhos, duchas, saunas, além de uma piscina na área masculina. Cada seção dispõe de amplas salas de repouso, fisioterapia e outras aplicações eletroterápicas, com acompanhamento médico. Além do Balneário, existem outros equipamentos e serviços no Parque das Águas como: tiro ao alvo, trilhas para caminhadas, quadra de vôlei de areia e de saibro, quadra de tênis – saibro, sanitários, homeopatia, lojas de artesanato, loja de

⁴⁰ Informações retiradas de LEMOS, 2001

chocolate artesanal; lanchonetes, ringue de patinação, piscinas públicas, acesso ao teleférico, massagistas, farmácia de manipulação e médicos.

Atrativos não faltam aos turistas que movimentam a estância nos finais de semana e feriados prolongados. A cidade possui um conjunto arquitetônico e paisagístico de rara beleza, uma infra-estrutura hoteleira de qualidade, restaurantes, bares, lojas e centro de artesanato com destaque para as compotas de frutas, queijos e pinga, e para o clima saudável de montanha. Em toda a região existe grande diversidade de belezas naturais, oferecendo ao turista muitas opções de lazer ecológico. São vários os pontos turísticos, a começar pelo Parque Florestal Municipal – PAMFLOR, Morro Caxambu (tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), Represa das Laranjeiras, Porta das Águas (chácara onde os turistas podem ter um contato com a natureza e ainda receber aulas sobre lapidação de pedras preciosas), Coreto e a Igreja Santa Isabel de Hungria.

A economia do município gira em torno das águas minerais, não só devido à industrialização das mesmas, mas também à afluência de turistas que buscam a cidade durante todo o ano. Sua principal indústria é a hoteleira, havendo ainda a de engarrafamento de água mineral – SUPERÁGUA – e fabricação de laticínios, doces diversos, artesanato.

- Termas de Pirituba⁴¹

Situada a 480 Km de Florianópolis, Pirituba se destaca no Vale do Contestado como um pólo turístico que recebe, em média, duzentos mil turistas por ano, oriundos em grande parte do MERCOSUL. O poço de águas cristalinas abriga um dos mais belos parques de águas quentes do sul, atraindo milhares de visitantes em busca de lazer e saúde.

⁴¹ Informações retiradas da Revista Turismo – Brasil Sul. 2003

Suas águas são indicadas para tratamento de *stress*, hipertensão, úlceras, cálculos renais reumatismos e para o relax. São piscinas para adultos e crianças, chuveiros ao ar livre, duchas e banheiras individuais com águas sulfurosas que, além de agradáveis e relaxantes, têm propriedades terapêuticas. As Termas de Pirituba oferecem aos banhistas excelente infraestrutura, com uma gama variada de opções, completando a oferta de lazer e entretenimento. Além de atividades físicas nas piscinas, o parque dispõe de quadras esportivas, *playground*, toboágua, trilhas ecológicas, dez hectares de área preservada, *camping*, vôlei de areia, tratamentos a base de argila e massoterapia, lanchonetes, trenzinho e eventos turísticos durante o ano.

Famosa por abrigar uma fonte natural de saúde em meio à natureza, Pirituba recebe turistas de todas as idades, atraídos também pela tranquilidade, segurança e qualidade dos serviços. Para os amantes do turismo de contemplação, há locais excelentes para observar pássaros silvestres do Vale do Rio do Peixe. Há também locais especiais para o ecoturismo: cascatas para prática de rapel, *canyoning* e passeios a cavalo. Para os encontros culturais, os eventos tradicionais como Natal Luz Kerb, Noite no Havaí complementam as opções da cidade.

Atrativos turísticos não faltam para manter os turistas em atividade dia e noite, oferecendo uma excelente gastronomia, bons hotéis e restaurantes, discotecas, bailes e barzinhos, fazendo deste oásis catarinense, um roteiro turístico bastante procurado, aliando conforto, lazer, alegria e, principalmente, qualidade de vida.

Além do lazer que o parque e os empreendimentos da cidade oferecem, há uma grande variedade de serviços de tratamentos na área da saúde: clínica de argila (máscaras argilosas, terapias e massagem hidrotermal); massoterapia (massagens relaxantes com funções terapêuticas), e banhos de imersão (nas banheiras do complexo).

- Estância Hidromineral de Caldas do Jorro⁴²

Situada no município de Tucano, na Micro-Região do Sertão de Canudos, a 242 Km de Salvador, dispõe de uma situação topográfica peculiar, edificada numa planície, onde, em 1948, o Conselho Nacional de Petróleo perfurou um poço com 1.864 metros de profundidade mas, ao invés de petróleo, encontrou água termal com uma temperatura de 48°C.

A Estância Hidromineral de Caldas do Jorro, cujo potencial turístico é um dos fortes atrativos para o desenvolvimento da região, tem sua água que desponta, limpa, abundante, com grande pressão e desprendimento de gases espontâneos. Com propriedades terapêuticas já bastante conhecidas e comprovadas, as águas de Caldas do Jorro têm grande poder curativo e são indicadas no caso de doenças alérgicas, dermatoses reumáticas, gastro intestinais, dispepsias, gastrites, colites, prisão de ventre, doenças do fígado e dos rins, manifestações úricas, acne – furunculose e parasitoses da pele. O Parque das Águas, além das instalações de banho termal, conta com duas piscinas com toboágua, churrasqueira, *camping*, vasta área verde com árvores frutíferas, quadras poliesportivas e campo de futebol.

Além de água curativa, Jorro oferece atrativos exóticos para o visitante que pretende fazer turismo sertanejo na região. Uma alternativa é conhecer a medicina da Floresta Macedo, com 23 tipos de raízes, cascas e folhas. Existem também vários bares e restaurantes ao redor da praça Ana Oliveira, onde estão as bicas de água termal. A especialidade da culinária regional é baseada principalmente no bode e carneiro assados, ensopados, carne assada na brasa e buchada. O artesanato dispõe de vários *souvenirs*, como tapetes, chapéus, bolsas e bonecos de sisal e palha.

⁴² Informações retiradas da internet no endereço: <http://www.tucano.ba.gov.br/hist-jorro.htm> em 02.03.2003

A localidade dispõe de uma infra – estrutura hoteleira que vai desde pensões até hotéis classificados pela Embratur. No geral são hospedagens confortáveis que servem uma boa comida. Nada de luxo, mas tudo com muito conforto. Muitos hotéis e pousadas estão em volta da praça principal e arredores da Estância. O divertimento pode continuar no distrito de Jorrinho, outro *point* dos habitantes de varias cidades circunvizinhas, que também atrai pelos bares, restaurantes e banho nas bicas de águas termais.

Tendo concluído a abordagem sobre as estâncias hidrominerais, o trabalho tem como objetivo elaborar através de alguns indicadores como fontes de coleta de água, balneário crenoterápico, serviços fisioterápico, oferta de equipamentos turísticos e entretenimento, e áreas para lazer e recreação, jardins ou bosques para passeio público, uma análise comparativa relativa da estância Hidromineral de Olivença com as Estâncias Hidrominerais citadas. Para melhor entendimento, o Quadro 5 reúne todas as estâncias com as respectivas variáveis para análise.

Quadro 5 - Quadro comparativo da Estância Hidromineral de Olivença com as demais Estâncias Hidrominerais descritas

continua

VARIÁVEIS	ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS				
	SERRA NEGRA	CAXAMBU	PIRITUBA	CALDAS DO JORRO	OLIVENÇA
Fontes de Coleta de Água	São 16 fontes de águas minerais radioativas.	São 12 fontes com propriedades químicas diferentes.	Poço de águas cristalinas indicadas para tratamento de stress, úlceras, hipertensão, cálculos renais, reumatismo, e principalmente descanso.	Águas com propriedades terapêuticas, indicadas no caso de doenças alérgicas, dermatoses reumáticas, gastro intestinais, dispepsias, gastrites, colites, prisão de ventre, doenças do fígado e dos rins, manifestações úricas, acne – furunculose e parasitoses da pele.	São duas fontes de águas ferruginosas indicadas para pele, cabelo, aparelho digestivo OBS: No momento não se pode utilizá-las, pois suas águas se encontram contaminadas.

Quadro 5 - Quadro comparativo da Estância Hidromineral de Olivença com as demais Estâncias Hidrominerais Descritas

conclusão

VARIÁVEIS	ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS				
	SERRA NEGRA	CAXAMBU	PIRITUBA	CALDAS DO JORRO	OLIVENÇA
Balneário Crenoterápico	Modernos equipamentos de tratamento de eletroterapia e termoterapia. Além disso, conta com sauna, banhos de imersão, pérola, turbilhão com espuma, ducha escocesa e massagens.	Balneário Hidroterápico com banhos, duchas, saunas e piscinas, com amplas salas de repouso, fisioterapia, massagens e outras aplicações eletroterápicas com acompanhamento médico.	Área aberta com piscinas para adultos e crianças, chuveiros ao ar livre, duchas e banheiros individuais com águas sulfurosas, lanchonetes, tratamento à base de argila e massoterapia.	No Parque das Águas, além das instalações para banhos termais, conta com duas piscinas com toboágua, churrasqueiras, <i>camping</i> , quadras poliesportivas e campo de futebol.	Balneário do Tororomba com piscinas para adultos e crianças, Vêu da Noiva, bar e restaurante.
Oferta de Equipamento Turístico e Entretenimento	Pousadas, hotéis de categoria turística e luxo, hotéis fazenda, feira de artesanato, pontos turísticos, teleférico e um comércio variado.	Rede hoteleira de qualidade, teleféricos, lojas de artesanato, restaurantes e bares.	Hotéis, pousadas, restaurantes e discotecas.	Pousadas, hotéis classificados pela Embratur, bares, restaurantes, especialidade culinária e artesanato.	Pousadas, hotéis, <i>resorts</i> , <i>camping</i> , alberque, com poucos bares, restaurantes, barracas de praia e lojas de artesanato.
Áreas para Lazer e Recreação, Jardins e Bosques para Passeio Público	Área arborizada de 15 mil metros quadrados, onde estão localizados o balneário e as fontes de águas minerais.	Trilhas para caminhadas, jardins, quadras de vôlei de areia e de saibro, quadra de tênis, ringue para patinação.	Trilhas ecológicas, dez hectares de área preservada, locais para observar pássaros, passeios à cavalo, cascatas para prática de rapel, <i>canyoning</i> .	Vasta área frutífera, e a Floresta Macedo com 23 tipos de raízes, cascas e folhas.	Diferente das demais, Olivença está situada a beira mar, sendo a praia o único lugar de lazer. Porém, devido à presença de esgotos, não está propícia a banho.

Fonte: Folha de Turismo (2000), Lemos (2001), Revista Turismo (2003), <http://www.tucano.ba.gov.br/hist-jorro.htm> em 2003, e dados da pesquisa – Olivença (2003)

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O trabalho se propôs a analisar a caracterização da Estância Hidromineral de Olivença como produto turístico, tendo como parâmetro o conceito de turismo de saúde e de repouso, assim como a existência de outros produtos turísticos/culturais e possíveis impactos ocorridos em decorrência da atividade turística. Partindo dos objetivos fixados para este estudo, foi possível, através dos dados coletados nas entrevistas e dos resultados apurados nas análises, concluir que para se constituir uma Estância Hidromineral (no caso específico desta pesquisa, Olivença), é necessário que sejam cumpridos os requisitos mínimos determinados pelo Decreto nº 11.022/1977, servindo de base para a exploração do turismo de saúde, o qual só é possível ser desenvolvido em lugares premiados pela natureza com recursos hidrominerais, tendo a saúde como a motivação principal e os recursos naturais e histórico/culturais como suporte.

A busca dos requisitos estabelecidos para a Estância Hidromineral de Olivença deve estar calcada na recuperação de suas águas, na capacidade de inovação e criatividade de suas empresas e no alcance da qualidade dos serviços e produtos oferecidos, consolidados através de um planejamento participativo para o desenvolvimento de um turismo sustentável. Entretanto, como

foi demonstrado, Olivença vem trabalhando amadoristicamente em vários itens analisados, comprometendo o seu recurso maior – suas águas minerais o que vem prejudicando a sua imagem e a sua caracterização enquanto Estância Hidromineral. No entanto, Olivença detém grandes potencialidades, com seus recursos naturais e histórico/culturais, porém estão longe de dar sustentabilidade ao turismo desenvolvido na Estância pelo descaso com que são tratados, criando uma grande desvantagem com relação às outras estâncias hidrominerais brasileiras.

A partir da análise do processo histórico de Olivença, realizada através de dados secundários e, principalmente, da memória coletiva dos seus moradores, foi constatado que os índios, a religiosidade, a fé e a cura através das águas minerais se entrelaçam e perpassam por todas as etapas da sua história, integrando a identidade cultural do seu povo. Esses fatores constituem a base dos recursos turísticos de Olivença, ampliado com sua beleza natural e paisagística, apontando as potencialidades existentes no local e foi dessa forma que, de aldeia de índios, passou a ser a tão sonhada Estância Hidromineral de Olivença. Porém, por conta das transformações ocorridas a partir dos anos 70, em decorrência do crescimento desordenado e da atividade turística desenvolvida e não planejada, constatou-se que essas potencialidades não foram aproveitadas. Mudanças ocorreram no seu traçado urbano, nas tradições, na cultura indígena e no perfil turístico local, que antes tinha como motivação principal o turismo saúde. Como consequência, Olivença foi perdendo as suas características e a oportunidade de se tornar uma Estância Hidromineral de sucesso, embasada em um desenvolvimento sustentável.

Através da compreensão do conjunto dessas informações, buscada no seu passado, foi possível entender o presente, através da análise da pesquisa realizada e que buscou os resultados da atual situação da Estância Hidromineral de Olivença, efetuada junto à comunidade local, representantes do setor público e privado, buscando, através da percepção desses três segmentos,

caracterizar Olivença enquanto Estância Hidromineral, assim como a existência dos componentes essenciais para a formatação de produto turístico e possíveis impactos sócioambientais presentes na Estância.

Quanto à caracterização de turismo saúde da Estância Hidromineral de Olivença, ficou comprovada a existência de fontes de coleta de águas, assim como a sua composição química e as propriedades terapêuticas existentes nessas águas. No entanto, a manutenção, o manuseio e a localização inadequada das fontes de coleta vêm comprometendo a qualidade de suas águas, deixando de ser as águas que curam, para ser águas que prejudicam a saúde. A poluição das águas foi percebida pela maioria dos entrevistados, decorrente do mau uso e da ausência do esgotamento sanitário, como também foi comprovada por meio de exames bacteriológicos das águas realizados pela Emasa que, segundo os resultados, enquadram nas classes II, III, e IV, apresentando contaminação por bactérias heterotróficas, coliformes totais e fecais, além de uma grande quantidade de detergente. Tais resultados vieram comprovar a percepção com relação aos cuidados com a higiene coletiva das águas minerais de Olivença, confirmando o precário estado em que se encontram, e o distanciamento de mais um item importante e imprescindível na caracterização de um local enquanto Estância Hidromineral.

Quanto à utilização do balneário público existente, foi constatado que as pessoas que frequentam o local procuram desfrutar do lazer, não oferecendo nenhum serviço que a retrate como balneário de tratamento de saúde, como a presença de médicos, massagistas e profissionais da área. Além disso, não existem serviços de entretenimento como banheiras, saunas, duchas, centro de beleza, trilhas ecológicas, salas de jogos e área arborizada para lazer e descanso, dentre outros, que tornem o local mais atrativo, comprovando que o uso do balneário desviou, no tempo, completamente do seu objetivo inicial que era voltado para a saúde.

Como foi constatado, outro agravante encontrado para a caracterização de Olivença enquanto Estância é a ausência de infra-estrutura. Dentre os itens apresentados, como abastecimento de água potável, disposição de esgotos sanitários, área de lazer, entretenimento noturno e diurno e parques de atrações, somente foi identificado como existente o item abastecimento de água potável, mesmo assim, comprometido na alta estação, pois é comum a falta de água nesta época. Tomando-se como referência o regulamento das estâncias turísticas, fica comprovado que Olivença não dispõe de infra-estrutura adequada para se estabelecer como Estância Hidromineral, já que um dos itens indispensáveis de atendimento e salubridade ambiental é o abastecimento regular de água potável, o sistema de coleta e disposição de esgotos sanitários e de resíduos sólidos, de forma que atendam às populações fixa e flutuantes, mesmo nas épocas de maior afluxo de turistas. Assim deve acontecer também com a oferta de equipamentos turísticos. Apesar dos meios de hospedagem terem sido considerados como satisfatórios, a avaliação relativa aos bares, restaurantes e barracas de praia não obtiveram os mesmos resultados, sendo classificados como incipientes e de baixa qualidade nos serviços.

Baseada nesses fatores analisados, conclui-se que, Olivença não está atendendo aos requisitos mínimos pré-estabelecidos para se caracterizar enquanto Estância Hidromineral, portanto não pode se constituir como tal. Atualmente desenvolve um turismo de lazer e descanso com características voltadas para um turismo de massa, tendo como consequência mais custos do que benefícios para a comunidade receptora, e causando cada vez mais degradação ambiental e cultural de modo desordenado. No entanto, as propagandas realizadas pela Bahiatursa, Setur, hotéis e pousadas têm como principal fator de *marketing* as fontes hidrominerais de Olivença, que por falta de interpretação, má gestão e fiscalização de saúde pública, entre outros, estão

enganando duplamente os turistas: pelo *marketing* indevido e enganoso e pela ausência de proibição do uso das águas das fontes para ingestão e banhos.

Através dos resultados obtidos pela percepção dos três segmentos da comunidade com relação aos recursos turísticos existentes em Olivença, chega-se a conclusão que, tanto os de recursos naturais, como os histórico/culturais são vistos hoje como potencialidades, embora os aspectos histórico/culturais precisem ser mais trabalhados, através da conscientização e sensibilização da comunidade, para serem oferecidos aos turistas como alternativa de ampliar a oferta de atrações para Olivença. Neste contexto, é possível a reconfiguração da cultura indígena em Olivença, de maneira que o seu povo venha a se beneficiar, fazendo parte do desenvolvimento turístico/cultural do local através de sua dança, música, artesanato e culinária, além do conhecimento das trilhas ecológicas. Desse modo, participando de forma mais integrada, fortalece a identidade de um povo que, de maneira significativa, mantém a presença no local, não podendo ser excluído do processo de desenvolvimento local.

Quanto à infra-estrutura, constatou-se que é fraca e inadequada para um destino turístico que é integrante do roteiro turístico da Costa do Cacau e que, conseqüentemente, tem enfraquecido a superestrutura, ou seja, os serviços que são oferecidos no local, por razão de não se tornar um lugar atraente para os investidores externo e motivo de desestímulo para os empresários que já se encontram estabelecidos. Tais fatores vêm contribuir para que o acolhimento (baseado no conceito de hospitalidade considerado em toda a sua amplitude), não cumpra totalmente o ato de acolher, embora tenha ficado comprovado que o relacionamento de turistas e residentes é bom, tornando-se um ponto favorável no desenvolvimento turístico de Olivença.

E, por último, analisada a acessibilidade, conclui-se que apesar do local não ser dotado de estrutura para facilitar o seu acesso direto, utilizando-se do acesso por via cidade de Ilhéus, a qual é bem servida e dista 18 Km da Estância, esse fator não foi impeditivo para o desenvolvimento turístico de Olivença, embora sintam-se a necessidade de pelo menos uma rodoviária que atenda municípios e estados, já que, volto a frisar, encontra-se no roteiro turístico da Costa do Cacau como Estância Hidromineral de Olivença.

Quanto à análise dos impactos ocorridos em Olivença, concluiu-se que os impactos sócio-ambientais que impediram o desenvolvimento sustentável local, foram em consequência do crescimento urbano e demográfico desordenado decorrente, principalmente da atividade turística. Em princípio, o turismo de Olivença se apresentou como excelente forma de aumentar rendas, estimular o desenvolvimento local e regional e gerar empregos. Após a grande explosão, devido à falta de preparo e de conscientização/participação da comunidade, de planejamento e de capacitação dos profissionais, o turismo desenvolvido em Olivença revelou outro aspecto, o da degradação ambiental e cultural. Juntando-se os resultados da percepção dos três segmentos da comunidade, foi constatado que os itens qualidade das águas das praias, distribuição da rede de esgoto e a coleta de lixo nas praias foram considerados por todos como os maiores fatores causadores do grande impacto ambiental negativo ocorrido em Olivença. Os demais foram considerados como medianos pela maioria, a exemplo da falta de conscientização da comunidade que foi apontada pela própria comunidade como um dos impactos sofridos em Olivença, enquanto para os empresários e administradores foi considerado com mediano. Os itens considerados como de baixo impacto por todos foram: a qualidade do balneário; a coleta de lixo nas entradas principais; a ausência de latões de lixo e a preservação e divulgação da cultura indígena existente.

De posse dos resultados da situação atual de Olivença, foi possível realizar um comparativo com outras estâncias hidrominerais brasileiras, concluindo que, Olivença perdeu ao longo do tempo, suas vantagens competitivas, desconfigurando as suas características de Estância Hidromineral.

Sendo assim, tendo como base as considerações desenvolvidas, é possível indicar que, apesar das limitações e obstáculos, há possibilidades reais de que a sociedade civil possa assumir a tarefa de redirecionar sua relação com o Estado, mediante um controle maior e uma participação nas decisões sobre projetos de desenvolvimento local. Para isso, é necessária uma mudança substancial de mentalidade dos que estão dirigindo as políticas do setor turístico de Olivença, no sentido de entender, sobretudo, que é fundamental a participação das bases. Discutir conjuntamente os caminhos necessários é procurar soluções em que todos sejam beneficiados. É a razão de ser do próprio homem resgatando seu passado, buscando seu espaço presente e necessidades futuras, para enriquecimento das relações sociais e humanas.

O momento atual é de repensar o turismo como alternativa para o desenvolvimento de Olivença, que apesar do seu recurso natural existente – que constitui um dos principais fatores para se explorar o turismo saúde - não está incluída neste conceito, uma vez que as suas águas medicinais deixaram de ser a motivação principal para os visitantes, que por conta de uma falta de infra-estrutura adequada e específica para tais fins, encontram-se contaminadas.

Necessário se faz melhor avaliação quanto aos impactos sócio-ambientais gerados em Olivença no que diz respeito a um estudo biologicamente mensurável que permita qualificar a balneabilidade das suas praias através das condições sanitárias para banho e lazer e, principalmente, uma análise das suas águas medicinais. Tais providências, além de proporcionar diretrizes e critérios básicos que devem ser levados em conta no planejamento e gestão do

turismo, irão garantir que as riquezas e oportunidades naturais e culturais da área possam ser preservadas e usufruídas pela presente e por futuras gerações, cumprido os princípios da sustentabilidade.

Portanto, em respeito à, pelo menos, seu memorável passado, necessita-se com urgência de medidas que impeçam a deterioração de seu espaço. A situação requer uma postura da sociedade como um todo, pois tomando Olivença como exemplo, o momento exige seriedade de todos os órgãos que têm o dever de zelar pelas condições de preservação dos bens naturais, culturais e históricos. Não se pode mais adiar a implementação de propostas de revitalização que levem em conta a destinação social, maximizando o significado do patrimônio ambiental: índios, religiosidade e suas águas minerais.

A falta de planejamento que contemple o turismo de saúde, acrescido com os aspectos histórico/culturais, é o que está faltando para Olivença, tão necessários no que concerne à recuperação das suas águas, revitalização da sua história e reconhecimento da comunidade indígena que vem sobrevivendo até hoje, apesar das violências de toda a ordem cometidas contra a sua existência e, desse modo, promover através de um desenvolvimento sustentável um relacionamento harmonioso entre o turismo e o meio ambiente.

O desenvolvimento do potencial turístico de Olivença além de significar maiores divisas econômicas, culturais e políticas para o município de Ilhéus e região, constitui-se de grande importância no seu desenvolvimento local. Visando a um melhor aproveitamento do seu recurso natural, e histórico/cultural sugere-se:

1. Maior comprometimento da Prefeitura Municipal de Ilhéus com a Estância Hidromineral de Olivença, tornando-se imprescindível a elaboração de um planejamento

específico para a localidade, com metas e diretrizes a serem tomadas, de maneira que venha revitalizar a sua história, a cultura indígena e as tradições das águas medicinais;

2. elaborar, por meio de técnicos especializados, um estudo para a recuperação das águas minerais, que segundo a Emasa é passível de recuperação e, depois de concretizados os trabalhos e tendo suas águas despoluídas, realizar novo exame físico-químico das águas para comprovar se elas não perderam a composição química e, conseqüentemente, suas propriedades terapêuticas;

3. investir no Balneário do Tororomba, oferecendo maior divertimento e equipamentos sanitários para as pessoas que vão à procura de curar doenças, principalmente as doenças de pele, dando prioridade aos cuidados com a higiene coletiva;

4. oferecer uma infra-estrutura apropriada para as fontes que ficam na parte externa do balneário, no que concerne a uma total higienização das mesmas, onde as pessoas utilizem as águas para beber. Para isso, é necessário dotá-las de uma estrutura que restrinja o acesso das pessoas e, principalmente, limite o uso das águas para tratamento de saúde;

5. dotar Olivença de uma infra-estrutura básica como: saneamento, limpeza pública, iluminação, sinalização, interpretação, transporte público, pavimentação e conservação de ruas e segurança pública, que além de proporcionar uma qualidade de vida melhor para a comunidade e os turistas, será uma forma de atrair investimentos para o local;

6. criar serviços como uma central de informações no centro de Olivença, onde o turista poderá receber folhetos com roteiros turísticos, mapas e guias-monitores que acompanhariam os visitantes pelos locais desejados; correios; serviços bancários; aluguel de veículos; posto de

gasolina, e banheiros públicos distribuídos pela Estância que, com parceria do setor público e do setor privado, pode-se tornar possível o funcionamento de todos esses serviços;

7. estudar a possibilidade de recuperação da Fonte dos Milagres, que tanto representou para a comunidade nativa e para os visitantes e turistas que chegavam para se beneficiar das suas águas;

8. estimular um maior envolvimento do poder público, dos empresários e da comunidade, interagindo de forma sistêmica no processo de desenvolvimento sustentável do turismo local;

9. implantação da interpretação histórica ambiental do local;

10. aproveitamento dos recursos histórico/culturais para a formatação de produtos turístico/culturais e para a reconfiguração da cultura indígena voltada para a atividade turística de Olivença.

Tais providências, além de proporcionar diretrizes e critérios básicos que devem ser levados em conta, no planejamento e na gestão do turismo, irão garantir que as riquezas e oportunidades naturais e culturais da área possam ser preservadas e usufruídas pela presente e por futuras gerações, propiciando um desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jalcione. **A Problemática do Desenvolvimento Sustentável**. Coletânea Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001
- ACERENZA, Miguel Angel. **Administração do Turismo**. Tradução: Graciela Rabuske Hendges. Bauru, SP: EDUSC, 2002
- ANDRADE, José Vicente. **Turismo: Fundamentos e Dimensões**. São Paulo: Ática, 1999
- AULICINO, Madalena Pedroso. **Turismo e Estância: impactos e benefícios para os municípios**. São Paulo: Futura, 2001.
- BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. **Roteiros Ecoturísticos da Bahia – Costado Cacau**. Salvador: A Secretaria, 2000
- BAHIA, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. IPAC-BA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. **Monumentos e Sítios do Litoral Sul**. vol. 5. Salvador, 1988
- BAHIA, Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia. **Diagnóstico do Município de Ilhéus**. Ilhéus, 1998
- BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas: Papirus, 2000.
- BARROCO, Hélio Estrela. **Ecologia e Turismo**. Ilhéus: Editus, 2000. (Caderno de Núcleo Temático nº 3)
- BRASIL, Hildemar Silva. **Análise Econômica do Turismo no Brasil**. <http://www.embratur.gov.br/economia/cenprospectivos.asp>, captado em 16/08/2002
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 1998
- CAMPOS, Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981
- CAVACO, C. Turismo Rural e Desenvolvimento Local. In: Rodrigues, A. **Turismo e Geografia: Reflexões e enfoques regionais**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999

COOPER, Chris, FLETCHER, John, WANHILL, Stephen, GILBERT, David e SHEPHERD, Rebecca. **Turismo Princípios e Prática**. Porto Alegre: Brookman, 2001

COUTO, Edilece Souza. **A Puxada do Mastro**: Transformações históricas da festa de São Sebastião em Olivença (Ilhéus-Ba). Ilhéus: Editora da Universidade Livre do Mar e da Mata, 2001

CRUZ, Rita de C. Ariza. Hospitalidade Turística e Fenômeno Urbano no Brasil: Considerações Gerais. In: DIAS, Célia Maria de Moraes. **Hospitalidade reflexões e perspectivas**. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2002

CUNHA, Licínio. **Economia e Política do Turismo**. Portugal: McGraw-Hill, 1997

DENCKER, Ada de Freitas Meneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998

EMBRATUR. **A indústria de turismo no mundo e no Brasil**. <http://www.embratur.destaque.estatística.htm>, captado em 16/08/2002

_____. **Turismo no Brasil**. <http://www.embratur.gov.br/economia/introducao.asp>, captado em 16/08/2002

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001

FONTES, Josefina. **Vantagens Comparativas x Vantagens Competitivas**. UEFS/UFBA, 2001 (Dissertação de Mestrado)

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de Pesquisas em Economia e Elaboração de Monografias**. São Paulo: Atlas, 2000

INFORME BB. **Turismo**. in: Revista de Comércio Exterior. Brasília, nº21, p. 16-20, fev.1999

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas: 1991

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2001

LAGE, Beatriz H. Gelas & MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo**. Campinas, São Paulo: Atlas, 2001

LANCIA, Carlos Alberto - **Mercado de Águas Minerais** - Palestra no II Congresso Brasileiro de Termalismo, Termas do Gravatal, Santa Catarina, 1996.

LE GOLF, Jacques. **Historia e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996

LE MOS, Carlos C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LE MOS, Maria de Lourdes. **Fonte Floriano de Lemos – O Parque das Águas de Caxambu**. Volume 1. Rio de Janeiro: 2001

LOPES, J.C. **O turismo e o desenvolvimento regional do norte e nordeste**. In: Informações SIPE, nº 120, p. 15-17, jul.1990

MACÊDO, Janete R. de & RIBEIRO, André L. R. **Ilhéus: Tempo, Espaço e Cultura**. Itabuna: Gráfica Editorial Agora, 1999

MARCIS, Terezinha. **A viagem ao Engenho de Santana**. Ilhéus: Editus, 2000

MATHIESON, A & WALL, G. **Turismo: Repercusiones Económicas, Físicas y Sociales**. México: Trilhas, 1990.

MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (organização). **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002

MENDONÇA JÚNIOR, Érico Pena et al. **Turismo e Desenvolvimento Sócio-Econômico: o caso da Costa do Descobrimento Bahia –Brasil**. Salvador: Omar G., 2000

MENEZES, J.A. **A Modernização de Agribusiness do Cacau**. Salvador: [s.n.], 1993

MOURÃO, Benedictus Mário. **A Água Mineral e as Termas: uma história milenar**. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

NEVES, E. **Dimensão histórico-cultural**. Salvador: CAR, 1997

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e Organização**. São Paulo: Atlas, 2001

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos de Ir e Vir e Caminho Sem Volta: Índios, Estradas e Rios no Sul da Bahia**. UFBA, 1982 (Dissertação de Mestrado)

_____. Os índios de Olivença e a Zona de Veraneio dos Senhores de Cacau da Bahia. in: **Revista de Antropologia**, São Paulo: Edusp, 1989 (30-31-32)

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992

PETRI, José Peccinini - **Turismo - Fator Relevante de Apropriação do Termalismo - palestra no I Congresso Brasileiro de Termalismo, Termas Antônio Carlos, Poços de Caldas, 1975.**

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Introdução ao Turismo**. Editora Rocca, 2001

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino. **Turismo: uma nova atividade econômica na região do cacau**. UFBA, 1993 (Dissertação de Mestrado)

REINALDO, Hugo Osvaldo Acosta. **Distribuição em turismo: O impacto das novas tecnologias da informação nas agências de viagem**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2000 (Tese de doutorado)

REVISTA TURISMO, Brasil Sul. **Termas de Pirituba**. Ano 9 – nº4 – Edição nº 44, p. 45, 2003

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Família, Poder e Mito o município de São Jorge de Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001

_____. **Memória e Identidade: Reformas Urbanas e Arquitetura Cemiterial na Região Cacaueira do Sul da Bahia (1880 – 1950)**. Salvador, UFBA. 2003 (Dissertação de Mestrado)

RODRIGUES, Adir Balastri. Turismo Local: Oportunidade para Inserção. In: RODRIGUES, Adir B. (org.). **Turismo – Desenvolvimento Local**. São Paulo: FINEP, 1997

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997

SALES, Fernando. **Memória de Ilhéus**. São Paulo: GRD, 1981

SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. In: **Revista Brasileira de História**, v.22, nº44, p. 289-310. São Paulo: FAPESP, 2002

SÂMARA, Beatriz Santos & BARROS, José de Carlos. **Pesquisa de Marketing: conceitos e metodologia**. São Paulo: Makron Books, 1997

SANT'ANNA, Dalva Garcia, et al. **Gestão Participativa para um Turismo Sustentável: O Caso da Costa do Descobrimento**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo (Coleção Selo Turismo), 2001

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros Editores, 1994

Serra Negra Sobram Belezas no Roteiro do Turismo-Saúde. **Folha de Turismo**, São Paulo, 1º a 30 de nov, p. 12, 2000

SILVEIRA, Marcos Aurélio Talombani. **Planejamento Territorial e Dinâmica Local: Bases para o Turismo Sustentável**. Coletânea Turismo do Desenvolvimento Local. São Paulo: Finep, 1997

TAKAHASHI, Leide Y. & MILANO, Miguel S. Preferência e percepção dos visitantes em relação aos impactos do uso público no parque estadual pico do Morumbi e na reserva natural salto Morato. In: **Turismo Visão e Ação**, ano 4, nº 11, p. 61-78. Itajaí: Editora da UNIVALE, 2002

THEOBALD, William F. **Turismo Global**. São Paulo: Senac, 2001

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoy. **A Sociedade Pós-industrial em Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1998

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1980

WIED-NEUWIED, Maximiliano. **Viagem no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989

APÊNDICE

